

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

DISSERTAÇÃO

***Entre as pessoas mais gradas do município: a trajetória do Capitão
Gaspar José Soares, um político negro no pós-abolição da Baixada
Fluminense (1864-1955)***

Valdirene Nunes de Santana Pessoa

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

***Entre as pessoas mais gradas do município: a trajetória do Capitão Gaspar
José Soares, um político negro no pós-abolição da Baixada Fluminense
(1864-1955)***

VALDIRENE NUNES DE SANTANA PESSOA

Sob a orientação do professor
Carlos Eduardo Coutinho da Costa

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre em História, no Curso de
Mestrado em História, área de
concentração Relações de Poder,
Trabalho e Práticas Culturais.

Nova Iguaçu, RJ
Junho de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F475e Pessoa, Valdirene Nunes de Santana , 1973-
Entre as pessoas mais gradas do município: a
trajetória do Capitão Gaspar José Soares, um político
negro no pós-abolição da Baixada Fluminense (1864-1955)
/ Valdirene Nunes de Santana Pessoa. - 2018. 137 f.

Orientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História / Mestrado,
2018.

1. Negro. 2. Pós-abolição. 3. Trajetória. 4.
Mobilidade Social. 5. Baixada Fluminense. I. Costa,
Carlos Eduardo Coutinho da, 1982-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós
Graduação em História / Mestrado III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E DOUTORADO**

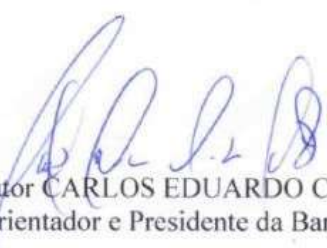
Entre as pessoas mais gradas do município: a trajetória do Capitão Gaspar José Soares, um político negro no pós-abolição da Baixada Fluminense (1864-1955)

VALDIRENE NUNES DE SANTANA PESSOA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História** no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 04/07/2018

Banca Examinadora:


Professor Doutor CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ


Professor Doutor ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO - UFRRJ


Professora Doutora ALEXANDRA LIMA DA SILVA - UERJ

*Á minha Maria e aos meus “Joãos”. Porque,
quem sabe, sonhavam meus sonhos. Amo
vocês.*

Agradecimentos

Fim de mais uma etapa e este é o momento de fazer uma retrospectiva da minha trajetória acadêmica até aqui. Recordar a alegria de ter conquistado uma vaga no curso de mestrado em História na UFRRJ, as intermináveis leituras, as noites em claro, escrever, reescrever, apagar e escrever novamente, os relatórios, o lattes, seminários, os prazos, sem festas, sem filmes, sem cinema, sem Netflix, sem Facebook, mas sempre contando com os bons amigos, os incentivos da família e professores... tudo valeu a pena. Cabe aqui resgatar os que estiveram comigo nesta empreitada, difícil, mas não solitária.

A Maria Eduarda, minha menina, minha amiga. Por cuidar da casa, do João Pedro, por fazer a comida e paciência pelas festas que não fui, pelos filmes que não vi e pelos pratos que não preparei. Te amo! Ao João Pedro, pela companhia nas madrugadas, por me chamar a cada meia hora e me pedir alguma coisa: mamã leite, mamã suco, mamã pão, mamã dodói, mamã cá (para trocar o desenho da tela do computador). Agradeço ao meu João, meu amigo e companheiro, pelo amor e paciência, por me escutar, por acreditar em mim, por me ver chorar e ouvir minhas reclamações e por não me deixar desistir.

Às minhas amadas irmãs e irmão em ordem hierárquica: Bete, Eliane, Telma, Minho, Valéria e Vânia (com acento – o trabalho é meu e eu acentuo seu nome se eu quiser).

Aos meus sobrinhos mais lindos do mundo, meus eternos bebês. Por ordem: Carlinhos e Gabi pelo carinho comigo e com minha família; Rafaelzinho e Carine pelas longas conversas domingo à noite, regadas a pipoca e Coca-Cola; Nini pelo franguinho (e todo o resto que não caberia nesta dissertação); Renanzinho meu bixo e companheiro de universidade; Bárbara pela lagartixa; ao Ruan pela companhia e por espantar o passarinho. O restante vai no pacote: Renatinho, Joyce, Mily, Juju, Jean, Julia, Matheus, Gui, Alice, Cely, Tobias, Cauã e Guto. E não esqueçam que férias é na casa da titia.

Um agradecimento especial aos professores que fizeram parte da minha banca de Qualificação. A professora Alexandra Lima da Silva, pelos importantes apontamentos, pela elegância e delicadeza nas observações, pelas indicações de leituras, pela ampliação e auxílio na fundamentação das discussões.

Ao meu eterno mestre, professor Álvaro Pereira do Nascimento que me apresentou a disciplina que me apaixonei “*Negros nos pós-abolição*” e me deu um norte ainda na graduação.

Pela leitura e correções na monografia, pelo auxílio na reestruturação dos capítulos da dissertação, pelas indicações de leituras, pela disponibilidade e pelas precisas observações.

A turma do mestrado 2016, pelas conversas, trocas de informações, incentivos, pelos esclarecimentos das dúvidas concernentes ao curso e as disciplinas através do Whatsapp. E ainda pelo engajamento político e os debates bastante elucidativos sobre o *temeroso* momento político que estamos vivermos.

E principalmente ao meu orientador Carlos Eduardo Coutinho da Costa. Um simples agradecimento não contemplaria toda minha gratidão, não somente pelo desenvolvimento deste trabalho, mas por todo o percurso do mestrado. A razão por eu não ter desistido e continuado os estudos após a graduação. Escrevi a monografia ainda grávida do meu João Pedro, durante o verão mais quente das últimas décadas e foi uma experiência bastante traumática. Quase firmemente decidida a não voltar mais a estudar, recebi uma mensagem de e-mail, informando sobre o processo seletivo da UFRRJ para mestrado e doutorado e me incentivando a transpor mais esta etapa. Pensei: *se o Carlos acho que eu consigo, eu consigo*. Cada fase foi uma vitória muito comemorada e o resultado, fruto de muito esforço e trabalho que não realizei sozinha. Mas o que eu não sabia é que tal qual na graduação é mais fácil entrar do que sair... E sei que foi por seu empenho na condução desta pesquisa que cheguei até aqui.

Obrigada pelas leituras de todo o material que te escrevi, pelo empréstimo de livros, pelo *Felisberta e sua gente*, pela disponibilidade, pela tutoria no shopping de Madureira, pelas caronas de Seropédica e principalmente pela paciência, pelos incentivos, pelo Calman para combater minha ansiedade, pela polidez nas correções e observações e por ter acreditado em mim, quando eu mesma duvidava. Mais uma vez, **MUITO OBRIGADA!!!!!!!!!!!!!!**

Ânsia do ideal¹

*Como pesa esta vida, como cansa
A espera de outro mais ditoso dia!
Que esforço em conservar uma esperança
Ante a Desilusão acerba, ímpia!*

*Inda ha bem pouco era eu feliz: vivia
Na ingênua indiferença de crença;
E hoje – quanta apreensão, quanta agonia
Pela futura, pela atual mudança!*

*Aniquila-me a algema espiritual
Nas horas de Trabalho – único meio
De ser digno do Meio social.*

*Pobreza honesta herdei de Pai, de Avô;
Mas justo, embora, eu vivo de ânsias cheio,
Cheio do ideal de ser o que não sou!*

Francisco Ricardo

¹ Fon Fon: Seminário Alegre, Crítico e Esfuziante (RJ), 28 de novembro de 1914, p. 53. Acessado em memoria.bn.br

RESUMO

Pessoa, Valdirene Nunes de Santana. **Entre as pessoas mais gradas do município: a trajetória do Capitão Gaspar José Soares, um político negro no pós-abolição da Baixada Fluminense (1864-1955)**, 2018, p. 138. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

O objeto central que baliza esta pesquisa é a trajetória de Gaspar José Soares, político, empresário e atuante indivíduo negro no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense no período do pós-abolição. O recorte temporal delimita-se em fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período que compreende parte de sua vida e desenvolveu suas principais atividades. É intento deste investigar seu papel enquanto empreendedor político local, mapear suas redes de relações, observar como se articulou socialmente e qual a importância dessa articulação no seu processo de mobilidade social, política e econômica. Ao analisar suas ações estratégicas no jogo político, na diversificação de arranjos de trabalho e suas alianças comerciais pretendemos inferir se estas estariam associadas as razões pelo qual teria conseguido se destacar e alcançar determinada proeminência social e política nesta região.

Palavras-Chaves: Negro, Pós-abolição, Trajetória, Mobilidade Social, Baixada Fluminense.

ABSTRACT

Pessoa, Valdirene Nunes de Santana. **Amongst *the most noble people in the municipality*: the trajectory of Captain Gaspar José Soares, a black politician in the post-abolition of the Baixada Fluminense (1864-1955)**, 2018, p. 138. Dissertation (Masters in History, Power Relations, Labour and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The central object which orientates this research is the trajectory of Captain Gaspar José Soares, a black politician entrepreneur and active individual in the municipality of Nova Iguaçu, Baixada Fluminense in the post-abolition period. The historical moment pictured herein stays between the limiting boundaries of the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. Time in which he grew up and developed his main activities. It's our purpose here to investigate his role as a local political entrepreneur, to map out his network, observe how he articulated socially and the importance of this articulation in his process of political, social and economic growth. By analysing his strategic actions in the political game field, his diversification of working arrangements plus commercial alliances, we intend to come to a conclusion whether all these moves were associated with the reason of why he was able to excell reaching a certain social and political prominence in this region.

Keywords: Negro, Post-abolition, Trajectory, Social Mobility , Baixada Fluminense.

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E IMAGENS

Gráfico 1 - Genealogia da família de Gaspar José Soares – Nova Iguaçu 1832-1955	30
Tabela 1: Votos dos candidatos diplomados para o triênio de 1929 a 1932 nas eleições de 22 de setembro de 1929	47
Tabela 2 - Ofícios de Gaspar José Soares.....	105
Tabela 3 - Exportação nacional de laranjas entre os anos 1927-36	109
Tabela 4- Procedência das laranjas exportadas em 1934	110
Tabela 5: Procedência das laranjas exportadas nos anos 1935-1936.....	110
Imagem I.....	135
Imagem II	136

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I - Gaspar José Soares: um nome “presente” no “passado” histórico do município de Nova Iguassú	23
1. A trajetória de Gaspar José Soares.....	23
2. Gaspar José Soares: um “negro político, político negro” na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu.....	34
A Câmara de Vereadores	38
O voto e o “bico de pena”	44
3. “Negro político, político negro”	50
Capítulo II - “As pessoas mais gradas do município”: as redes de relações do Capitão Gaspar José Soares	67
1. As redes de relações de Gaspar José Soares.....	67
2. A Guarda Nacional.....	82
3. A “cor” e o <i>lugar social</i>	86
Capítulo III - “Nova Iguassú, o grande núcleo citrícola do Estado do Rio de Janeiro”	95
1. Um polivalente trabalhador iguaçuano: as variadas funções de Gaspar José Soares.....	96
2. <i>Laranja no pé, dinheiro na mão</i>	106
3. O mercado imobiliário	111
Considerações Finais	124
Fontes	126
Referências Bibliográficas	129

INTRODUÇÃO

“Entre as pessoas mais gradas do município”: a frase em questão, parte do título desta Dissertação, exprime os caminhos que trilhamos ao nos propormos estudar a trajetória do Capitão Gaspar José Soares. “Entre” ou “no meio de” ou ainda, “cercado por” demarca sua posição ou lugar conquistado. O termo “grada”, de acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteal de 1789², remete a “gente mais grada, a gente nobre, de maior graduação”, evoca a conquista de sua mobilidade social. E “as pessoas mais gradas do município³” foi uma referência a um grupo de políticos que compareceram à posse de novos vereadores na então cidade de Maxambomba⁴ em 09 de fevereiro de 1899, e “entre” os nobres presentes estava o tenente Gaspar José Soares, a figura central desta pesquisa.

O objetivo deste trabalho é investigar a trajetória de Gaspar José Soares, político, empresário e atuante indivíduo negro no município de Nova Iguaçu⁵, Baixada Fluminense no período do pós-abolição. Pretendemos observar, seus campos de possibilidades, seus projetos, suas ações, estratégias, como se relacionou e interagiu em seu diversificado campo social. É intento deste investigar seu papel enquanto empreendedor político local⁶, no jogo político e nas alianças comerciais e as razões pelo qual teria conseguido se destacar e alcançar certa proeminência social e política nesta região.

² SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAL, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteal, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Tomo primeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 666.

³ Gazeta de Petrópolis (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em memoria.bn.br.

⁴ A grafia do nome da cidade de Nova Iguaçu sofreu alterações ao longo de sua história. Estas serão mantidas quando em referência a fonte e em citações diretas tal qual elas aparecem.

⁵ O município de Nova Iguaçu está localizado a pouco mais de 40 quilômetros do centro da cidade do Rio de Janeiro. Hoje ele corresponde a uma área de 521,2 km² e de acordo com o censo demográfico de 2010 a região conta atualmente com uma população de 796.257 habitantes, com estimativa populacional em 2017 de 798.647 pessoas. Ver SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da baixada fluminense*. Revista UNIABEU, Nilópolis, v. 9, n. 21, 2016, p. 123; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>> Acesso em: 12 de janeiro de 2018. As configurações espaciais do município sofreram alterações ao longo dos anos. Localizado no Recôncavo da Baía de Guanabara, o antigo município de Iguassú, elevado de povoado a Vila de Iguassú em 1833, abarcava as freguesias de Nossa Senhora de Piedade de Iguassú, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora do Pillar, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, São João de Merity e Ribeirão da Lage. A região notabilizou-se como importante lugar de passagem e comunicação regional para abastecimento da cidade e escoamento de mercadorias do porto do Rio de Janeiro. No século XVIII, tornou-se relevante eixo de comunicação no Centro-Sul com a intensa exploração do ouro de Minas Gerais. Ver: BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000. p. 9; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.

⁶ Sobre empreendedor político ver LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 195.

A ideia de se trabalhar o pós-abolição veio primeiramente das aulas da disciplina *Negros no pós-abolição* que fazia parte do quadro de matérias optativas do curso de graduação em História da UFRRJ. Posteriormente, a proposta de pesquisar a trajetória de Gaspar José Soares me foi apresentada a partir de uma fotografia contida no livro *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*⁷ do professor Ney Alberto Gonçalves de Barros - imagem provavelmente feita por conta da comemoração da posse do grupo nas eleições do ano de 1919⁸ - no qual poder-se-á constatar dois vereadores negros entre outros políticos do município: Gaspar José Soares e Isaac Manoel da Câmara. Na busca por fontes foi possível encontrar farto material relacionado a Gaspar José Soares, o mesmo não aconteceu com Isaac Manoel da Câmara e em decorrência da extrema escassez de documentos, optamos pela tarefa de investigar somente a primeira trajetória.

A pesquisa foi parcialmente desenvolvida como trabalho monográfico e apresentado ao Programa de Graduação em História como um dos requisitos para obtenção do Título de Licenciatura em História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mas a proposta deixou significativas lacunas a serem preenchidas. Partindo desta perspectiva, procuramos ao longo do desenvolvimento deste trabalho, aprofundar os estudos sobre a trajetória do político negro, Gaspar José Soares, seus caminhos, possibilidades, o contexto, as relações e a dinâmica em que este atuante iguaçuano desenvolveu seus projetos.

O pós-abolição na Baixada Fluminense é um campo bastante fecundo para estudos e vem ganhando ao longo dos anos relevantes produções bibliográficas. Nesse ínterim, podemos destacar importantes obras que trazem consideráveis contribuições para a temática, autores como Ana Lugão Rios⁹, Hebe Mattos¹⁰, Carlos Eduardo Coutinho da Costa¹¹, Álvaro Pereira

⁷ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000. p. 80.

⁸ Ver imagem I.

⁹ RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e cidadania no Pós-Abolição*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

¹⁰ Idem.

¹¹ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2008.

Nascimento¹², Nielson Bezerra¹³ são responsáveis por trabalhos de grande relevo para a historiografia do pós-abolição na região.

Muitos trabalhos se debruçaram sobre o tema na tentativa de explicar os desdobramentos do negro no pós-emancipação. Segundo Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, uma grande influência sobre este assunto foram os trabalhos de Gilberto Freyre principalmente *Casa Grande e Senzala*, onde segundo as autoras, Freyre enfatizou *o caráter paternalista e de acomodação de conflitos da escravidão brasileira*¹⁴ defendendo a harmonia em espaços de convivência entre brancos, negros e em menor número o indígena no período colonial. Avessos às conclusões de Freyre, Florestan Fernandes, já na década de 60 – vertente inspirada em Caio Prado Júnior - juntamente com Fernando Henrique Cardoso e Octavio Yanni, buscou entender tanto a falta de mobilidade social quanto o preconceito contra os negros. Para tanto, analisaram censos demográficos e *constatarem a flagrante diferença socioeconômica entre pessoas negras e brancas. Ocupação, moradia, escolaridade e renda foram alguns dos critérios comparativos que os levaram a questionar a ‘democracia racial’ defendida por Gilberto Freyre*, concluindo que *as diferenças socioeconômicas estavam também ligadas às relações raciais*.¹⁵ De acordo com Nascimento, para Florestan Fernandes a falta de mobilidade social e a discriminação estariam ligadas diretamente à escravidão.¹⁶ Assim, baseados em textos clássicos da sociologia, tais conceitos permearam os discursos sobre o destino do negro após a emancipação escravista no Brasil.

Proficientes obras são de grande valia para os estudos do pós-abolição, dentre estas, podemos destacar o singular trabalho de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos *Memórias do Cativoiro – Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Fazendo uso da história oral, as autoras remontaram através da memória de ex-escravos e seus descendentes a trajetória da última geração de cativos. Ao compilar relatos dos últimos anos anteriores à abolição da escravidão

¹² NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição (Nova Iguaçu, 1880-1980)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300492867_ARQUIVO_Artigo>.pdf. Acessado em: 05/10/2015.

¹³ BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

¹⁴ RIOS, Ana Maria Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativoiro...*, op.cit, p. 18.

¹⁵ NASCIMENTO, Álvaro. *Qual a Condição Social dos Negros no Brasil depois do Fim da Escravidão? O Pós-Abolição no Ensino de História*. Apud SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. p.15

¹⁶ Idem. p.17

no antigo Sudeste cafeeiro, o trabalho analisou o passado cativo, seus laços familiares e estratégias adotadas para enfrentar as adversidades, narrativas estas, extraídas da memória latente no depoimento dos entrevistados. A obra é de expressiva contribuição para o estudo sobre o pós-abolição ao trazer à baila novas abordagens e discussões na análise desse passado escravista.¹⁷

Desatacamos também os recentes trabalhos de Carlos Eduardo Coutinho da Costa, a dissertação de mestrado sob o título *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*¹⁸ e a sua Tese de Doutorado *De pé calçado: Família, Trabalho e Migração no Pós-Abolição da Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*¹⁹. Neste último, o autor ampliou suas pesquisas nos temas a família e migração, utilizando registros civis em análises quantitativas e qualitativas. Auxiliado por variadas fontes, sobretudo as cartoriais e eclesiásticas, Costa trabalhou trajetórias coletivas, a família e o matrimônio como um caminho para mobilidade social e o processo migratório de pretos e pardos da região do Vale do Paraíba em direção a Baixada Fluminense. Com produtivas discussões, estas obras colaboraram imensamente para nossos estudos sobre o pós-abolição, principalmente para a elucidação dos meandros do progressivo processo migratório desde as primeiras décadas do século XX, colaborando com a expansão demográfica da região.

O pós-abolição como problema tem apresentado novos estudos e novos rumos em diferentes perspectivas e olhares e assim procurado rever, rediscutir e avançar sobre o que já foi feito e contribuir para novas pesquisas e as que ainda estão por emergir. Estas últimas obras tratam a questão do ex-escravizado como sujeito histórico, que na complexidade daquele momento de transição, buscou negociar, pleitear justiça em diferentes setores da sociedade, se adaptar a novas formas de trabalho e sobrepujar os embates discriminatórios e hierárquicos das relações cotidianas. Podemos encontrar diversificadas pesquisas no período do pós-abolição como trajetórias, migração, relações econômicas, a disputa por terra, formas de trabalho, família, estratégias de mobilidade. Porém, a produção de trabalhos voltada especificamente para Baixada Fluminense, ainda está longe de representar um avanço para a historiografia da

¹⁷ RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo...*, op. cit.

¹⁸ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição ... op. cit.*

¹⁹ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Tese de Doutorado. PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História Social Rio de Janeiro: IFCS, 2013.

região. Nesse sentido, a presente dissertação vem se somar a outras obras para preencher mais uma lacuna de sua história, contribuindo para elucidação de seu passado. Observamos assim a pertinência historiográfica deste trabalho e a originalidade do objeto na qual procuramos remontar parte da história da cidade de Nova Iguaçu, ao trazer em seu bojo, a singular trajetória de uma atuante figura pública, negra, inserida na política no imediato pós-abolição na Baixada Fluminense.

Ao reconstruir esta trajetória, não é intento deste trabalho, a pretensão de esgotar todos os parâmetros de sua vida, nem mesmo de considerar que o material a ser desvelado abarque de forma totalizante o que de real aconteceu em seu passado, respondendo a todas as dúvidas recorrentes ao longo desta análise. Portanto concordamos com Pierre Bourdieu e seus argumentos sobre a *ilusão biográfica*.²⁰ Bourdieu não acredita na possibilidade de se dar conta de todo o universo social que envolve uma história de vida. O autor chama de *ilusão biográfica*, o engano de se tentar construir uma história de forma ordenada, uma biografia bem organizada, com linearidade, com começo meio e um fim predestinado, relegando sua complexidade, contradições e conflitos. Ele acredita que tanto o investigado quanto seu contexto estão em constante mutação o que impossibilita abranger todos os aspectos de sua vida.

Longe da pretensão de abranger todos os aspectos da vida de Gaspar José Soares, optamos metodologicamente por reduzir a escala de observação ao analisar sua trajetória. De acordo com Geovanni Levi *a redução de escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar*²¹ baseado em uma observação *microscópica e em um estudo intensivo de material documental*²², assim, ao eleger tal análise buscamos observar a rede de relações, explorar novos contornos e aspectos que uma abordagem generalizante não privilegiaria.

Ao traçar a trajetória do Capitão Gaspar José Soares, - como por vezes aparece nas fontes - e observar suas redes de relações e a teia que este construiu através da dinâmica de suas interações, ambicionamos examinar como foram pautadas suas ações e quais estratégias utilizou para construir e atingir seus projetos. Neste ínterim, procuraremos entender as ações de

²⁰ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.183-191.

²¹ LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história" Apud BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 137.

²² Idem, p. 136.

Gaspar José Soares nos valendo dos conceitos de “projeto” e “campo de possibilidades” tal qual exposto por Gilberto Velho:

*Projeto [...] é a conduta organizada para atingir finalidades específicas [...] auxilia-nos a noção de campo de possibilidades como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sócio cultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografia enquanto expressão de um quadro sócio histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades.*²³

Tais conceitos contribuirão para nossas análises no decorrer das discussões sobre a trajetória de Gaspar José Soares. Procuraremos observar suas ações sem negligenciar suas peculiaridades e examinar a dinâmica imbricada em suas redes de solidariedade dentro do seu campo de possibilidade. Estes conceitos nos servirão de base para podermos entender os caminhos que ele utilizou para atingir determinados objetivos e observar, através de suas ações, como elaborou e executou seus projetos e como implementou suas estratégias.

Por *estratégia*, parto do princípio formulado por Fredrik Barth e delineado por Paul-André Rosenthal no livro *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Em linhas gerais, ele defende uma concepção de sociedade com incoerências onde o comportamento dos indivíduos que a compõe não é mecânico, ele é dinâmico e transformador. Este comportamento estaria ligado a uma racionalidade na qual a ação de cada sujeito seria subordinada às circunstâncias que lhe sobrevêm. Suas escolhas seriam limitadas e pautadas pelas incertezas advindas da imprecisão de prever as ações e opções do outro. A noção de estratégia estaria assim, ligada a esta ideia de racionalidade, no qual o indivíduo tomaria decisões de acordo com os recursos que dispõe, dentro de *um universo de possíveis*.²⁴

Neste ínterim, Giovanni Levi descreve como agem os indivíduos nas variáveis possibilidades apresentadas, os conflitos de suas práticas dentro de um sistema de normas:

*[...] toda ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.*²⁵

²³ SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, apud VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1994, p. 40.

²⁴ ROSENTHAL, Paul-André. *Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'*. Apud REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.159.

²⁵ LEVI, Geovanni. *Sobre a micro história*, ...op. cit, p. 135.

De acordo com o exposto, podemos afirmar que os atores pautam suas escolhas no conjunto de informações que lhes estão dispostas. Inseridos em um sistema normativo dissonante, valem-se de uma liberdade limitada para tomar decisões, as agenda e maneja ao procurar minimizar as incertezas do futuro dentro de escolhas possíveis.

De acordo com Rosenthal, os sistemas normativos são irregulares e incoerentes, seus atores reagem de forma não submissa às normas. Por ser imperfeito, com regras incertas e sem coesão, abre possibilidades para os indivíduos agirem nos buracos desses sistemas.²⁶

Quais são as possibilidades de escolhas dos indivíduos dentro deste sistema de normas? Qual a amplitude das suas decisões? Segundo Giovanni Levi:

*[...] a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores.*²⁷

Compreendemos, portanto, que os indivíduos não agem da mesma forma dentro deste sistema, não são socialmente homogêneos e nem desprovidos de incertezas. Os sistemas são dissonantes e cheios de fissuras e é dentro dessas brechas que agem esses atores que desfrutam de determinado espaço de autonomia e liberdade.

O sistema normativo que Gaspar José Soares estava inserido, não era diferente. Ele não estava totalmente fechado e solidamente estruturado a ponto de impedir que um negro no imediato pós-abolição disputasse espaços de poder naquela sociedade. Ele manuseou as regras e utilizou as brechas desse sistema a seu favor. Levi ressalta que *nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação.*²⁸ E serão destas brechas que nosso pesquisado se valerá para construir e desenvolver seus projetos.

²⁶ ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’, op. cit., p.155.

²⁷ LEVI, G. “Usos da Biografia”. Apud FERREIRA, M. & AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro*, Ed.: FGV, 1996. p.179.

²⁸ Idem. p.179-180.

Ao analisarmos a trajetória de Gaspar José Soares buscaremos observar seu contexto e suas ações dentro do seu diversificado *campo de possibilidades*, e apesar de suas especificidades compreendê-lo como fruto de seu tempo. De acordo com Levi:

*[...] qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica*²⁹.

Aqui se faz necessário entender em que contexto Gaspar José Soares se desenvolveu. Quais eram as possibilidades de mobilidade econômica e social na Baixada Fluminense no período do pós-abolição. Seria, portanto, importante analisar as brechas do sistema que Gaspar José Soares utilizou para se sobressair naquela localidade. Se ele galgou determinada proeminência social, econômica e política podemos pressupor que aquela sociedade não estava fechada. Se ele conquistou mobilidade foi por encontrar as brechas dentro deste sistema (contexto).

Ao analisar as tomadas de decisões de Gaspar José Soares poderemos verificar as possibilidades colocadas dentro daquela sociedade, os limites de sua liberdade, de suas ações, de sua autonomia. De acordo com Levi, os indivíduos agem dentro de uma racionalidade em uma sociedade de regras ambíguas, e faz escolhas mediante as incertezas e com *quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação*³⁰. Levi observa que “uma racionalidade seletiva ou limitada explica os comportamentos individuais subjetivamente desejados e aqueles socialmente exigidos, entre liberdade e constrição”³¹. Observaremos, portanto, dentro do seu campo de possibilidades, que Gaspar José Soares, escolheu suas ações, de acordo com as informações que lhe estavam dispostas. Apropriando-se de informações limitadas, com resultados incertos e interpretou à sua maneira, objetivando atingir uma finalidade, seus projetos de mobilidade.

Procuraremos empregar uma análise cautelosa das fontes, perceber nuances, os desvios e peculiaridades, através dos indícios³² deixados por Gaspar José Soares. Nesta perspectiva adotaremos o paradigma indiciário, método que de acordo com Carlo Ginzburg *é caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade*

²⁹ LEVI, G. “Usos da Biografia”, op. cit., p.176.

³⁰ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...op. cit.*, p. 46

³¹ Idem.

³² GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. Apud *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 152.

*complexa não experimentável diretamente*³³. Pretendemos observar os detalhes das fontes, peculiaridades relacionadas à suas ações, perceber indícios ao mapear sua atuação profissional, e ao analisar sua rede de relações seguindo rastros e reconstruir sua trajetória, até onde nos for possível observar.

No tocante a problemática da escassez de fontes, ao trabalhar determinadas regiões e períodos, poderia esta, configurar um entrave na elaboração deste trabalho, mas tal situação não se confirmou, uma vez que ao realizarmos ávida investigação e cruzar dados sobre Gaspar José Soares, conseguimos localizá-lo em um diversificado material documental. Num esforço para evitar o problema dos homônimos, visualizamos a necessidade de sobreposição de documentos e cruzamento das fontes. Segundo Ginzburg em “*O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*” um método eficiente para se agrupar o maior número de informações sobre o pesquisado é fazer uso do *nome* como fio condutor, afinal, *as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido*³⁴. Partindo deste pressuposto, conseguimos identificá-lo em jornais, processos, inventários, atas de reuniões, registros civis, acompanhando-o principalmente através de sua assinatura que encontramos amiúde em certidões de óbito, assentos de casamento, batismo, assinando a rogo dos nubentes em diferentes períodos ao longo de sua vida e sempre identificando sua ocupação. A sua constante assinatura e sua diversidade de ofícios foram de relevante contribuição que acrescida de outras fontes nos serviram de base para mapear suas ações e levantar sua trajetória.

O mesmo êxito não tivemos com outras figuras que compunham as nossas investigações. Podemos citar o exemplo de Antônio José de Freitas, pai de Rita de Freitas Soares, primeira esposa de Gaspar José Soares. Ao todo, encontramos quatro homônimos no mesmo período e lugar de pesquisa, impossibilitando o levantamento de informações sobre sua vida. Outras figuras que pediram um pouco mais de nossa atenção foram Francisco Baroni e Francisco Gentil Baroni. Por vezes estes dois indivíduos podiam ser confundidos nas fontes e acreditamos que tal problema também se deu ainda em vida. No dia 11 de novembro de 1906 no Jornal do Brasil lê-se a seguinte nota: “*O Tenente Francisco Baroni declara que, existindo outro igual nome, passa dessa data em diante a assinar-se Francisco Gentil Baroni*”³⁵. Assim,

³³ Ibidem, p. 152.

³⁴ GINZBURG, Carlo. *O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico*. Apud: _____. *A Micro história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989. p. 175.

³⁵ Jornal do Brasil (RJ), 11 de novembro de 1906, p. 11. Acessado em: memoria.bn.br, 11 de agosto de 2017.

o problema dos homônimos também esteve presente na própria trajetória de alguns pesquisados. Constante atenção se fez necessária para o mapeamento não somente de Gaspar José Soares, mas também de toda sua rede de relações. Encontrar e manejar as fontes foi fundamental para este trabalho.

Nosso ponto de partida, tendo seu nome como fio condutor, foi o site Family Search³⁶. Neste sítio conseguimos fazer um levantamento de sua genealogia, através de fontes paroquiais e cartoriais (assento de casamento, óbito, batismo) no qual, por vezes com maior ou menor número de informações conseguimos localizar dados como nome dos pais e avós, naturalidade, profissão, cor, filiação, entre outros, além de sua constante assinatura que também encontramos nas Atas da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu³⁷ e nestes documentos analisamos as atividades cotidianas de fomento político.

Um importante local de guarda de documentação que nos auxiliou neste trabalho foi o Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (SEGAP) do Rio de Janeiro. Nele obtivemos fundamentais fontes de pesquisa para a dissertação. Importantes processos relacionados ao objeto da pesquisa, a saber: o inventário de José Maria Mendes Soares³⁸, pai de Gaspar José Soares; o inventário de Rita de Freitas Soares³⁹, sua primeira esposa; inventário e certidão de óbito de Anna Izabel Soares Valladares⁴⁰, sua irmã; uma ação de despejo contra ele⁴¹; um processo de agravo de petição, por problemas aduaneiros, tendo como agravado a

³⁶ Family Search é um site de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias criado pela organização objetivando pesquisas genealógicas para a elaboração da história familiar e genealogia de membros a ela associados. Segundo o próprio site Family Search é a maior organização genealógica do mundo. Disponível em: <https://familysearch.org/>

³⁷ O livro de Atas da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu se encontrava disponível para pesquisa durante levantamento de fontes para elaboração desta dissertação. Não temos mais a garantia de acesso a estes documentos após este período, como informado pelo responsável. A cópia deste material se encontra digitalizado em meu arquivo pessoal.

³⁸ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

³⁹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo – Partilha – Inventário de Rita de Freitas Soares. 29 de setembro de 1897.

⁴⁰ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo: Inventário e Certidão de Registro de óbito de Anna Izabel Soares Valladares. 29 de agosto de 1924.

⁴¹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo – Ação de Despejo na Comarca de Iguassú – 1908.

Fazenda Nacional⁴²; um processo de disputa de posse⁴³ e um testamento no qual ele é citado como testamenteiro⁴⁴.

A análise de diferentes fontes, sobrepostas a outros aportes documentais nos auxiliará na compreensão de concepções do jogo social e político que Gaspar José Soares integrou ao longo de sua trajetória. Por “jogo” que abordaremos a miúdo em nosso trabalho, compreendemos como “*pessoas [...] envolvidas numa guerra de tabuleiro, onde peças de duas cores [negras e brancas] parecem empenhadas em ganhar a partida*”⁴⁵. E será neste tabuleiro que nosso pesquisado moverá suas peças em seu processo de mobilidade social e na qual pretendemos destrinchar aqui.

Neste intento, organizamos este trabalho da seguinte maneira: o primeiro capítulo tem por objetivo primeiramente expor a composição familiar de Gaspar José Soares e acompanhar alguns momentos de sua vida, para que, em posterior análise mais detalhada, compreendermos como diferentes fatores contribuíram para seu processo de mobilidade social. Pretendemos também mapear e analisar sua vida política como vereador por ao menos cinco mandatos consecutivos na Câmara de Nova Iguaçu e entender como estava configurado o jogo político iguaçuano naquele período. No fim deste capítulo, observaremos outras importantes figuras negras que conquistaram proeminente posição política em diferentes regiões mais em período correlato a trajetória de Gaspar José Soares, indivíduos que souberam superar embates discriminatórios e conquistar mobilidade social.

No segundo capítulo pretendemos expor as redes de relações de Gaspar José Soares, perceber como ele se articulou socialmente e qual a importância dessa articulação no seu processo de mobilidade social, política e econômica. Procuraremos observar o significado de fazer parte do quadro de oficiais e ostentar as patentes da Guarda Nacional. Neste capítulo também objetivamos entender como a mudança de cor em registros civis e nos censos, intencional ou não, muitas vezes poderia significar uma estratégia de mobilidade social.

⁴² Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo Autuação Nº 3062. 11 de dezembro de 1935 e Agravo de Petição Nº 6959. 08 de maio de 1936.

⁴³ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo de Justificação. 17 de julho de 1915.

⁴⁴ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo -Testamento de Benedicto Costa. 07 de outubro de 1914.

⁴⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 13.

O terceiro capítulo terá como propósito em um primeiro momento, mapear os diversificados ofícios que Gaspar José Soares desempenhou ao longo de sua trajetória. Veremos que algumas dessas ocupações não eram remuneradas, e analisaremos qual a importância delas no processo de sua mobilidade. Cabe neste ensejo, analisar o contexto em que se deu tal feito e observar se havia possibilidades de mobilidade econômica e social para negros nas primeiras décadas do século XX, no mesmo ambiente em que Gaspar José Soares se destacou com uma diversidade de arranjos de trabalho. Pretendemos também neste capítulo, discutir em que contexto Gaspar José Soares exerceu seus diversificados ofícios, procurando observar como se encontrava a Baixada Fluminense e o desenvolvimento da região a partir dos incentivos na produção da laranja.

Capítulo I

Gaspar José Soares: um nome “presente” no “passado” histórico do município de Nova Iguassú

Oriundo do município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, Gaspar José Soares, homem negro, polivalente em sua vida, político assíduo, traçou suas escolhas com as alternativas que a vida lhe disponibilizou. Sua trajetória, quase apagada da memória da cidade em que construiu sua trajetória política, pode parecer banal ao lado de tantas outras figuras conhecidas que hoje dão nome as ruas de Nova Iguaçu. Mas Gaspar José Soares, soube assimilar o jogo social e político de seu tempo e se sobressair dentre tantos outros de sua cor, marcando sua trajetória como influente cidadão Fluminense.

Neste capítulo pretendemos acompanhar partes de sua vida pessoal, para posteriormente em análise mais detalhada, a partir desta base e de outros fatores, como estes contribuíram para seu processo de mobilidade social. Nosso intento na segunda parte deste capítulo é mapear e analisar sua vida na área pública e verificar como estava configurado a política iguaçuana no período em que Gaspar José Soares se manteve como vereador. Na última parte deste capítulo, além de analisarmos um discurso racial em voga naquele período, pretendemos também, discutir a assimilação deste discurso por parte da população negra e verificarmos outras trajetórias de importantes figuras negras que conquistaram proeminente posição social mesmo em um período de grandes embates discriminatórios.

1. A trajetória de Gaspar José Soares

Sua vida tornou-se singular ao demarcar seu nome na história da região. Circunscreveu seus caminhos procurando manusear práticas e arquétipos coletivos, dispondo de estratégias que melhor correspondessem às incertezas do cotidiano para se legitimar, interferir e manejar habilmente as normas sociais. Gaspar José Soares não foi um militante combatente, longe disso. Sua vida cheia de percalços, de lutas no ir e vir de um cotidiano tortuoso, obstinado em suas contendas, nos revela que as escolhas feitas no decorrer de sua trajetória, através dos embates e disputas do jogo social, mostra sua busca assiduamente se estabelecer social e economicamente. Suas alegrias e conquistas fizeram parte amiúde de seu cotidiano, fruto de

muita labuta social, política e econômica. De seus rebentos pouco encontramos, não tiveram um nome tão relevante na história da cidade quanto seu pai.

Assim encontramos uma última nota no jornal Diário Carioca do dia 17 de maio de 1955: “*Nas pequenas comunicações, ocuparam a tribuna: [...] o sr, Luís Guimarães, que justificou um requerimento de pesar pelo falecimento, em Nova Iguaçu do cidadão Gaspar José Soares*”.⁴⁶ Depois de uma longa vida, já no fim de sua jornada, muito provável pelo avançar da idade, pouco encontramos sobre suas derradeiras ações. Mas hoje através de consideráveis pesquisas, ainda podemos achar processos decorrentes dos espólios de seus bens. Transmitidas ao longo de sua trajetória é possível elencar a relação de algumas posses deixadas a ele por herança ou por compra em leilões. Difícil determinar o montante de seu pecúlio no fim de sua vida. Apesar de ávida busca, não conseguimos localizar nem seu testamento ou inventário com a divisão de seu patrimônio.

Gaspar José Soares nasceu no dia 17 de junho de 1864, filho legítimo⁴⁷ de José Maria Mendes Soares e Maria José da Conceição, foi batizado sete meses depois, em 18 de janeiro de 1865.⁴⁸ Apesar das muitas investigações, pouco foi o que conseguimos apurar sobre seus pais, fato que enriqueceria grandemente este trabalho, uma vez que, nos auxiliaria a acompanhar a sua vida. Sabemos que estes casaram-se no dia 9 de maio de 1863⁴⁹ na Paróquia da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Seu pai era natural de Portugal e sua mãe do município de Nova Iguaçu. A única aparição de seu pai em jornais da época foi um convite para sua missa de sétimo dia⁵⁰. Em relação à sua mãe, não foi possível averiguar sua descendência, uma vez que os pais dela não são mencionados nas fontes. Conceição era um sobrenome muito comum, “*especialmente em um país de forte tradição católica como o Brasil, onde o culto a Nossa Senhora da Conceição é bastante recorrente e rememora o fato dessa santa ter sido concebida imaculada, pura, enriquecida de privilégios, em razão da sua*

⁴⁶ Diário Carioca, 17 de maio de 1955, p.3. Acessado em: memoria.bn.br, 14 de agosto de 2013.

⁴⁷ Segundo Carlos Eduardo Coutinho da Costa, conforme “*o decreto n. 9886 de 7 de março de 1888, seriam declarados legítimos os filhos que fossem reconhecidos por casamento legítimo e reconhecido pela comunidade, como afirma o artigo n.59*”. COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. IFCS, 2013, p. 63.

⁴⁸ Family Search, Livro: 6 – 18 de janeiro de 1865. Acessado em: 25 de abril de 2013.

⁴⁹ Family Search, Livro: 29 - Assento: 960. Acessado em: 17 de janeiro de 2017.

⁵⁰ Jornal do Brasil (RJ), 15 de junho de 1902, p. 10. Acessado em: memoria.bn.br, 4 de agosto de 2016.

*maternidade divina*⁵¹. O sobrenome de sua mãe também pode remeter a uma origem pobre e negra⁵², origem esta, que acreditamos que Gaspar José Soares tenha herdado.

Os avós paternos e maternos pais de Gaspar José Soares nos serviria de indícios para entendemos a composição de sua família. Em todos os registros de casamentos ou nascimentos que tivemos acesso, pertinentes aos seus descendentes, esses dados foram citados independentemente se estes eram falecidos ou não. O mesmo não ocorreu com nenhum documento em que poderia ter sido nomeado os avós de nosso pesquisado. Podemos tomar como exemplo, o assento de casamento de seus pais, José Maria Mendes Soares e Maria José da Conceição, no qual a filiação do casal não apareceu, nem em nenhum dos dois casamentos de Gaspar José Soares⁵³ ou de sua irmã Anna Izabel Soares Valladares⁵⁴. Somente na partilha dos bens de seu pai José Maria Mendes Soares⁵⁵, ficamos sabendo que ele era lavrador e de filiação desconhecida. No registro de óbito de Maria José da Conceição também não é mencionado o nome de seus pais. Dados imprescindíveis para darmos continuidade à sua genealogia e com mais clareza estudarmos as origens de Gaspar José Soares.

A mesma dificuldade também encontramos em nossas inúmeras tentativas de pesquisarmos outras importantes mulheres ligadas diretamente a ele. Apesar dos esforços, fontes que remetessem a sua única irmã Anna Izabel Soares Valadares, suas duas esposas Rita de Freitas Soares, Maria de Sá Bittencourt Soares foram bastante escassas, principalmente a relacionada a sua única filha de nome Elvira, que tomamos conhecimento de sua existência através de nota no jornal Correio da Lavoura do dia 17 de junho de 1917, por conta da comemoração do aniversário da “*gentil senhorita Elvira Soares, dileta filha de nosso amigo Senhor Capitão Gaspar José Soares*”⁵⁶. Apesar de termos localizado o registro de todos os

⁵¹ Agradeço esta sugestão de leitura ao professor Álvaro Pereira do Nascimento, ainda na minha banca de monografia. SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 4.

⁵² Neste trabalho de pesquisa, Silvana Santiago, além de discutir conceitos de gênero, classe e raça, utilizou como fio condutor o sobrenome *Conceição* para mapear muitas *mulheres processadas sob essa alcunha*. E que utilizavam este sobrenome para esconder seus verdadeiros nomes e *se livrar da polícia*. *Idem*, 129.

⁵³ Family Search, Livro: 1 – Assento: 143 - 23 de setembro de 1893. Acessado em: 14 de março de 2018; Family Search, Livro: 1 - Assento: 299 -21 de julho de 1899. Acessado em: 26 de abril de 2013.

⁵⁴ Family Search, Livro: 2 – Assento: 148 - 15 de setembro de 1906. Acessado em: 14 de março de 2018.

⁵⁵ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

⁵⁶ Jornal Correio da Lavoura (RJ), 07 de junho de 1917, p. 2. Disponível em: http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/778/1/Correio%20da%20Lavoura_12_Junho_1917%20%28finalizado%29.pdf. Acesso em 05/04/2017.

filhos homens de nosso pesquisado não tivemos o mesmo fortúnio no caso de sua filha. Ao longo de nossas pesquisas, a busca por fontes relacionadas as mulheres que faziam parte da rede familiar ou das relações de Gaspar José Soares, sempre se mostraram mais difíceis de localizar.

Em nossas pesquisas não conseguimos rastrear o grau de escolaridade, nem o local (ou locais) onde Gaspar José Soares empreendeu seus estudos. Carlos Eduardo Coutinho da Costa argumenta que a educação é um importante fator de mobilidade social.⁵⁷ E podemos inferir que a educação de Gaspar José Soares foi de muita relevância para seu processo de mobilidade social, posto que, não teria alcançado determinadas funções ao longo de sua trajetória, se não fosse pelo grau de instrução adquirido.

De acordo com Jordânia Rocha de Queiroz Guedes, em Nova Iguaçu, a escola pública já se fazia presente desde meados do século XIX, apesar do baixo número de alunos, que por razões variadas, não frequentavam a escola pública de primeiras letras. Foi também neste período que a regulamentação da instrução particular começou a ser organizada. Mas não havia um controle ou fiscalização sobre as “iniciativas particulares” - organizadas por professores públicos ou leigos *que ofereciam seus serviços de forma particular*-, nem sobre as “escolas particulares” - as que eram regularizadas pelos documentos oficiais.⁵⁸ Os principais entraves para fiscalização estavam primeiramente nas grandes distâncias entre as freguesias e na falta de delegados e inspetores de instrução, pois estes cargos não eram remunerados. Assim, seria difícil apurar o número de iniciativas e escolas particulares neste período, visto que, os levantamentos estatísticos não refletiam a realidade da educação particular. Como o ensino público não contemplava toda a região e não chegava a todos, conseqüentemente, a educação particular se fazia necessária e estava presente ⁵⁹. Ainda segundo a autora, no município de Nova Iguaçu, as escolas das freguesias mais distantes, cobriam somente a fase inicial do processo de escolarização:

[...]as escolas de primeiras letras foram estrategicamente posicionadas e modeladas de acordo com o perfil dos seus moradores, configurando-se como uma região de passagem, onde os mais abastados não mantinham residência fixa, as escolas secundárias não fizeram parte dos planos dos

⁵⁷ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *De Pé Calçado...op. cit.*, p. 132.

⁵⁸ GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenários no processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 60.

⁵⁹ Idem, p. 60-61.

*idealizadores da instrução, pois os meninos que prosseguissem os estudos na fase secundária seguiam para suas casas na Corte, em outras Províncias ou em Portugal, onde concluiriam seus estudos.*⁶⁰

Desta forma, a instrução pública atenderia superficialmente a necessidade dos habitantes do município. A continuidade dos estudos se daria somente para aqueles que tivessem condições para tal. Isto posto, podemos depreender que nas últimas décadas do século XIX, o município contasse com escolas públicas e particulares - que não abrangiam toda população - mas havia, mesmo que diminuta, possibilidade de acesso à educação.

Nesta perspectiva, Carlos Eduardo Coutinho da Costa, aferiu o percentual de analfabetos entre os anos de 1889 a 1939, a partir das assinaturas dos pais nos registros civis de nascimento do município e os que se declararam não saber ler e escrever. Concluiu que apesar da educação, naquele período analisado, não tivesse larga abrangência na Baixada Fluminense, mesmo *assim havia um bom percentual de pessoas que sabiam ler e escrever entre todas as cores*. Portanto, havia possibilidade para pretos e pardos de acesso à educação⁶¹. Segundo Petrônio Domingues, *no pós-abolição, o negro “descobriu” progressivamente a importância da educação e o valor dos diplomas*⁶². Gaspar José Soares fez uso desta educação, e esta foi de suma importância para seu processo de mobilidade social. Ao longo de sua trajetória, nos chama atenção sua polivalência profissional, que acreditamos tenha tido alicerce em uma boa base na instrução escolar.

Seu casamento com Rita de Freitas Soares aconteceu em 23 de setembro de 1893⁶³. Sabemos que com ela, teve seu primeiro filho Alberto de Freitas Soares nascido em 07 de agosto de 1894⁶⁴. Com o falecimento prematuro de Rita, Gaspar José Soares herdou juntamente com seu filho primogênito, dois prédios na Capital Federal⁶⁵ que juntos foram avaliados em 9:500\$000 contos de réis. Também herdou um débito no valor de 2:000\$000 contos de réis a

⁶⁰ Ibidem, p. 67.

⁶¹ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *De Pé Calçado...op. cit.*, p. 133-134.

⁶² DOMINGUES, Petrônio. *O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.138, p.963-994, set./dez. 2009, p. 989.

⁶³ Family Search, Livro: 1 – Assento: 143 - 23 de setembro de 1893. Acessado em: 14 de março de 2018.

⁶⁴ Family Search, Livro: 4 - Assento: 85 – 09 de agosto de 1894. Acessado em: 25 de abril de 2013.

⁶⁵ Entre os anos de 1861 e 1960, o Rio de Janeiro foi à sede da Capital Federal quando esta foi transferida para a recém-inaugurada cidade de Brasília atual capital do país.

ser pago a Dona Amélia Soares de Freitas, muito provável uma parente próxima a sua finada esposa.⁶⁶

Gaspar José Soares casou-se novamente em 29 de julho de 1899 com Dona Maria de Sá Bittencourt pelo regimento comum e costumes do Estado, ele então viúvo com 34 anos e ela solteira com 15 anos de idade. Sua profissão registrada no assento de casamento é a de proprietário, sendo natural e residente naquele distrito de Iguassú.⁶⁷ Apesar da pouca idade de sua esposa, em nossas pesquisas não foi incomum encontrar mulheres casando-se ainda bastante jovens. Caso mais raro foi o de sua única irmã Anna Izabel Soares Valladares que se casou com trinta e seis anos, em 15 de setembro de 1906, com Juvenal Valladares, 22 anos, solteiro e lavrador⁶⁸.

Fruto de seu segundo casamento com Maria de Sá Bittencourt Soares, seu segundo filho Aristides, nasceu em 1904⁶⁹, Arthur Soares seu terceiro filho nasceu dez anos depois, em 1914.⁷⁰ Ambos os assentos tiveram como declarante o próprio pai. Localizamos seu quarto filho, Octávio Soares, de profissão funcionário público, através da certidão de nascimento do neto de Gaspar José Soares, Fernando Luiz Cruz Soares, nascido em 1939.⁷¹ E como dito anteriormente, encontramos sua filha de nome Elvira, em nota no jornal Correio da Lavoura⁷². Os filhos de Alberto e netos de Gaspar José Soares são Amadeu, que nasceu em 1918 e Ondina em 1924.⁷³ De seu filho Octávio Soares localizamos Fernando Luiz Cruz Soares nascido em 1939. Sobre seus rebentos pouco encontramos, não tiveram um nome tão relevante na história da cidade quanto seu pai.

Em decorrência do inventário de seu pai, conseguimos dimensionar os bens que ele e sua então falecida esposa granjearam em vida. Sua mãe Maria José da Conceição Soares, faleceu⁷⁴ aos 55 anos, tísica mesentérica em 1894, ele subdelegado de polícia, então com 31

⁶⁶ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo – Partilha – Inventário de Rita de Freitas Soares. 29 de setembro de 1897.

⁶⁷ Family Search, Livro: 1 - Assento: 299 -21 de julho de 1899. Acessado em: 26 de abril de 2013.

⁶⁸ Family Search, Livro: 2 – Assento: 148 - 15 de setembro de 1906. Acessado em: 14 de março de 2018.

⁶⁹ Family Search, Livro: 9 – Assento: 176 - 24 de julho de 1904. Acessado em: 26 de abril de 2013.

⁷⁰ Family Search, Livro: 49 – Assento: 6154 - 28 de agosto de 1934. Acessado em: 25 de abril de 2013.

⁷¹ Family Search, Livro: 60- Assento: 14888 - 16 de julho de 1939. Acessado em: 29 de abril de 2013.

⁷² Jornal Correio da Lavoura (RJ), 07 de junho de 1917, p. 2. Disponível em: http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/778/1/Correio%20da%20Lavoura_12_Junho_1917%20%28finalizado%29.pdf. Acesso em 05/04/2017.

⁷³ Family Search, Livro: 4 - Assento: 85 – 09 de agosto de 1894. Acessado em: 23 de abril de 2013.

⁷⁴ Family Search, Livro: 2 - Assento: 409 – 06 de setembro de 1894. Acessado em: 23 de abril de 2013.

anos e sua irmã única Anna Izabel Soares com 25 anos. Com a morte de seu pai em 16 de maio de 1902⁷⁵, Gaspar José Soares e sua irmã, constituíram advogados para proceder ao inventário⁷⁶ e assim à partilha dos bens de forma amigável, sendo ambos os únicos herdeiros. No documento constam os seguintes pecúlios amealhados durante a vida de seu pai José Maria Mendes Soares: uma casa coberta de telhas na cidade de *Maxambomba* no valor de 4:000\$000, uma casa coberta de telhas bastante estragada, avaliada em 1:000\$000, uma casa coberta de telhas com fabrico para farinha no valor de 1:000\$000, uma pequena casa coberta de telhas com fabrico de farinha e mandiocal no valor de 100\$000, um poldro tordilho avaliado em 100\$000, um cavalo russo escuro e um cavalo castanho, ambos avaliados em 50\$000. Tais espólios que recebera por herança de seu finado pai e de sua primeira esposa, será de grande valia para entendermos a procedência de alguns dos bens que acumulou.

Sua única irmã Anna Soares Valladares, faleceu em 19 de agosto de 1924 de pneumonia aguda aos 55 anos de idade deixando duas filhas, sendo uma menor. Zenaria Soares Valladares, esta, casada com Armando Henrique da Silva e Zeania Soares Valladares com 13 anos.⁷⁷ Gaspar José Soares constava como escrivão e coletor no inventário da falecida. Função que exercia desde sua nomeação para escrivão da Coletoria Estadual de Iguassú em novembro de 1923⁷⁸.

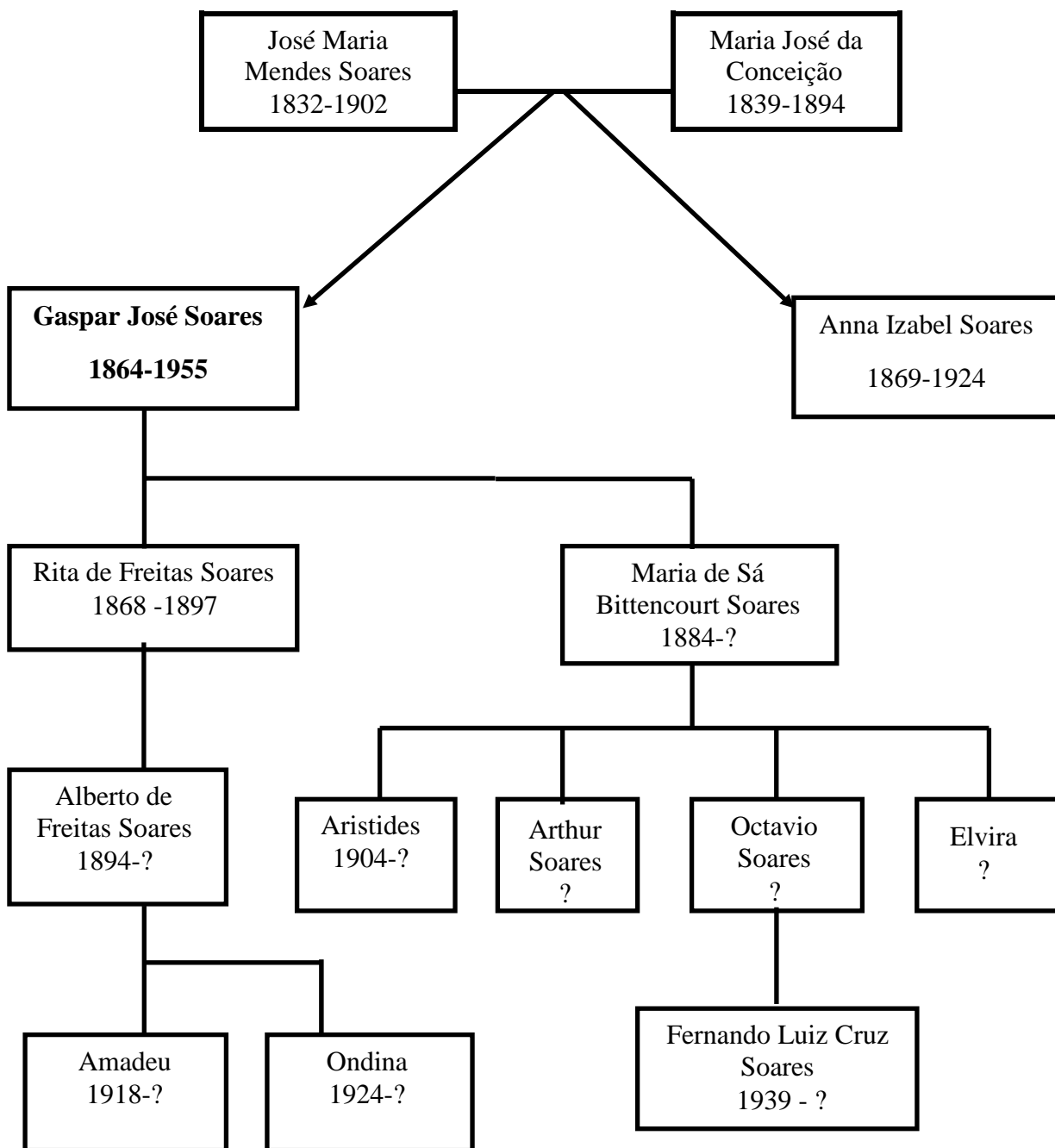
⁷⁵ Family Search, Livro: 5- Assento: 110 – 16 de maio de 1902. Acessado em: 29 de abril de 2013.

⁷⁶ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

⁷⁷ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo: Inventário e Certidão de Registro de óbito de Anna Izabel Soares Valladares. 29 de agosto de 1924.

⁷⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1986. Acessado em: memoria.bn.br; O Fluminense (RJ), 01 de novembro de 1923, p. 1. Acessado em: memoria.bn.br

Gráfico 1 - Genealogia da família de Gaspar José Soares – Nova Iguaçu 1832-1955



Fontes: Registros de Casamento, batizado e óbito acessado em <https://familysearch.org/>

Processos fizeram parte de sua trajetória. Sempre extenuantes, observamos nesses litígios o quão aguerrido ele foi em sua lida. Na ação de despejo movida pelo Capitão Antônio da Silva Chaves pelo não pagamento de um arrendamento de terras, Gaspar José Soares foi despejado da casa onde residia e teve que pagar à custa do processo. Em contra partida, recebeu após muito arrazoar, as benfeitorias feitas no terreno ora em questão, mesmo considerando o valor inferior ao investido.⁷⁹ Outro processo bastante extenso na vida de Gaspar José Soares, começou no dia 11 de dezembro de 1935 movido pela Fazenda Nacional, no qual foi intimado a pagar a quantia de 2:591\$300 relativo a diferença de direitos aduaneiros pago a menos na nota de importação da alfândega do Rio de Janeiro pela tarifa referente a quarenta e sete fardos contendo papel de seda impresso para embalagem de frutas para exportação.⁸⁰ Este processo se estendeu até setembro de 1940.

Em 17 de julho de 1915, Umbelino Gomes do Nascimento e sua mulher Outeria Balbina do Nascimento moradores do município de Nova Iguaçu, alegaram ter adquirido um terreno na Rua Coronel Alfredo Soares e em princípio de março daquele ano, Gaspar José Soares e sua mulher cercaram parte de seu terreno que segundo eles, era de seu *domínio e posse, e pede que os réus sejam intimados e não mais os turbem na referida posse [...] sob pena de pagarem aos requerentes, além das custas, a quantia de 3:000\$000*.⁸¹ A partir deste processo ficamos sabendo como ele adquiria terrenos que vendia no município e pudemos entender parte de sua função como proprietário e comerciante.

Gaspar José Soares também fez e desfez sociedades em sua trajetória. Em 30 de novembro de 1911, dissolveu a sociedade que antes era composta também pelos sócios Francisco Gentil Baroni⁸² e José Joaquim Soares⁸³, chamada Gaspar, Baroni & Soares. Com

⁷⁹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo – Ação de Despejo na *Comarca de Iguaçu – 1908*.

⁸⁰ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo Autuação Nº 3062. 11 de dezembro de 1935 e Agravo de Petição Nº 6959. 08 de maio de 1936.

⁸¹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/SEGAP): Processo de Justificação. 17 de julho de 1915.

⁸² Não conseguimos levantar muitas informações sobre Francisco Gentil Baroni, mas sabemos que trabalhou com o fabrico de aguardente e foi um negociante local. Ver em: *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1927, p. 7. Acessado em: memoria.bn.br; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. 1924. p.1026. Acessado em: memoria.bn.br.

⁸³ Não foi possível apurar se José Joaquim Soares se tratava de algum parente. O sobrenome “Soares” é bastante extenso na região e em nossas pesquisas não encontramos nenhum vínculo familiar entre a família de Gaspar José Soares, com outros “Soares” que localizamos. Mas sabemos que além de comerciante ele trabalhava com fabrico de aguardente. Ver: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. 1924. p.1026. Acessado em: memoria.bn.br

a saída de José Joaquim Soares a firma passou a existir sob a razão de Gaspar & Baroni.⁸⁴ Mas também não perduraria muito tempo. Em março de 1920, também tentou sociedade na exploração do comércio e indústria de carvão vegetal e lenhas juntamente com seu sócio Annibal Pierroni na firma Pieroni & Soares, com sede no Méier e capital de 15:000\$000.⁸⁵ Firma esta, com poucos meses de vida. Em 15 de julho do mesmo ano, a firma se dissolveu e por sua saída recebeu a quantia de 4:000\$000 ficando o restante (também 4:000\$000) com o sócio.⁸⁶ Posteriormente, em 30 de abril de 1937, Gaspar José Soares obteve uma inscrição como exportador de frutas cítrica com a marca “G.J.S” iniciais de seu nome.⁸⁷ Ao mapearmos os diversificados ofícios que Gaspar José Soares desempenhou ao longo de sua trajetória, nosso objetivo é entender qual a importância destes, em seu processo de sua mobilidade. Sobre a pesquisa e análise da diversidade de arranjos de trabalho desempenhados por ele discutiremos mais a diante.

Gaspar José Soares foi uma importante figura no município de Nova Iguaçu. Assíduo em missas, o encontramos muitas vezes nomeado como testemunha de casamentos, assinava a rogo dos nubentes que não sabiam ler nem escrever. Além de participar ativamente da política local, ser comerciante, pretendo advogado e sócio em empresas com negócios diversificados. Esteve presente na criação da sociedade musical, *Centro Musical Nilo Peçanha*⁸⁸. Podemos também encontrá-lo envolvido com o Clube de futebol da cidade, o *Filhos de Iguassú*⁸⁹:

Será realizada hoje a Assembleia Geral no Filhos de Iguaçu, para a eleição do conselho Deliberativo. A “Ala” dirigida por Marinho Magalhães e Manoel Pereira Dias apresentará a seguinte chapa, que provavelmente será vencedora: (...) Gaspar José Soares (...).⁹⁰

Nesta matéria do jornal A Manhã, do dia 23 de dezembro, de 1947, já preconizava a vitória da chapa. Também o encontramos em 1933, como conselheiro da diretoria e em 1947, concorrendo às eleições para o Conselho deliberativo do clube.

⁸⁴ Correio da Manhã (RJ), 07 de dezembro de 1911. p. 8. Acessado em memoria.bn.br, 14 de maio de 2013.

⁸⁵ Jornal do Brasil (RJ), 24 de abril de 1920. p. 11. Acessado em memoria.bn.br, 22 de abril de 2013.

⁸⁶ Jornal do Brasil (RJ), 16 de agosto de 1920. p. 10. Acessado em memoria.bn.br, 14 de maio de 2013.

⁸⁷ *Diário Oficial da União* DOU, Seção 1, 12 de maio de 1937, p. 34. Acessado em: 28 de abril de 2013.

⁸⁸ A Época (RJ) 21 de setembro de 1915, p.6. Acessado em memoria.bn.br

⁸⁹ Diário da Noite (RJ), 2 de dezembro de 1933. Acessado em memoria.bn.br

⁹⁰ A Manhã (RJ), 23 de dezembro de 1947, p.11. Acessado em: memoria.bn.br

Depois de uma longa vida, já no fim de sua jornada, muito provável pelo avançar da idade, pouco encontramos sobre suas derradeiras ações. Mas hoje através de consideráveis pesquisas, ainda podemos achar processos decorrentes dos espólios de seus bens. Difícil determinar o montante de seu pecúlio no fim de sua vida. Apesar de ávida busca, não conseguimos localizar nem seu testamento ou inventário com a divisão de seu patrimônio.

Gaspar José Soares faleceu em 14 de maio de 1955, aos 90 anos, de infarto do miocárdio e arteriosclerose cerebral, como atestado em seu registro de óbito abaixo:

*Aos 14 dias do mês de Maio de 1955, em meu cartório compareceu Amaury Ferreira da Silva com 22 anos de idade natural deste Estado, profissão comércio, residente neste distrito, exibindo atestado do Doutor Alfredo Soares, declarou em Rua Bento Vasconcelos, 73, nesta circunscrição, faleceu de infarto do miocárdio, arteriosclerose cerebral no dia 13 de maio de 1955 às 19 horas Gaspar José Soares, do sexo masculino, de cor branca, profissão proprietário, natural deste Estado, com 90 anos de idade, estado civil casado com Maria de Sá Soares, no lugar Nova Iguaçu, no cartório 1º Circunscrição, residente e domiciliado nesta cidade, filho legítimo de José Maria Mendes Soares, natural deste Estado e de Maria José da Conceição, natural do Estado do Rio de Janeiro, residente neste distrito e vai ser sepultado no cemitério desta Cidade [...]*⁹¹

A vida de Gaspar José Soares se apagou juntamente com sua história. Não encontramos material muito expressivo em notas dos jornais, aviso de missas, ou qualquer outra matéria mais relevante destacando o falecimento de um importante e assíduo político fruto da cidade. A “cor” branca registrada em seu óbito, reforça a ideia de apropriação de um discurso seletivo de branqueamento que discutiremos ao fim deste capítulo. Por hora, pretendemos delinear alguns aspectos da trajetória de sua vida, importantes para compreendemos como um homem de tez notoriamente *não branca*, galgou expressiva carreira pública na política iguaçuana. Além de seu significativo trabalho como exportador de frutas cítricas, entre outras importantes ocupações, em um período no qual a sociedade se reestruturava após o fim jurídico de séculos de escravidão. Veremos no decorrer deste trabalho que Gaspar José Soares foi um agente modificador de sua vida e do contexto, em um comportamento não mecânico, mas antes agindo nos interstícios deste sistema, de forma dinâmica, de acordo com os recursos que dispunha, equilibrando as incertezas, a racionalidade e liberdade limitada na tomada de decisões, em prol dos seus projetos⁹².

⁹¹ Family Search – Livro: 45 - Termo: 21166 – 14 de maio de 1955. Acessado em: 22 de abril de 2013.

⁹² LEVI, G. “*Usos da Biografia*” ... op. cit., p.179.

Neste momento podemos inferir que nosso pesquisado teve uma origem humilde. Seu pai nunca foi listado como lavrador, nem pequeno ou médio na região; provavelmente a lavoura que cultivou era para sua subsistência e ganhava a vida com o fabrico de farinhas. Segundo Nielson Rosa Bezerra a produção de alimentos como a farinha, o feijão, o milho e o arroz, eram as principais atividades econômicas do Recôncavo do Rio de Janeiro durante o século XVIII, tendo a farinha como principal produto desta economia⁹³. A educação seria um importante campo de análise para entendermos sua mobilidade, mas apesar da ausência de fontes nesta área, podemos afirmar que a instrução escolar que Gaspar José Soares recebeu foi primordial para lograr e manter muitas funções que exerceu em sua trajetória. Mas foi na diversificação e utilização de suas funções dentro do jogo político e social local que este demarcou seu lugar nesta sociedade. Como poderemos acompanhar no decorrer deste trabalho.

2. Gaspar José Soares: um “negro político, político negro” na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu

A primeira vez que encontramos Gaspar José Soares envolvido com a vida política, antes de seu primeiro mandato registrado nas Atas do Arquivo da Câmara Municipal de Nova Iguaçu em 1917, foi no jornal *Gazeta de Petrópolis* em 14 de fevereiro de 1899, com a notícia da posse na Câmara Municipal dos últimos vereadores eleitos. Havia comparecido à sessão, entre outras importantes figuras, o Tenente Gaspar José Soares, ainda como subdelegado de polícia.⁹⁴ Como analisaremos mais adiante, os cargos públicos, muitas vezes não remunerados serão de grande valia para conquista e manutenção de sua mobilidade social.

Em 04 de dezembro de 1909, no *Correio da Manhã*, podemos encontrá-lo como candidato indicado a vereador:

*O diretório do partido que apoia o governo do Dr. Alfredo Backer, no município de Iguassú, apresenta os seguintes cidadãos para vereadores, na próxima eleição a realizar-se no dia 19 do corrente [...] Os cidadãos indicados são todos dignos de sufrágios dos Iguassuanos, e, uma vez eleitos, pugnarão, sinceramente, pelo progresso do município e pela satisfação de reais necessidades locais.[...] Capitão Gaspar José Soares[...].*⁹⁵

⁹³ BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio ... op. cit.*, p. 53-54.

⁹⁴ *Gazeta de Petrópolis* (RJ) 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em: memoria.bn.br

⁹⁵ *Correio da Manhã* (RJ), 04 de dezembro de 1909, p.6. Acessado em: memoria.bn.br

Não temos registro de sua vitória nesta eleição, pois como já foi dito, seu primeiro mandato registrado foi no ano de 1917. No livro *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*, consta que entre os anos de 1904 a 1916 não há fontes locais para confirmar esses dados.

Observamos que paulatinamente, Gaspar José Soares percorreu os meandros da política na Baixada Fluminense. Não conseguimos apurar familiares envolvidos neste ramo. Acompanhamos, entretanto, que aos poucos com suas ações e escolhas de seus aliados, Capitão Gaspar José Soares, foi galgando espaço e erigindo um caminho que o levou a ganhar notoriedade na região. Averiguamos que ele amiúde estava cercado pela *elite política*⁹⁶ local e entre *as pessoas mais gradas do município*⁹⁷. Em 1918, foi publicado no *Diário Oficial da União* (Seção 1), uma moção apresentada por Gaspar José Soares em apoio e solidariedade ao então presidente da República Wenceslau Braz⁹⁸. Também encontramos o mesmo texto no livro de Atas da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu:

*Secretaria da Câmara Municipal de Iguassú — Nova Iguassú, 16 de janeiro de 1918 — Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, D. D. Presidente da República — De ordem do Exmo. Sr. presidente tenho a honra de comunicar a V. Ex. que, em sessão de 10 do corrente e de acordo com a lei em vigor, foram eleitos para constituírem a Mesa desta câmara municipal no presente exercício os Srs. vereadores: coronel Ernesto França Soares, presidente; capitão Antônio da Silva Chaves, vice-presidente e capitão Pithyas de Castilho Lobo, secretário. Comunico também a V. Ex., de ordem do Exmo. Sr. presidente que na referida sessão foi apresentada pelo vereador Gaspar José Soares e aprovada pela Câmara a moção seguinte: “Á Câmara Municipal de Iguassú assegura o seu inteiro apoio e solidariedade ao Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, Presidente da República, em todas as medidas que o alto patriotismo de S. Ex. adotar e os mais francos aplausos pela serena energia com que tem defendido o brio e dignidade nacionais. “Cordiais saudações. — O secretário, Nicolau Rodrigues da Silva”.*⁹⁹

⁹⁶ Concordamos com o conceito de elite fluminense tal qual delineado por Marieta de Moraes Ferreira: [...] *os indivíduos que ocupavam cargos no Executivo e no Legislativo fluminense. Tomando esse ponto de partida, definimos como elite política fluminense os senadores, deputados federais e estaduais, presidentes de estado, vice-presidentes, secretários de estado e membros das comissões executivas dos principais partidos.*

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 30-31.

⁹⁷ *Gazeta de Petrópolis* (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em memoria.bn.br

⁹⁸ Wenceslau Brás Pereira Gomes nasceu no dia 26 de fevereiro de 1868 em São Caetano da Vargem Grande, (MG). Formou-se em Direito em 1890 Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1910 foi eleito vice-presidente da república no governo de Hermes da Fonseca. Assumiu a Presidência da República em 15 de novembro de 1914. Wenceslau Brás faleceu em Itajubá no dia 15 de maio de 1966. CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wenceslau-bras-pereira-gomes>> Acesso em 27 de maio de 2018.

⁹⁹ *Diário Oficial da União* DOU, Seção 1, 17 de janeiro de 1918, p. 41.

Em nossas pesquisas constatamos que poucas foram às moções registradas no livro de Atas da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, o que nos alerta sobre a relevância de tal atitude enquanto vereador da região. Reverberar apoio ao político da situação, foi uma escolha de suma importância para as pretensões de nosso pesquisado, tanto para demarcar posicionamento quanto para manter determinada relação com outras instâncias administrativas. Ato significativo tanto para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, quanto para Gaspar José Soares se manter e galgar mais proeminência dentro do jogo político local.

Ao analisar o livro das Atas das reuniões de vereadores no edifício da Câmara no Município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1918 a 1922, nos deparamos com um fato singular relacionado a Gaspar José Soares: as sucessivas tentativas de se eleger a cargos da mesa de Vereadores. Ele se candidatou repetidas vezes aos cargos de vice-presidente e secretário da mesa. Até onde conseguimos apurar nas Atas, ele não foi bem-sucedido em nenhuma de suas tentativas registradas entre os anos de 1918 a 1924.

Na eleição que ocorreu em 10 de janeiro de 1918, Gaspar José Soares se candidatou a Vice-presidente da mesa. A votação foi feita com cinco cédulas. Seu concorrente Capitão Antônio da Silva Chaves obteve quatro votos e o Capitão Gaspar José Soares, um voto. Sendo declarado eleito pelo Presidente da mesa o Capitão Antônio da Silva Chaves. Nesta mesma eleição ele se candidatou a secretário e também recebeu 1 voto, provavelmente o seu, sendo eleito ao cargo com quatro votos o Capitão Phythias de Castilho Lobo¹⁰⁰.

Em 11 de fevereiro de 1919, ele novamente se candidatou a secretário da mesa, perdendo desta vez por 7 votos a 1 para Phythias de Castilho Lobo. Na eleição de 12 de junho de 1919 consta na Ata a sessão solene de instalação e posse dos Srs. Vereadores e Juizes de Paz para o triênio de 1919 a 1921. Gaspar mais uma vez se candidatou a vice-presidente, perdendo para Octávio Ascoli¹⁰¹ por 7 votos a 1, em votação com oito cédulas. Novamente nas eleições de 01 de janeiro de 1920, ele perdeu para Octávio Ascoli por 7 votos a 1.

¹⁰⁰ Vereador da Câmara de Nova Iguaçu entre os anos de 1917 a 1921 e comerciante local. BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000, p. 39-40; Correio da Lavoura (RJ), 29 de novembro de 1917, p. 4. Disponível em: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/759/1/Correio%20de%20Lavoura_37_Novembro_1917%20%28finalizado%29.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2018.

¹⁰¹ Vereador e posterior prefeito interino entre os anos 1920 a 1922 por ocasião do falecimento de Ernesto França Soares.

Na sessão extraordinária de 04 de junho 1920, em decorrência do falecimento do Coronel Ernesto França Soares, então presidente da Câmara, Gaspar José Soares perdeu mais uma vez a eleição para vice-presidente para o Coronel Alberto Soares de Souza e Mello por 7 votos a 1. No dia 08 de Janeiro de 1921 ele não se candidatou nem a presidente nem a vice, ele se candidatou a secretário e perdeu mais uma vez para o Capitão Phythias de Castilho Lobo por 5 votos a 1. No total contamos seis derrotas consecutivas. Cabe salientar que nenhum outro candidato que também tenha disputado com ele tais eleições internas da Câmara de Vereadores foram tantas vezes derrotados. O que nos leva a presumir os entraves e rejeições que Gaspar José Soares encontrou ao longo de sua jornada política num período tão melindroso para indivíduos de sua cor que buscaram mesmo diante de instituições com mascarados arcabouços discriminatórios determinada posição e notoriedade em espaços públicos de poder.

Mediante o exposto, não podemos negar o quão assíduo e empenhado foi Gaspar José Soares no ramo da política. Suas constantes tentativas, até onde conseguimos apurar, em galgar uma posição na mesa da Câmara de Vereadores, nos faz refletir sobre possíveis dificuldades que encontrou ao exercer sua função.

Petrônio Domingues afirma que para além dos *estereótipos impingidos ao negro nas primeiras décadas do pós-abolição. Longe da imagem de alienação, subalternidade e anomia social*¹⁰², pode-se inferir que indivíduos negros foram versáteis, conscientes na defesa de seus interesses procurando *fazer valer seus projetos, anseios e ideais, e conquistar (ou ampliar) direitos e redefinir sua posição na sociedade*¹⁰³. E para Gaspar José Soares, conquistar um lugar na mesa, poderia representar tanto um distanciamento deste estereótipo, quanto demarcaria um lugar naquele espaço, ou seja, fazer parte dela estava diretamente ligado ao jogo político e saber manusear as peças desse jogo foi imprescindível em seu processo de mobilidade social.

¹⁰² DOMINGUES, Petrônio. “*Vai ficar tudo preto*”: *Monteiro Lopes e a cor na política*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 2013, p. 81. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/04.pdf> > Acesso em: 22 de março de 2018.

¹⁰³ Idem.

A Câmara de Vereadores

Com a instalação da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu iniciou-se a primeira legislatura em 29 de julho de 1833, composta por sete vereadores e tendo como presidente o vereador Ignácio Antônio de Souza Amaral¹⁰⁴. O total de legislaturas a contar da data de instalação da Câmara até 1930, interrompida pela Revolução e último período legislativo em que Gaspar José Soares aparece nomeado, é deveras incerto decorrente da constante falta de fontes em determinados períodos. De acordo com os registros do livro de Ney Alberto Gonçalves *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*, contabilizamos 38 legislaturas baseadas nas atas documentadas e do Almanak Laemmert.¹⁰⁵

O primeiro mandato de Gaspar José Soares como vereador foi registrado entre os anos de 1917-1918. Ele ainda foi eleito por mais quatro mandatos, 1919-1921, 1924-1927, 1927-1929, 1929-1930. Muito provável que entre os anos 1922-1923, Gaspar José Soares também tenha sido vereador no período, mas não encontramos fontes locais que afirmem tal situação. Seu último registro como vereador no município de Nova Iguaçu é em 1930¹⁰⁶.

De acordo com Adriano dos Santos Moraes, para cada legislatura (entre os anos 1889, início da Primeira República no Brasil até a instalação da prefeitura de Nova Iguaçu em 1919) *eram eleitos sete vereadores gerais e seis vereadores distritais (Maxambomba, Marapicu, Iguaçu, Meriti, Palmeiras e Pilar eram os distritos do município), além da composição das comissões internas e dos juízes de paz de cada distrito.*¹⁰⁷ Os cargos de presidente, vice-presidente e secretário da mesa diretora da casa legislativa, eram escolhidos na primeira sessão após as eleições, quem presidia a mesa de forma interina era o vereador mais votado na eleição.¹⁰⁸

¹⁰⁴ Inácio Antônio de Souza Amaral, nasceu em 1800, primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, foi um proprietário rural e político brasileiro, primeiro barão de Guandu, proprietário da Fazenda Olaria, foi dignitário da Imperial Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo – ordens honoríficas do Brasil. Faleceu no dia 21 de abril de 1878 em Nova Iguaçu. Dicionário e tradutor Sensagent. Disponível em:

<http://dicionario.sensagent.com/In%C3%A1cio%20Ant%C3%B4nio%20de%20Souza%20Amaral/pt-pt/>.

Acesso em 14 de dezembro de 2017; Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em:

<http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-apresentacao/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

¹⁰⁵ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal ... op. cit.*, p. 15-41.

¹⁰⁶ Idem, p. 41.

¹⁰⁷ MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro: 2016, p. 18.

¹⁰⁸ Idem, p. 18.

O ato da criação da *Prefeitura do Município de Iguassú* ocorreu em 26 de novembro de 1919 de acordo com o decreto abaixo:

Decreto n° 1.716 de 26 de novembro de 1919

Decreta – Art.1° - Nos Termos do art. 11, da lei 1614, de 29 de outubro do corrente, serão executados os trabalhos de instalação de rede de esgotos na cidade de Nova Iguaçu, de acordo com o projeto e orçamento organizado pela Comissão de Saneamento e aprovados pelo Secretário Geral do Estado e criada a Prefeitura no referido município, ex-vi do art. 31, parágrafo 2ª, n°.11, da reforma Constitucional, de 18 de Setembro de 1903 (...)

Palácio do Governo, em Niterói, 26 de novembro de 1919 (ass.): Raul de Moraes Veiga.¹⁰⁹

Como assinalado no próprio decreto a intervenção no município se justificou pela preocupação com a saúde pública e o temor de determinadas doenças comuns no período. *Para isso, o saneamento básico foi argumento chave de que seria necessário para o estado garantir a execução de serviços públicos buscando se livrar das doenças.*¹¹⁰

Após a criação da prefeitura, as configurações do novo momento político alterariam de forma substancial a autonomia político-administrativa municipal que desde a criação do município em 1833 acumulava as funções dos poderes Legislativo e Executivo. O decreto estabeleceu a prefeitura e, por conseguinte instituiu o cargo de prefeito – o poder Executivo. O então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul de Moraes Veiga¹¹¹, nomeou para a função o sanitarista Mário Pinotti¹¹². Anteriormente cabia ao presidente da Câmara Municipal, eleito *pelos demais vereadores, que possuíam mandato por delegação dos eleitores da cidade*¹¹³, a responsabilidade executiva local. Segundo Moraes, tal intervenção provocaria um esvaziamento das prerrogativas da liderança do município, uma vez que enfraqueceria o poder

¹⁰⁹ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.), op. Cit., p. 53.

¹¹⁰ MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção*, op. Cit, p. 95.

¹¹¹ Raul de Moraes Veiga nasceu em São Francisco de Paula (Trajano de Moraes) em 24 de outubro 1878. Formou-se em engenharia civil em 1899. Em 1909 foi eleito deputado estadual e posteriormente deputado federal. Foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro entre os anos 1918 e 1922. No decurso de seu mandato foi reformada a Constituição do estado, pela Lei nº 1670 de 15 de novembro de 1920. Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1947. Dicionário e tradutor Sensagent. Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/Raul%20de%20Morais%20Veiga/pt-pt/>> Acesso em 16 de dezembro de 2017.

¹¹² Mário Pinotti nasceu em Brotas (SP) em 21 de janeiro de 1894, médico sanitarista, foi diretor-geral do Departamento de Saúde do estado do Rio de Janeiro de 1938 a 1941. Tornou-se diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1945. Foi ministro da saúde nos governos de Getúlio Vargas (1954) e de Juscelino Kubitschek (1958-1960). Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de março de 1972. CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinotti-mario>> Acesso em 16 de dezembro de 2017.

¹¹³ MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção*, op. cit., p. 17.

da casa legislativa e a administração da cidade passaria a ser exercida pelo chefe do novo poder que, teoricamente, era ocupado por pessoa alheia aos jogos políticos do município. De acordo com Moraes, antes da nova legislação:

*O governo federal confiava aos presidentes dos estados, junto com os grupos políticos que os apoiavam, a função de alinhar os interesses locais e estaduais com os interesses federais. Então, os representantes estaduais, alinhados com o presidente da república, concediam privilégios aos potentados municipais em troca do tão esperado apoio político.*¹¹⁴

Parte da vereança de Nova Iguaçu insatisfeita com a interferência do Estado que restringiria o raio de ação do Legislativo local, reagiu ao que considerou um desrespeito à autonomia municipal. O Coronel Ernesto França Soares, que durante o período em questão, fazia as vezes do poder executivo no papel de presidente da Câmara, nomeou um advogado e por meio de um *habeas-corporis* junto ao Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional e ilegal a criação da prefeitura de Nova Iguaçu, assumiu a prefeitura em 1920 como segundo prefeito da cidade, conseguindo a remoção de Mario Pinotti.¹¹⁵ Ainda durante o seu mandato, França Soares veio a falecer, Octávio Áscoli assumiu o cargo entre os anos 1920 a 1922. A eleição para prefeito do município aconteceu em 09 de julho de 1922 com a vitória do Dr. Manoel Francisco Salles empossado dia 25 de novembro daquele ano.¹¹⁶

Segundo Moraes, a intervenção Federal na escolha do chefe Executivo municipal fazia parte de uma *lógica de funcionamento político de negociação e disputa entre grupos opositores na esfera estadual e que extrapolava para as oligarquias locais*. A aplicação da legislatura em vigor desde 1903¹¹⁷ tinha o objetivo de ao nomear um prefeito fora do eixo político local, obter o controle do município formando base de apoio do governo estadual. Mas o autor atenta que tal intervenção direta do presidente do Estado na escolha do chefe Executivo do município, não garantiria a isenção de intenções dentro das disputas políticas, mesmo que este estivesse alheio ao jogo político da região.¹¹⁸

¹¹⁴ Ibidem, p. 12.

¹¹⁵ Idem, p. 12-13.

¹¹⁶ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.), op. Cit., p. 67.

¹¹⁷ Sobre a reforma Constitucional de 1903, ver MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção*, op. cit., p. 23-24.

¹¹⁸ MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção*, op. cit., p. 95.

Surama Conde Sá Pinto ao analisar a política carioca na Primeira República¹¹⁹ defende a revisão da ideia de um constante embate envolvendo o Executivo e o Legislativo municipal. Para tanto, longe de refutar a concepção da existência de disputas e conflitos entre os poderes, segundo a autora, tais desacordos fizeram parte da arena política daquele período, isto posto, *houve fases em que a convivência entre prefeitos e intendentes foi um pouco mais harmoniosa e outras em que a tensão foi acirrada em função da falta de sucesso nos canais de negociação.*¹²⁰ De acordo com Sá Pinto, em se tratando da Capital Federal (Rio de Janeiro), durante todo o período compreendido entre 1892 quando foi aprovada a Lei Orgânica do Distrito Federal que entre outras medidas criou o cargo de prefeito, até 1930, os chefes do Executivo municipal sempre foram indicados pelo presidente da República.¹²¹ A intervenção federal, circunscreveu a área de atuação do Legislativo municipal – os intendentes – que anteriormente gozava de prerrogativas e acumulava funções administrativas doravante, transferidas ao Executivo municipal, o prefeito. De acordo com Surama Conde Sá Pinto, muitas resoluções do Conselho de Intendência Municipal¹²², não era atribuição do Legislativo local, estipuladas pela legislação do período. Assim:

*Não competia ao Conselho nomear, aposentar, conceder licenças fora das regras vigentes, reintegrar funcionários, aumentar ou equiparar vencimentos de funcionários municipais, como os intendentes fizeram durante todo o período. Tais iniciativas eram privativas do Prefeito. O Poder Legislativo local parece ter mantido certa nostalgia de uma fase em que acumulava também funções administrativas e tinha um raio de ação maior do que o Executivo municipal. Não se limitar ao código legal foi um meio utilizado pelos intendentes para tentar reconquistar o campo de atuação subtraído pela legislação reguladora das atribuições dos poderes locais.*¹²³

Os intendentes da Capital Federal passaram a desenvolver projetos de leis nos quais ignoravam determinados dispositivos jurídicos, por conseguinte, elaborar trabalhos para além de suas

¹¹⁹ PINTO. Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital Federal*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. 2013, p. 5. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364561379_ARQUIVO_Soparainiciados.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

¹²⁰ PINTO. Surama Conde Sá. *Só para iniciados*, op. Cit., p.11.

¹²¹ Idem, p. 5.

¹²² Segundo Surama Conde de Sá Pinto, anterior a implementação da Lei Orgânica de 1892, o Conselho de Intendência Municipal - órgão Legislativo local criado com a implantação do novo regime em substituição à Câmara Municipal. Os respectivos presidentes do Conselho também respondiam pela administração da cidade, ou seja, faziam as vezes de prefeitos. PINTO. Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital Federal*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. 2013, p. 5. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364561379_ARQUIVO_Soparainiciados.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

¹²³ Idem, p. 10.

atribuições foi uma estratégia encontrada pelos intendentess da Capital Federal para driblar a legislação restritiva, aumentar sua área de atuação contrapondo-se *ao esvaziamento de suas prerrogativas*.¹²⁴ No caso de Nova Iguaçu, a Câmara de vereadores, onde também não pretendiam perder espaço no jogo político, reagiram judicialmente contra a interferência federal tendo como mote o discurso contra a violação da autonomia municipal. A ênfase e unicidade do discurso contrário à criação da prefeitura e em defesa da autonomia político-administrativa local, serviu como um componente de coesão entre o corpo de vereadores e o presidente da Câmara, uma vez que segundo Moraes em moção, os vereadores demonstraram solidariedade política ao presidente da casa e que durante todas as referências ao episódio, não houve registro em ata de manifestações contrárias aos políticos locais.¹²⁵

Ao analisar a participação de Gaspar José Soares no caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, podemos observar que o mesmo coadunava com seus pares, reprovando a interferência externa nos assuntos administrativos da casa. Foi registrada na Ata da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, a sessão ordinária do dia 4 de novembro de 1919, as presenças dos vereadores coronel Ernesto França Soares, Doutor Octávio Áscoli, o Tenente coronel Alberto Soares de Souza e Mello, o Tenente Coronel João Telles Bittencourt, o Major Isaac Manoel da Câmara, o Capitão Pythias de Castilho Lobo, Peregrino Esteves de Azevedo e Capitão Gaspar José Soares. Após ser declarada aberta a sessão pelo presidente da casa, o Coronel Ernesto França Soares, iniciou um debate sobre a implementação da lei 1.614¹²⁶. Em sua explanação o vereador Peregrino Esteves de Azevedo, protestou *contra a intervenção do Estado nos negócios do município*¹²⁷.

Pedindo a palavra Gaspar José Soares se manifestou contrário aos novos procedimentos efetuados pelo Legislativo estadual: [...] *protestava também pela mudança de diversas sedes de diversos distritos [...] feita pela Assembleia do Estado, sem que por mera cortesia fosse ouvida a Câmara de Iguaçu*¹²⁸. Gaspar José Soares estava envolvido e alinhado com os interesses políticos local, não estava alheio aos problemas do município e não foi por acaso que se manteve como vereador por vários mandatos consecutivos. A divergência de mando

¹²⁴ PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados*, op. cit., p. 10.

¹²⁵ MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção*, op. cit., p. 29.

¹²⁶ Idem, p. 23-24.

¹²⁷ Ata da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, reunião ordinária do dia de 4 de novembro de 1919. Documento presente no Arquivo Nacional. Acervo Judiciário do Supremo Tribunal Federal. Processo de *habeas-corpus* número 5912. MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção*, op. Cit, p. 23.

¹²⁸ Idem, p 23.

ocorrido com a criação da figura do prefeito e da prefeitura de Nova Iguaçu foi importante para que ele pudesse legitimar fidelidades partidárias a aqueles com quem estava construindo laços de dependência e principalmente de reciprocidade política. E será neste jogo de dar e receber que usará as frestas desse sistema para se manter entre esta elite política iguaçuana.

Este momento foi relevante para o jogo político local, no qual demarcar posição seria fundamental para conquistar aliados e concretizar ações futuras. E Gaspar José Soares não foi indiferente a situação. O dissenso foi tão conturbado que chegou a render acusações de desmandos relacionados ao uso da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu. E ele, juntamente com seus pares, publicaram uma nota sobre o incidente ocorrido em virtude da tentativa de posse do prefeito nomeado. Segundo estes, por não terem tido acesso às chaves do prédio, por oposição tanto do presidente quanto dos vereadores da Câmara, o edifício teria sido arrombado e as fechaduras trocadas para a instalação da Prefeitura. Havia um claro ambiente de insatisfação com os rumos dos divergentes posicionamentos sobre a condução da política local:

A sede da Câmara, por mais prefeitos que o governo possa criar, não é a sede da Prefeitura; continua sendo a sede da Câmara, e dela dispõe e nela manda a Câmara pela sua comissão de polícia, isto é, pela sua mesa. A coexistência de sedes da Prefeitura e da Câmara só é possível quando esta consente em ceder parte de seu edifício para aquela se instalar.¹²⁹

Tanto o presidente da Câmara, quanto seus vereadores, não estavam dispostos a ceder espaço para instalação da Prefeitura dentro do prédio da Câmara, tanto que lavraram protesto contra a sua criação e ameaçaram utilizar o poder judiciário contra ela. Visto que, segundo eles, o prédio havia sido ocupado com violência e com apoio de força pública com *carabinas embaladas*¹³⁰. Neste momento podemos acompanhar Gaspar José Soares, mais uma vez posicionando-se politicamente, escolhendo ficar ao lado de seus companheiros de vereança. Ato que implica diretamente na manipulação de sua rede de relações, que como veremos ser delineado mais adiante, será bastante fortuito para levar a cabo seus projetos.

O desaparecimento da política na trajetória de Gaspar José Soares, também acompanhamos pelas notas nos jornais, que em sobreposição com outras fontes nos ofereceu informações sobre suas últimas ações na tentativa de se manter na administração pública do município. Em uma reunião registrada no jornal *O Paiz* de 28 de agosto de 1929 sob o título

¹²⁹ O Paiz (RJ), 04 de dezembro de 1919, p. 4. Acessado em: memoria.bn.br, 14 de agosto de 2013.

¹³⁰ Idem.

*Centro Pró-Júlio Prestes-Vital Soares*¹³¹, de Iguassú, o encontramos sendo nomeado entre importantes figuras políticas do município, como funcionários públicos, comerciantes, industriais e autoridades judiciárias, convocados a *prestar apoio aos Srs. Presidentes da República e do Estado do Rio de Janeiro, no caso de sucessão, incentivar as propagandas das referidas candidaturas e qualificar todos os cidadãos aptos do município.*¹³² Na nota constava além do nome do Major Gaspar José Soares, o presidente do diretório do Partido Republicano Fluminense e deputado Alberto Mello, o então prefeito, o coronel Peregrino Esteves de Azevedo e o presidente da Câmara, o Dr. Octávio Áscoli. Nesta nota é a uma das poucas vezes em que Gaspar José Soares apareceu com a patente de Major, o que reflete sua ascensão na hierarquia simbólica no jogo das relações e política local. Neste ínterim, também conquistou e manteve seu nome circunscrito entre *as pessoas mais gradas* da elite social, comercial e administrativa do município.

Apesar da vitória de Júlio Prestes e Vital Soares nas eleições para Presidente da República e vice-presidente, em 3 de outubro teve início a Revolução de 1930. Washington Luís, então presidente, foi deposto naquele mesmo ano e Getúlio Vargas assumiu o poder federal.¹³³ Com a Revolução, o Congresso Nacional foi dissolvido e fechado, assim como as Assembleias dos Estados e as Câmaras de Vereadores. No ano anterior, Gaspar José Soares havia sido mais uma vez eleito para o período legislativo que começou em 1930 e terminaria em 1932, mas fora interrompido pela Revolução. Após longos anos sem atuação política em Nova Iguaçu, a Câmara retomou seus trabalhos a partir da legislação de 1936 que deveria ter sido encerrada em 1939, mas foi suspensa pelo Estado Novo e o novo governo de Getúlio Vargas fechou novamente as Câmaras de Vereadores.

A última aparição de Gaspar José Soares tentando voltar à vida política do município foi em julho de 1937, quando esteve presente em uma reunião sob a legenda Reação Democrática de Iguassú para apoiar candidatos à Presidência da República nas eleições que deveriam acontecer em 03 de janeiro do ano seguinte.¹³⁴ Seu nome foi elencado entre outras

¹³¹ Chapa composta por Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo, candidato a Presidente da República e Vital Henrique Batista Soares candidato à vice-presidência. Apesar de vitoriosa e reconhecida pelo Congresso Nacional, não chegaram a assumir os cargos impedidos pela Revolução de 1930 que alçou Getúlio Vargas ao poder. CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOARES,%20Vital.pdf>. Acessado em: 20 de dezembro de 2017.

¹³² O Paiz (RJ), 28 de agosto de 1929, p.8. Acessado em: memoria.bn.br, 14 de agosto de 2013.

¹³³ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.), op. Cit., p. 68.

¹³⁴ Jornal do Brasil (RJ), 30 de julho de 1937, p. 7. Acessado em: memoria.bn.br, 4 de agosto de 2017.

figuras públicas, que em sua grande maioria eram diferentes dos elementos que acompanhamos nos seus anos de vereança. A eleição de 1938 não chegou a ser realizada, Getúlio Vargas com o objetivo de permanecer no poder, deu golpe de estado, estabeleceu em 10 de novembro de 1937, um período de ditadura conhecida como Estado Novo.¹³⁵ A Câmara de Vereadores foi fechada novamente e só retornou em 1947¹³⁶, oito anos antes do falecimento de Gaspar José Soares, com então 82 anos de idade.

O Voto e o “bico de pena”

O episódio a seguir nos auxilia a entender os interesses e disputas que permeavam o jogo político local na qual fazia parte Gaspar José Soares e a elite política iguaçuana, em período vital para as pretensões deste grupo: as eleições.

Em nota, o *Jornal do Commercio* do dia 17 de outubro de 1929, apresentou o parecer da Primeira Comissão de Verificação de Poderes eleita com o propósito de examinar as eleições que teriam sido realizadas no dia 22 de setembro daquele ano, para o triênio de 1929 a 1932 no município de Nova Iguaçu. Tendo esta comissão prestado contas do *que apurou do exame das atas, listas de chamada, diplomas e contestações*¹³⁷. Foram apresentadas três manifestações relacionadas ao processo eleitoral. A primeira de autoria do candidato Getúlio

¹³⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo> > Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

¹³⁶ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.), op. Cit., p. 41-42

¹³⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), 17 de outubro de 1929, p. 11.

Barbosa de Moura¹³⁸, que contestou a candidatura de Elyseu de Alvarenga Freire¹³⁹ requerendo sua inelegibilidade por este ser devedor da Fazenda Municipal. A segunda, de Sebastião de Arruda Negreiros¹⁴⁰, pediu a anulação da 2ª Seção eleitoral por esta não corresponder ao número de votos. A terceira contestação de Deodoro de Alvarenga Ribeiro¹⁴¹, pedia a nulidade de todo o pleito. A Comissão achou razoável somente a segunda contestação, proferindo a seguinte declaração:

*[...] porquanto, na 2ª seção havendo comparecido 119 candidatos, da ata consta números de votos correspondentes ao comparecimento de 120 eleitores, sendo deste modo nula a referida seção, assim a Comissão é de parecer que não sejam computados na apuração geral os votos colhidos na 2ª seção eleitoral do 1º distrito e declarada a eleição ali realizada “nula”.*¹⁴²

As outras contestações foram desconsideradas porque a primeira não apresentou provas suficientes de suas alegações e o número de votos do candidato que apresentou a terceira contestação foi insuficiente para ter sua reclamação analisada, ou seja, metade dos votos do último candidato diplomado. Entre os que não conseguiram números suficientes de votos para

¹³⁸ Getúlio Barbosa de Moura nasceu no dia 10 de junho de 1903 em Itaguaí no Rio de Janeiro. *Cursou o internato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e tornou-se em 1924 funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil.[...] em 1931 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, especializando-se em direito criminal. [...] Em maio de 1933 elegeu-se suplente de deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Progressista Fluminense. Retornou à prefeitura de Nova Iguaçu em março de 1945, ali permanecendo até novembro do mesmo ano, um mês após a queda do Estado Novo. Com a redemocratização do país, elegeu-se em dezembro de 1945 deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD).[...] Foi secretário de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro no governo de Celso Peçanha (1961-1962).[...] Fundou a Associação Rural de Nova Iguaçu e presidiu a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro até sua morte, no dia 10 de julho de 1981.* CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-barbosa-de-moura> > Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

¹³⁹ Elyseu d’Alvarenga Freire, nasceu no dia 14 de junho de 1864, em Resende no Rio de Janeiro. Era filho de José d’Alvarenga Freire, médico e fazendeiro de café, cursou o magistério, foi incorporado a Guarda Nacional e chegou a lecionar no Vale do Paraíba. Foi para Nova Iguaçu em 1890. Elegeu-se vereador em 1929 pelo 4º Distrito de Iguassú. Faleceu em 27 de maio de 1930 em decorrência de um edema pulmonar. Meriti Online. Disponível em: < <http://www.meritionline.com.br/ELYSEU%20D%B4ALVARENGA%20FREIRE.html> > Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

¹⁴⁰ Sebastião Arruda Negreiros nasceu no dia 28 de março de 1884 em Piracicaba, São Paulo. Cursou o ensino superior na Faculdade Nacional de Direito. Foi para o Rio de Janeiro em 1912, comissionado no Ministério da Marinha. Eleito vereador em 1922, chegou a Presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Elegeu-se mais duas vezes prefeito da cidade nos anos de 1946 e 1958. Faleceu em 21 de março de 1965. BATISTA, Allofs Daniel. Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do correio da lavoura (1964 – 1975). Rio de Janeiro: PPGH – Unirio, 2014. Centro de Memória de Nova Iguaçu. Disponível em: < <https://centrodememoriadeni.wordpress.com/av-dr-arruda-negreiros/> >. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

¹⁴¹ Não localizamos fontes suficientes com informações sobre sua trajetória, sabemos que Deodoro Alvarenga Ribeiro, foi 1º suplente de subdelegado de polícia do 7º distrito de Nova Iguaçu em 1921; vigia fiscal de Anchieta em 1929. Ver: O Jornal (RJ), 13 de dezembro de 1921, p. 11; Jornal do Commercio (RJ), 26 e 27 de dezembro de 1929, p. 10.

¹⁴² Jornal do Commercio (RJ), 17 de outubro de 1929, p. 11.

sua diplomação estavam os três candidatos que impetraram requerimento contra o pleito. Sebastião de Arruda Negreiros com 402 votos e Deodoro de Alvarenga Ribeiro com 349 votos e o de Getúlio Barbosa de Moura com 336 votos, ou seja, menos da metade do último colocado, o Coronel Elyseu de Alvarenga Freire que obteve 707 votos – o mesmo que Getúlio Barbosa de Moura, o candidato menos votado, pediu a inelegibilidade. De acordo com esta comissão, o resultado do pleito ficou assim definido:

Tabela 1: Votos dos candidatos diplomados para o triênio de 1929 a 1932 nas eleições de 22 de setembro de 1929.

Cargos	Candidatos	Votos
Prefeito	Coronel Alberto Soares de Souza e Mello	1.497
Vereador	Coronel Peregrino Esteves de Azevedo	1.379
Vereador	Capitão Gaspar José Soares	1.260
Vereador	Dr. Octávio Áscoli	1.229
Vereador	Dr. João Barbosa Ribeiro	1.189
Vereador	José Antônio Martins Porto	1.182
Vereador	Manuel da Costa Pereira	1.174
Vereador	Major Isaac Manuel da Câmara	1.116
Vereador	Coronel Elyseu de Alvarenga Freire	707

Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 17 de outubro de 1929, p. 11.

Esta foi a última eleição que Gaspar José Soares apareceu como candidato e saiu vitorioso. Podemos destacar que seu número de votos é bastante significativo se comparado aos seus concorrentes. Provavelmente este resultado seja reflexo tanto de seus anos como ativo trabalhador na administração pública do município, quanto a conquista de um reconhecimento social e político.

O episódio nos ofereceu informações valiosas sobre como se delineava ao menos uma parte do jogo político envolvendo as eleições. Petrônio Domingues afirma que:

*[...] as eleições na Primeira República não se resumiam a um jogo de cartas marcadas. As cartas, no tabuleiro da política, eram permutadas, barganhadas, embaralhadas, negociadas, confrontadas, blefadas, de modo que o resultado daquele jogo nem sempre era previamente determinado [...]*¹⁴³

Saber jogar e entender como funcionava os meandros da política na Primeira República era fundamental para os que desejavam se inserir neste campo e (ou) conseguir mobilidade social pelo viés político. E o número de votos que Gaspar José Soares conseguiu reunir, evidencia

¹⁴³ DOMINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”, *op. cit.*, p. 78.

seu conhecimento dessas regras. Entre as especificidades deste jogo estava as fraudes eleitorais. Segundo Victor Nunes Leal mesmo com as várias mudanças nas leis eleitorais¹⁴⁴, estas não foram suficientes para impedir as fraudes. Uma falsificação bastante comum, era o “*bico de pena*” praticada pelas mesas eleitorais [...]: *inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todopoderosa dos mesários realizava milagres portentosos*¹⁴⁵. A pequena diferença entre o número de votantes ao número de votos na 2ª seção do primeiro distrito de Nova Iguaçu nas eleições de 1929, pode tanto significar como posto por Leal, uma tentativa de fraude, como apenas um erro no processo de votação. Mas com uma reduzida quantidade de eleitores daquela seção seriam poucas as chances de erro em seu pleito, fato este que, a Comissão julgou plausível a anulação de seus votos. Nos deixa também evidente que a questão sobre fraudes levantada por Victor Nunes Leal, esteve presente nas eleições ocorridas dentro do município de Nova Iguaçu.

Na obra *Coronelismo, enxada e voto*, o autor apresenta as particularidades do que chama de *coronelismo*, tendo a figura preponderante, do ‘*coronel*’ como chefe político local, uma liderança que capitaneava os chamados *votos de cabresto* do pequeno proprietário rural. O coronel por vezes assumia também a função policial sempre que necessário, auxiliado por *empregados, agregados ou capangas*¹⁴⁶. Sob às égides dessa liderança, figuram como seus subordinados “[...] *A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono.*” Frente a um abastado ‘coronel’ que por vezes é um fazendeiro abundante financeiramente ou ‘remediado’, um dono de terras sem grandes pecúlios:

[...] *gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas.*¹⁴⁷

O trecho acima apresenta de forma bastante ilustrativa a situação de muitos políticos, comerciantes, grandes proprietários da região, indivíduos como Gaspar José Soares, que usou a diversificação de suas fontes de rendas e de seus diferentes ofícios na administração pública

¹⁴⁴Sobre a legislação eleitoral ver capítulo 6 da obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no país*, p. 206 a 229.

¹⁴⁵LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no país*. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 214.

¹⁴⁶ Idem, p. 46.

¹⁴⁷ Idem, p. 46.

do município, como esteio para conquista e manutenção de sua mobilidade social, política e econômica. Ele detinha - como veremos em outro momento deste trabalho - um espírito empreendedor para os negócios e os bens que amealhou durante sua trajetória foi uma junção de muito trabalho e fortuitas escolhas e acontecimentos.

Ana Maria Lugão Rios, contesta a ideia criada a partir de um discurso ruralista das elites proprietárias do pós-abolição sobre a representação da *população rural* como um grupo homogêneo *desprezando a diversidade de situações no campo, e apresentando-a como desvalida (por vezes coberta de vícios), ignorante e necessitada da proteção desta mesma elite proprietária*¹⁴⁸, como posto por Leal, que descreve esta população como naturalmente dependente, que precisava de orientação, educação, correção e coação de acordo com os interesses do *coronel*. Para Lugão Rios, esta população rural era constituída por uma complexa diversidade que abarcavam *pequenos proprietários a rendeiros, posseiros, agregados, trabalhadores por empreitada, parceiros ou trabalhadores diaristas (jornaleiros)*¹⁴⁹ diferentemente do que foi defendido por Leal em suas análises de reciprocidade dentro do jogo político municipal que não concebe as distintas especificidades dessa população rural. De acordo com Victor Nunes Leal, haveria uma relação intrínseca de reciprocidade entre o chefe político local e seus subordinados, retirando destes, qualquer expressão de maturidade intelectual ou política.

O absenteísmo descrito por Leal também não se aplicava a Gaspar José Soares. Segundo o autor, *depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança*, o coronel ou chefe local somente voltaria ao seu rincão para visitas familiares esporádicas ou para fins políticos, pois em decorrência de sua fortuna política, alçou voos mais altos como um deputado *estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo*¹⁵⁰. Gaspar José Soares galgou com persistência a sua manutenção entre a elite política da região e foi no permanente e assíduo trabalho na administração pública que se manteve por determinado período na vereança do município. Seus consideráveis votos em sua última eleição refletem seu empenho.

Apesar de ter se afastado da política iguaçuana, as redes de relações construídas a partir das experiências e interesses mútuos em seus anos como vereador local, contribuíram para

¹⁴⁸ RIOS, Ana Maria Lugão. *Campesinato negro no período pós-abolição... op. cit.*, p. 6.

¹⁴⁹ Idem, p. 5.

¹⁵⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...op. cit.*, p. 41.

diversificação de suas chances de conservar o prestígio e mobilidade conquistado, como abordaremos no próximo capítulo. Por hora, nos cabe analisar outros possíveis caminhos de mobilidade social dentro das novas configurações das relações raciais que estavam se redesenhando com o desmantelamento da ordem escravista e os novos arranjos com o advento da República.

3. “Negro político, político negro”¹⁵¹

Gaspar José Soares teve uma assídua vida política. Foi eleito vereador por cinco mandatos, entre os anos de 1917 a 1930. Nas sessões realizadas e registradas no livro de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Iguaçu¹⁵² entre 08 de janeiro de 1918 a janeiro de 1922 a presença de Gaspar José Soares é constante. Sua assinatura apareceu em quase todos os registros, atitude que deixa transparecer seu interesse em participar das atividades relacionadas as políticas do município.

Em grande parte do período que corresponde a trajetória de Gaspar José Soares, esteve em voga um pretense discurso cientificista que colocou em pauta termos como *supremacia branca, eugenia, branqueamento e extinção da população negra*. O imediato pós-abolição carregava neste ínterim todo um debate relacionado ao desmantelamento tardio do regime escravocrata. A queda da Monarquia e a ascensão da República demandavam novas configurações sociais e políticas. Teorias raciais também ganharam força neste período onde as novas relações hierárquicas estavam sendo forjadas. Na singularidade deste momento, encontramos na apropriação do discurso como forma de preservar determinados *privilégios, demarcando-se fronteiras e recompondo antigos territórios*¹⁵³. No cerne deste debate a pretensão em reafirmar através do *jogo da dissimulação*¹⁵⁴, diferentes critérios sociais para inserção negros e brancos.

Sobre este tabuleiro de peças marcadas, a obra de Wlamyra R. Albuquerque *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, nos serve de esteio nesta discussão. Tendo

¹⁵¹ Título do livro de Oracy Nogueira *Negro político, político negro: a vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da "República Velha"*.

¹⁵² Livro de Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Arquivo pessoal.

¹⁵³ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação ... op. cit.*, p. 243.

¹⁵⁴ Idem.

como cenário a cidade de Salvador na Bahia, circunscrito aos últimos anos da escravidão e as primeiras décadas do pós-abolição, em um período de intensas embates em torno da racialização das relações sociais e o lugar do negro nesta sociedade, a autora analisou circunstâncias variadas envolvendo personagens e instituições para demonstrar os instrumentos que de forma tênue foram a base do racismo à brasileira, problemáticas estas, envolvendo o fim da escravidão e seus desdobramentos.

De acordo com Petrônio Domingues, em um período de transformações sociais e com o fim da Monarquia, os ideais republicanos não encontraram coesão entre os afro-brasileiros. Defensores do *Antigo Regime* acreditavam, portanto que a Monarquia seria a:

[...]única forma de governo apta a equacionar os impasses e dilemas da 'raça estigmatizada pela escravidão', proporcionando-lhe oportunidades econômicas e reconhecimento social, para outros, a melhor solução repousava no projeto republicano, com a retórica da liberdade, igualdade e fraternidade¹⁵⁵.

Neste novo contexto do pós-abolição, de reorganização das hierarquias sociais e da manutenção de poder, percebemos na dubiedade de posicionamentos um ensejo pela busca de melhores condições para a população negra em um período bastante melindroso.

Mesmo diante dessa conjuntura de restrição de mobilidade social da população negra e pobre, destacou-se o protagonismo de importantes figuras públicas de origem afrodescendente que pulularam na política, nos sindicatos, em irmandades religiosas, nos jornais, nas sociedades recreativas, em diferentes esferas associativas. Independentemente de seu engajamento na luta pela igualdade de direitos entre brancos e negros, estes homens souberam, no labirinto das ideias fortemente difundidas de um racismo científico, lutar pela sua própria mobilidade social, econômica, política ou intelectual em um país que defendia um discurso de um futuro cada vez mais *branco*. Não foram poucos os indivíduos que souberam suplantar estes embates discriminatórios e acessar sendas de mobilidade social.

Para além de Gaspar José Soares, podemos acompanhar outras importantes figuras negras que se destacaram e chegaram a desfrutar de posições públicas de grande prestígio nos maiores centros políticos do país. Um exemplo, encontramos no trabalho de Carolina Vianna Dantas, em sua pesquisa sobre a trajetória de Manoel da Motta Monteiro Lopes, advogado,

¹⁵⁵ DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania Levada a sério: os republicanos de cor no Brasil*. Apud, GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro edições, 2014. Recurso digital, p. 116.

deputado negro no pós-abolição. Dantas chamou atenção para o campo aberto para o estudo de camadas mais excluídas da população e os novos sujeitos antes alijados da historiografia, como fecundo terreno de pesquisa. Ressalta também a importância de trazer à tona trajetórias de afrodescendentes e os desdobramentos até então obscuros, do pós-abolição no período da Primeira República corrigindo assim alguns silêncios da historiografia.¹⁵⁶

Monteiro Lopes, como ficou conhecido, nasceu em Recife, Pernambuco em 1867. Diplomado bacharel em Humanidades no Ginásio de Pernambuco em 1883, formou-se em 1889 em Direito, doutorou-se e advogou na cidade até 1892.¹⁵⁷ Em Manaus foi nomeado promotor público e posteriormente obteve o cargo de juiz de Direito. Em 1894 viajou para o Rio de Janeiro onde advogou até 1903. No mesmo ano, foi eleito membro do Conselho Municipal do Distrito Federal, tendo se destacado neste *órgão pela defesa de benefícios para os operários*.¹⁵⁸

Homem público, figura conhecida, conquistou a mobilidade social e relevante espaço na política carioca, apesar do racismo não somente da imprensa, como de outros setores da sociedade. Figura influente se candidatou, em 1909, pelo Partido Republicano Democrata a Deputado Federal, dedicando-se ferrenhamente à sua campanha. Os periódicos da época noticiaram amplamente sua candidatura e por muitas vezes o depreciaram com falas e imagens de cunho racista. Mas Monteiro Lopes saiu vitorioso desbancando políticos mais tradicionais.¹⁵⁹

Por temer ser excluído da representação nacional por ser negro, Lopes propôs arregimentar importantes setores da sociedade a se mobilizarem. De acordo com Dantas:

A partir daí teve início uma grande mobilização de entidades formadas por negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia e em Pernambuco [...]. Esse movimento resultou em vários telegramas enviados (e publicados) a jornais por todo o Brasil e em cartas enviadas a políticos de prestígio, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Venceslau Brás. Em função desse movimento, durante o ano de

¹⁵⁶ DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição*. Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF – Niterói: PPGHISTÓRIA – UFF, 2010, p.23-24.

¹⁵⁷ Idem, p.6.

¹⁵⁸ Idem, p.8.

¹⁵⁹ Idem, p. 9-11.

*1909, nas cidades de Campinas, Pelotas e Santa Maria no Rio Grande do Sul, foram fundados grêmios, associações e até mesmo um clube de futebol com o nome do deputado.*¹⁶⁰

Em apoio a Monteiro Lopes, foram deflagrados diferentes protestos de grupos negros em favor de sua diplomação na Câmara. A autora destacou a importância *da mobilização baseada em uma identidade racial que os rumores da exclusão de Monteiro Lopes da Câmara de Deputados provocaram.*¹⁶¹ Apesar de todo alvoroço em torno de sua campanha e eleição, Monteiro Lopes foi empossado dia 30 de abril de 1909.

Lopes entendia toda a luta em torno de sua candidatura, como uma continuação do movimento iniciado em torno da emancipação escrava em 1888. De acordo com a autora:

*Era assim que queria ser visto e guardado publicamente para posteridade: como alguém que conquistou a duras penas a educação formal em instituições renomadas, participou do movimento abolicionista, da campanha republicana e da ruptura de barreiras raciais e do mandonismo oligárquico impostos naquele momento, entrando orgulhosamente pela porta da frente no Parlamento. Unir a abolição e sua posse em uma só comemoração era estabelecer seu lugar (e o lugar dos negros) na história da luta pela liberdade no Brasil e na própria constituição da nação.*¹⁶²

Em decorrência de toda a luta e conquista, várias comemorações em alusão ao 13 de maio improperam naquele ano. Tanta exposição e reconhecimento também renderam a Monteiro Lopes severas críticas por determinados setores da imprensa. O que não arrefeceu sua luta contra os *estigmas e estereótipos da escravidão*. Manoel da Motta Monteiro Lopes morreu no ano seguinte.¹⁶³

Igualmente a Monteiro Lopes, a trajetória de Alfredo Casemiro da Rocha também foi marcada por embates relacionados a sua cor. A trajetória de Monteiro Lopes expôs os enfrentamentos de um indivíduo com posição pública proeminente no período da Primeira República na política no Rio de Janeiro e sua luta pelo reconhecimento de seu importante trabalho na política carioca. Na trajetória de Casemiro da Rocha observaremos as nuances

¹⁶⁰ Ibidem, p. 13.

¹⁶¹ Idem, p.14.

¹⁶² Idem, p.16.

¹⁶³ Idem, p.21.

dos caminhos que escolheu ao exercer sua profissão e seus mandatos em São Paulo, um dos maiores centros políticos do país.

Alfredo Casemiro da Rocha também foi contemporâneo de Gaspar José Soares. James Woodard no artigo *Negro político, sociedade branca*¹⁶⁴, percorreu e analisou a vida de Casemiro da Rocha delineando os elementos que possibilitaram sua mobilidade social e como alcançou notoriedade na vida política paulistana. A peculiaridade de sua proposta ao estudar a vida do biografado é trazer uma visão menos romanesca, revendo equívocos e alguns exageros contidos no livro *Negro político, político negro* do cientista social Oracy Nogueira¹⁶⁵. Buscou dar complementariedade ao que já havia sido pesquisado, agregando *evidências adicionais por meio de abordagens distintas*¹⁶⁶.

Alfredo Casemiro da Rocha, nasceu em Salvador, na Bahia em meados da década de 1850, *filho caçula de uma 'preta livre'*, diplomou-se como farmacêutico, em 1877 pela Faculdade de Medicina da Bahia, após formar-se foi morar em São Paulo. Estabeleceu-se em Cunha, no Vale do Paraíba por questões de saúde. Casemiro da Rocha era tuberculoso e o clima da cidade serrana era indicado, na época, aos que padeciam de doenças pulmonares. Em 1873 foi eleito vereador e, em 1883, chegou à presidência da Câmara Municipal pelo Partido Republicano. Elegeu-se deputado estadual em 1890 e posteriormente deputado federal. Por razões políticas perdeu o seu mandato em 1899, mas em 1907 voltou a Câmara de Deputados do Estado de São Paulo. Segundo Woodard, Casimiro da Rocha, chegou *ao topo da carreira pública em 1925, com sua eleição ao Senado estadual*¹⁶⁷. Pouco antes de seu falecimento em 1933, foi nomeado prefeito do município de Cunha, pelo então interventor do Estado, Armando de Salles Oliveira.¹⁶⁸

Segundo o autor, para Oracy Nogueira, as razões do sucesso da trajetória de Alfredo Casemiro da Rocha, se deram pelo fato dele ser respeitado profissionalmente e porque

¹⁶⁴ WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca: Alfredo Casemiro da Rocha como exceção e estudo de caso (São Paulo, décadas de 1880 a 1930)*. Apud *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flávio Gomes e Petrônio Domingues. São Paulo: Selo Negro edições, 2014. Recurso digital.

¹⁶⁵ Oracy Nogueira foi antropólogo e sociólogo, nasceu em 1917 no município de Cunha, São Paulo. Escreveu a biografia de Alfredo Casemiro da Rocha em o trabalho baseado na obra de Oracy Nogueira, *Negro político, político negro: a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha*.

¹⁶⁶ WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca*, op. Cit., p. 243.

¹⁶⁷ Idem, p. 222

¹⁶⁸ Idem, p. 221-222

contava com a anuência tanto da população quanto da política oligárquica. Questões conjunturais e as qualidades do próprio Casemiro da Rocha teriam contribuído para uma carreira bem-sucedida. Portanto seu sucesso teria decorrido dos seguintes fatores:

[...]do declínio da cafeicultura no Vale [do Paraíba] e do retrocesso da agropecuária comercial, no município, com o recrudescimento da economia de subsistência ou de autoconsumo'; de outro, 'seu traquejo com uma cidade maior, sua inteligência, a instrução superior e, sobretudo, o modo bonachão, tranquilo, pacífico e conciliador' do 'político negro'.¹⁶⁹

Para Woodard, tal entendimento sobre os êxitos na trajetória na Casemiro da Rocha, não comportaria todas as nuances de uma carreira pública tão expressiva, não elucidando o *fato notável de um "negro" alcançar status e posições de destaque estaduais durante uma época em que várias escolas de pensamento relacionadas ao "racismo científico" campeavam pelos mundos político e intelectual paulistas.*¹⁷⁰ Portanto, a proeminente carreira de Casemiro ganharia mais relevância por estar inserida em um mote conjuntural desfavorável a sua especificidade enquanto negro. Não obstante, os embates e austeridades raciais figurasse continuamente, não foram suficientes para debilitar ou impedir que este ganhasse projeção e *status*.

Em análise mais detalhada da atuação política de Casemiro da Rocha no movimento republicano paulista, anterior a queda da Monarquia, o autor concluiu que o mesmo, não foi eleito vereador de Cunha por ser republicano, mas antes *por ser o munícipe elegível mais bem instruído da época, o único que levava o título de 'doutor'*¹⁷¹. Portanto, um aspecto importante na vida do biografado que não foi salientado no trabalho de Nogueira, o fato de Casemiro de Abreu ser médico mostrou-se determinante para o seu sucesso na carreira política.

As novas evidências levantadas sobre a trajetória política de Casemiro da Rocha, descortinam outro lado de sua vida e nos *revela um político hábil e astucioso que soube negociar as regras do jogo político da época para proveito seu e de sua família*¹⁷². A sua formação profissional tornou-se um fator bastante relevante para o incremento da próspera

¹⁶⁹ NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro: a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da 'República Velha'*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 209, Apud WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca*, op. Cit., p. 223.

¹⁷⁰ WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca*, op. Cit., p. 222-223.

¹⁷¹ Idem, p. 224.

¹⁷² Idem, p. 244.

carreira pública, uma vez que conquistou votos a partir de uma *clientela política local* assim como, pela *utilidade socioeconômica do conhecimento médico-sanitarista na época das epidemias[...]*.¹⁷³ Assim diferentes fatores, principalmente sua formação profissional, colaboraram para suas aspirações sociais e políticas, juntamente com sua habilidade em manejar as circunstâncias apresentadas a seu favor.

Importante ressaltar que em uma investigação mais minuciosa, o autor relata que não encontrou nenhuma fonte que relacionasse Alfredo Casemiro da Rocha ao abolicionismo. Suas pesquisas envolveram as imprensas abolicionistas, republicana paulista e a imprensa negra do período. Apesar de não refutar a ideia de que Casemiro da Rocha era um abolicionista, o autor expõe fontes que corroboram com a ideia da não militância do médico e político no engajamento de qualquer movimento.¹⁷⁴ Todavia a sua ascendência negra não passou despercebida pela imprensa paulista e em determinadas ocasiões, referências a sua cor e a sua origem social fizeram parte da sua trajetória política.¹⁷⁵

Alfredo Casemiro da Rocha, viveu em um período onde racismo científico figurava constantemente nas páginas dos jornais. *a “ciência” da época e a participação na vida político-administrativa de São Paulo exigiram convivência, se não plena adesão, com doutrinas científicas e políticas profundamente racistas e preconceituosas.*¹⁷⁶ Ligadas ao racismo científico que reverberou não somente em São Paulo, mas possivelmente em todo país, o *darwinismo social*, o *determinismo climático* e a *eugenia* deveriam ser assimilados e, por conseguinte abandonadas toda a herança *sociocultural* e *“genética” da escravidão*, processo este amparado em um ideal de *branqueamento* progressivo da população, decurso natural e inevitável. Em meio a todo um pungente discurso racista, figuras públicas bastante influentes se destacavam na vida política paulista, homens de ascendência escrava, africana e não branca, indisfarçável.¹⁷⁷

Segundo o autor a vida íntima tanto de Casemiro de Abreu como de outras figuras públicas importantes e de provável ascendência africana confirmavam a tese do processo de *branqueamento* tão reverberado na sociedade paulista no período em questão. Teriam estes

¹⁷³ Ibidem, p. 244.

¹⁷⁴ Idem, p. 224-225.

¹⁷⁵ Idem, p. 230.

¹⁷⁶ Idem, p. 244.

¹⁷⁷ Idem, p. 237.

homens assimilado o discurso racista em sua vida pessoal. Era um grupo de profissionais com proeminente origem africana, homens contemporâneos de Casemiro de Abreu que circulavam nos meandros políticos nacional, figuras como Francisco Glycerio¹⁷⁸, Francisco de Paula Rodrigues Alves¹⁷⁹ e Washington Luís¹⁸⁰.

*Para além dos nossos estudos de caso e exceções, fazia parte do “senso comum racial” de São Paulo da década de 1910 considerar que Francisco Glycerio e Francisco de Paula Rodrigues Alves não eram ‘perfeitamente brancos’. Podemos até indicar que Washington Luís, longe de ser a ‘fin-flor da oligarquia’ identificada em uma obra recente, também era suspeito de ter ascendência africana [...]. Porém, todos esses homens casaram-se com mulheres cujas origens seriam interpretadas como “perfeitamente brancas” pelo mesmo senso comum; segundo este, o resultado seria um futuro cada vez mais ‘perfeitamente branco’.*¹⁸¹

Neste viés, de acordo com Hebe Maria Mattos de Castro, em relação à sociedade imperial, a designação de cor estava relacionada ao cativo sendo uma condição imposta aos seus descendentes. Desta forma, “a noção de cor, [...] não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais”¹⁸² e a cor inexistente, antes de demonstrar apenas uma assimilação de um ideal de branqueamento, era também um signo de cidadania, dentro daquela sociedade.¹⁸³

O enlace com mulheres brancas pode representar uma absorção das teorias raciais na vida particular desses homens apontados por Woodard. Em relação a nosso pesquisado, acreditamos que também não tenha sido diferente. Provavelmente Gaspar José Soares tenha se casado com mulheres brancas, apesar de não ter sido discriminada a cor de suas esposas nas fontes em que estas apareceram. Questão bastante ambígua, uma vez que, tanto o

¹⁷⁸ Francisco Glycerio, mulato, natural do município de Campinas (SP), foi aliado de Casemiro da Rocha e um dos principais articuladores do movimento republicano. 227

¹⁷⁹ Francisco de Paula Rodrigues Alves, nasceu em Guaratinguetá (SP) em 1848. Foi nomeado presidente da província de São Paulo em 1887, também exerceu os cargos de deputado provincial, deputado geral e Ministro da Fazenda. Foi o quinto presidente do Brasil entre os anos 1902 e 1906. Faleceu no Rio de Janeiro em 1919. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Verbete do Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930 - FGV*. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/verbetes/rodrigues-alves> Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

¹⁸⁰ Washington Luís Pereira de Souza, natural de Macaé (RJ), nasceu em 1869, mas exerceu sua carreira política pelo estado de São Paulo. Advogado, ocupou os cargos de deputado estadual, secretário estadual de Justiça, prefeito da capital e presidente do estado. Foi décimo terceiro presidente da República entre os anos de 1926 a 1930. Morreu na cidade de São Paulo em 1957. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/washington_luis>

¹⁸¹ WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca*, op. Cit., p. 242-243.

¹⁸² CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 109.

¹⁸³ Idem, p. 109.

silenciamento¹⁸⁴, - proposital ou não - quanto a negação da cor em determinadas fontes como o registro civil, também pode apontar um sinal de assimilação desse branqueamento, como pode também representar uma determinada posição conquistada em seu meio social como exposto por Hebe Maria Mattos de Castro. Em nossa pesquisa, acreditamos que ambas situações permearam a complexidade das escolhas empreendidas por Gaspar José Soares.

Casemiro da Rocha também não deixou filhos negros. Entre seus familiares, nem seus rebentos, nem suas respectivas mães poderiam aparentemente ser classificados como tal:

Eram esses homens os afrodescendentes que os ideólogos da tese da extinção conheceram mais de perto, e aqueles não deixariam nenhum filho “negro”, pelo menos em São Paulo. Casemiro da Rocha, por exemplo, deixou três filhos cujas mães eram consideradas “brancas”. Aliás, na avaliação do seu biógrafo, quase toda sua descendência era composta por “brancos” [...] ¹⁸⁵

Com o auxílio de sua formação científica, Casemiro da Rocha construiu uma singular trajetória política em São Paulo. Destacou-se tanto profissionalmente como médico como na política, exercendo cargos de influência na vida pública paulista. Casemiro da Rocha foi um afrodescendente que viveu em um período no qual um discurso científico racista apregoava como processo natural o *branqueamento* gradual e a extinção da população negra, não somente em São Paulo mais em todo o país. Tanto sua vida pessoal quanto de outras figuras públicas paulistas, homens com indisfarçável ascendência africana pressupunham a assimilação dessas doutrinas racistas propagadas naquele período. O que nos cabe aqui observar é que Casemiro da Rocha conseguiu tanto mobilidade social, projeção política e se destacou como figura influente em uma sociedade presumidamente branca.

As duas trajetórias aqui apresentadas, somadas à de Gaspar José Soares, são um raso esboço do trabalho de importantes indivíduos que independentemente de qualquer desventura, buscaram se destacar dentro de seu campo de atuação. Manoel da Motta Monteiro Lopes, natural de Recife, fez sua carreira na política carioca, alcançou notoriedade e mesmo com ferrenhas críticas a sua tez negra, se destacou tanto pela notável carreira política quanto pela sua luta contra os *estigmas e estereótipos da escravidão*.

¹⁸⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio...op. cit.*

¹⁸⁵ WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca*, op. cit., p. 242.

Alfredo Casemiro da Rocha, fez carreira na política em São Paulo e sua vida profissional como médico foi de suma importância para o esteio de seu trabalho na área pública. Sua provável não militância não arrefeceu sua trajetória tão singular, um homem negro que se destacou entre tantas figuras ilustres na política paulista.

Contemporâneos de Gaspar José Soares, as figuras aqui retratadas, construíram suas carreiras em período no qual um forte discurso científico racial estava sendo apropriado como argumento para explicar o Brasil como um país atrasado na intenção de imputar uma ideia de inferioridade e superioridade relacionados a negros e brancos. Este *discurso científico evolucionista como modelo de análise social* teria emergido no Brasil nas últimas décadas do século XIX e ofereceu um novo entendimento e explicação *as diferenças internas*. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz:

Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. [...] Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam a inferioridade.¹⁸⁶

Segundo a autora, foram os homens das ciências que delineararam e difundiram os conceitos e parâmetros das teorias raciais naquele período. O discurso atribuiu ao negro uma inferioridade biológica e intelectual, além de propagar a ideia de uma supremacia branca, um axioma para determinar e conferir a cada um, negro e branco, seu *lugar naquela sociedade*¹⁸⁷ e reafirmar antigas posições sociais, excludente e segregacionista, como exposto na citação abaixo:

O século XIX, [...] foi marcado pela emergência do discurso que passava a reconhecer no negro um 'outro', biológica e culturalmente inferior. Nesse sentido, a racialização das relações sociais no mundo moderno revelava uma política de exclusão e acomodação, fundamentada em premissas biológicas e na sedimentação do discurso da supremacia branca. [...] no sul dos Estados Unidos, a ideia de raça serviu para justificar tanto a escravidão quanto a segregação e a limitação da cidadania dos negros no pós-abolição.¹⁸⁸

Foi dentro deste difícil contexto que as figuras aqui citadas estavam imersas. Um discurso excludente, defendido dentro e fora do país, alegando uma inferioridade biológica e cultural

¹⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28.

¹⁸⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...op. cit.*

¹⁸⁸ MILES, Robert. *Racism*, London/ New York: Routledge, 1989 Apud idem, p. 36.

ao negro e a superioridade branca. Em trabalhos anteriores, Woodard já defendia que *a própria cidadania republicana era imaginada como uma categoria sociocultural “branca”, representação que perduraria no discurso político da região por longos anos após a queda da monarquia.*¹⁸⁹ A imigração europeia era vista como um elemento que estimularia o progresso do estado. Acreditava-se que os europeus além de possuir uma cultura mais avançada poderiam também refinar a qualidade racial da sociedade receptora. Além do imigrantismo, a eugenia também ganharia força em São Paulo na primeira década do século XX.¹⁹⁰

De acordo com Petrônio José Domingues as previsões, para extinção da população negra no país levariam uma média de 50 a 200 anos. Essas estimativas eram também apregoadas em *documentos oficiais do governo, como, por exemplo, no censo de 1920 [..].* O branqueamento era tido como um processo irreversível.¹⁹¹ A imigração era parte importante no projeto de branqueamento. Para nossa pesquisa, torna-se importante salientar que a entrada de europeus em território brasileiro se deu de formas distintas para cada região. Basta lembrar que São Paulo foi o estado que mais recebeu imigrantes no Brasil neste período.¹⁹² George Reid Andrews, salienta que no embate entre imigrantes europeus recém chegados e negros livre e libertos em São Paulo em fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, aos primeiros houve incentivos e favorecimentos e quanto à população negra houve muitas dificuldades de sua inserção a melhores postos de trabalho, tanto nas fazendas quanto na cidade, com a conivência do Estado.¹⁹³

Segundo Costa, provavelmente o processo de imigração para a Baixada Fluminense foi relativamente baixo se comparado a outras regiões do país.¹⁹⁴ Em 1872 eles representavam 2,6% da população, ao passo que no censo de 1890 este percentual caiu para menos de 1%.¹⁹⁵ Independente do incentivo migratório para a Baixada Fluminense, ter ou não tido êxito, o que nos interessa são as ideias que circulavam a miúdo na imprensa, sobre todo um discurso

¹⁸⁹ WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca*, op. Cit., p. 237.

¹⁹⁰ Idem, p. 237.

¹⁹¹ DOMINGUES, José Petrônio. *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002, p. 566.

¹⁹² MONSMA, Karl Martin. *Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista*. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, Vol. 53, n. 3, 2010, p. 509-543.

¹⁹³ George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: EDUSC, 1988.

¹⁹⁴ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *De Pé Calçado...op. cit.*, p. 128.

¹⁹⁵ Idem, p. 53.

respaldado na ciência sobre o inevitável branqueamento e futuro desaparecimento da população negra.

Para sabermos se ou como estas ideias chegaram a Gaspar José Soares, fizemos uma busca nos periódicos que circulavam no período. Não foi difícil, encontrarmos artigos com este viés e destacamos dois artigos do *Correio da Manhã*. A escolha não foi aleatória, Gaspar José Soares usualmente confiava seus anúncios de venda de terrenos ao jornal em períodos muito próximos a publicação dos artigos. Um periódico no qual ele teve constante acesso e podemos inferir que estava a par de seu conteúdo. O primeiro artigo data de 13 de março de 1911, sob o título “*Uma nova teoria das raças. Poderão as raças europeias viver em países quentes?*”¹⁹⁶. A matéria apresentou os princípios delineados pelo biologista inglês professor Lyde, sobre os problemas de aclimação encontrado pelo homem branco em países tropicais, período este, em que o Brasil procurou incentivar a imigração de europeus.

Sabemos que o pai de Gaspar José Soares era natural de Portugal¹⁹⁷ e sua vinda para o país se deu em período anterior à abolição jurídica do trabalho escravo e dos incentivos à imigração europeia. De acordo com Carlos Eduardo Coutinho da Costa, foi expressiva a imigração principalmente de portugueses, para a Baixada Fluminense, em maior número entre os anos de 1889 e 1919.¹⁹⁸

Segundo o biólogo, sempre que uma *raça* busca se adaptar a um clima em uma área fora da sua zona geográfica, ela perde suas *características étnicas originais*. E aqueles que conseguem se habituar ao novo ambiente, por conseguinte, seus descendentes deixarão de ser brancos e conseqüentemente esta *raça* ou o *europeu entra em decadência física e intelectual e ficará completamente inutilizado*. Para atenuar o problema, professor Lyde aconselha *aos europeus residentes em países quentes*, o uso de tecido de lã preta e a não sair de casa sem proteger os olhos *com grandes óculos verdes*. Mas o biologista alerta que mesmo com todos os cuidados, um homem branco da Europa setentrional [...] *difícilmente poderá evitar o efeito nocivo da luz tropical*. Enquanto, o Europeu meridional, que professor Lyde classifica como ‘*branco curtido*’ ou da *raça morena*, tem muitas chances de sobreviver, mas irá *dentro em algumas gerações evoluir no homem escuro em harmonia com as condições ambientais*. As

¹⁹⁶ Correio da Manhã (RJ), 13 de março de 1911, p. 2.

¹⁹⁷ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

¹⁹⁸ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado ...op. cit.*, p. 144.

ideias propostas e defendidas pelo biólogo inglês, reverberava de forma consonante com as teorias raciais fortemente propagadas no período.

Vamos chamar a atenção para outro momento nas explicações do biólogo *sobre um estudo comparado da evolução da raça branca e da raça negra*, onde o professor Lyde chega à conclusão que foram as adversidades, enfrentada pelos dois grupos longo de sua evolução que determinaram as diferentes características de cada *raça*:

[...] o primeiro [raça branca] tendo de entrar em luta com os formidáveis mamíferos da época paleolítica, enquanto vagueava nas suas escuras e úmidas florestas, foi desenvolvendo progressivamente o cérebro, sujeito ao exercício constante de inventar novas estratégias para a caça de animais [...]. Mas o negro, colocado no meio da exuberância das terras tropicais, não precisava apelar para o cérebro na procura, demasiadamente fácil, do alimento cotidiano; os seus inimigos, embora não menos terríveis do que as feras que ameaçavam a vida e perturbavam o sossego do seu semelhante das zonas setentrionais, eram, contudo, inacessíveis, e perante eles, aquelas inteligências embrionárias se quedavam em uma atitude passiva e submissa. A fertilidade da vida tropical acarretou a proliferação de uma infinidade de dores inferiores que traiçoeiramente atacavam o negro com o golpe certo da moléstia. Para combater esses inimigos invisíveis e implacáveis, cuja a tática só poderia vir a ser desmascarada pelo homem branco após dezenas de milhares de anos, de desenvolvimento intelectual, o pobre negro não dispunha de recurso algum. A desproporção entre a sutileza da agressão e a bronca rudeza da vítima não permitia que esta fizesse sequer uma tentativa de defesa. E, para proteger a espécie, as forças inconscientes da evolução só tinham o recurso de determinar um desenvolvimento extraordinário de atividade sexual, afim de que a fecundidade do negro preenchesse as baixas causadas pela legião misteriosa dos demônios da moléstia. Foi assim que se traçaram as trajetórias opostas das duas raças. O branco tornou-se cada vez mais essencialmente cerebral e pensante, e tomou o encargo de conquistar as forças ambientais e devassar os segredos do universo. Por outro lado, o negro, chumbado a fatalidade da moléstia, entorpecido pelo efeito destruidor das ptomaínas dos seres inferiores, surgidos na orgia da vida tropical. Ficou destinado a procriar mecanicamente uma raça fadada ao sofrimento e a subalternidade.

O biólogo destaca que as diferenças entre o homem branco e o negro, datam dos primórdios da existência humana. A superioridade branca, voltada para o intelecto, teria sido conquistada a duras penas pelo constante uso do cérebro que foi paulatinamente se desenvolvendo. Em contrapartida o homem negro não precisava recorrer tão frequentemente ao encéfalo, porque oriundo de terras tropicais tinha facilmente acesso a todos os meios para se manter, sem necessidade de desenvolver seu intelecto em estratégias de sobrevivência. Observa-se também o uso dos termos *passivo* e *submisso*, palavras que foram amiúde relacionados

pejorativamente aos negros escravizados quanto da sua inércia e anomia.¹⁹⁹ Ao homem negro também é associada uma infinidade de doenças, que só poderiam ser controladas pelo homem branco. E na luta pela sobrevivência neste processo evolutivo, para o homem negro só restava a procriação para que não se perdesse sua espécie. Como que chegando a óbvia conclusão, o cientista inglês vaticina o desfecho das duas *raças*: aos homens brancos estava destinado um ser *essencialmente cerebral e pensante*, aos homens negros foram destinados o *sofrimento e a subalternidade*.

Em outro artigo bastante revelador, podemos acompanhar como seria todo um vantajoso processo que a população precisaria passar solucionar o problema causado pela presença do negro. Theodore Roosevelt²⁰⁰ ex-presidente americano, autor do artigo intitulado *O Brasil e o negro*²⁰¹, tece alguns comentários sobre suas impressões relacionadas a mestiçagem no Brasil e faz comparações entre os dois países sobre os problemas acarretados pela presença de pessoas de cor:

Si me perguntassem qual é o único ponto em que se nota completa diferença entre os brasileiros e nós eu responderia que é o da atitude em relação aos negros.

A diferença entre o Brasil e o Estados Unidos é a seguinte: a tendência que tem o Brasil de absorver o negro. [...] A grande maioria dos políticos dirigentes é também puramente branca, tendo apenas, às vezes, um pouco de sangue indígena. Mas o negro ou mulato que se mostra apto sempre alcança, ali, o lugar de que se fez digno. Encontrei um ou dois deputados de cor [grifo nosso]. Em uma escola militar deparei com um professor preto. Num grande laboratório vi um doutor escuro. [...]

Diferentemente nos Estados Unidos não só entre os brancos como também entre os próprios negros, acham que deve haver completa separação de raças no que se refere ao casamento, embora achem todos que cada homem, seja qual for sua cor, deva ser tratado de acordo com o seu valor como homem[...].

No Brasil, ao contrário, o ideal principal é a do desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca. [...]

¹⁹⁹ Sobre o debate ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história". Apud Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.) *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da república editora, 2005.

²⁰⁰ Vigésimo sexto presidente dos Estados Unidos da América, esteve no Brasil entre os anos 1913 e 1914 para participar de uma expedição científica na floresta Amazônica, cuja finalidade seria estudar a fauna daquela região e recolher exemplares para o acervo do Museu de História Natural de Nova York e do Museu Nacional. ANDRADE, Sérgio Luiz Augusto. Expedição Científica Roosevelt – Rondon. 1º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – UFRJ / HCTE – 2008. *Scientiarum História – UFRJ / HCTE*. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh1/Artigos/15.pdf> > Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

²⁰¹ Correio da manhã (RJ), 7 de abril de 1914, p. 1-2.

A enorme imigração europeia tende, década a década, a tornar o sangue preto um elemento insignificante no sangue de toda a nação. Os brasileiros do futuro serão, no sangue, mais europeus ainda do que o foram no passado...

De acordo com o ex-presidente americano, a principal diferença entre o Brasil e o Estados Unidos concernente a população negra, seria a absorção destes pela população branca. Diferentemente do que ocorria em seu país, onde os dois grupos concordavam num absoluto afastamento de negros e brancos. Roosevelt, também ressalta que durante sua passagem pelo Brasil, observou alguns *negros e mulatos* em lugares que visitou. Fato que aparentemente aos olhos do político americano, representaria a sua incorporação ou absorção pela sociedade branca. E caberia a imigração europeia através da miscigenação, apagar o sangue negro de toda a nação. Para melhor traduzir suas percepções sobre o *desaparecimento do negro* no país, Roosevelt apresentou argumentos de um *consumado estadista de puro sangue branco*:

Naturalmente a presença do negro é o problema real, e um problema muito sério, quer no vosso país, os Estados Unidos, quer no meu, o Brasil. A escravidão era um método intolerável para resolver o problema e teve que ser abolida. Mas o problema em si continua a persistir com a presença do negro. [...]

Aparece agora a necessidade de se descobrir algum método para resolvê-lo. Vós, nos Estados Unidos, considerastes os negros como um elemento completamente separado e os não tratais de modo a lhes provocar o respeito a si mesmos. Eles permanecerão como um elemento ameaçador na vossa civilização, um elemento permanente, e talvez mesmo crescente. Entre nós, a questão tende a desaparecer porque os próprios negros tendem a desaparecer e a ser absorvidos. [...] pois bem, dentro de um século, não haverá um só negro Brasil, ao passo que vós tereis vinte ou trinta milhões deles. Então será isso, para vós, um real e incômodo problema, enquanto para nós, o problema, na sua fase mais ameaçadora, já terá desaparecido. Dizeis que este resultado só será obtido com uma adulteração e, portanto, com um enfraquecimento do puro sangue branco. [...]

Nas mais altas camadas sociais não há casamentos com negros de sangue puro ou quase negro: tais casamentos são frequentes, porém, nas camadas baixas, especialmente entre o negro e certas classes de imigrantes.

O negro puro vai cada vez mais diminuindo de número e, após dois ou mais casamentos com o branco, o negro puro tende a desaparecer não só no que se refere aos traços físicos e mentais como também no que se refere aos traços morais. Quando ele tiver desaparecido, o seu sangue ficará como um apreciável, mas em hipótese alguma como um dominante elemento no terço talvez da nossa população; os outros dois terços, permanecerão puramente brancos. Admito que esta impressão acarrete um ligeiro enfraquecimento num terço da nossa população. O resultado será que no nosso país, quando o problema negro tiver completamente desaparecido, se um terço da população ficar ligeiramente enfraquecido, dois terços guardarão a força integral. No vosso país, a população branca terá conservado toda a força da sua raça original, mas o negro terá crescido em número e terá um sentimento mais amargo e mais vivo do seu isolamento; o problema da sua presença mais ameaçadora será então, do que o é agora.

Não quero dizer que seja perfeita a nossa solução; considero-a, porém muito melhor que a vossa. Nós e vós tínhamos que enfrentar duas alternativas, ambas sem saída; acredito que a que nós, brasileiros, escolhemos, mostrar-se-á, na longa carreira, do ponto de partida nacional, menos desvantajosa e menos perigosa do que a que vós, nos Estados Unidos, escolhestes.

Roosevelt não cita o nome do estadista, mas segundo este, a presença do negro em ambos países era um sério problema que precisava ser resolvido. Os americanos defendiam a separação total entre negros e brancos, fato que não ajudaria a desaparecer com o problema no país, ao contrário, poderia agravá-lo, tornando-se ameaçador. Segundo o *estadista de puro sangue branco* em apenas um século a população negra já teria desaparecido do Brasil. O casamento entre os dois grupos aconteceria principalmente entre a população mais pobre e aos poucos, algumas características do negro desapareceriam, como os traços físicos, mentais e também os morais. Fato que tornará seu sangue mais *apreciável*, porém *ligeiramente enfraquecido*. A solução, segundo o estadista, não é perfeita, mas o Brasil, diferentemente da população americana terá conseguido resolver o *problema* da presença do negro no país. Pinçamos estes artigos no jornal *Correio da Manhã*, com o intuito de deixar evidente que Gaspar José Soares teve acesso ao debate entorno do “lugar do negro” dentro daquela sociedade.

A matéria veiculada na primeira página do periódico *Correio da Manhã*, reflete as teorias que já vinham desde fins do século anterior, sendo apropriadas e fortemente propagadas pela imprensa naquele período. O que queremos neste momento é chamar a atenção para o fato que muitas as figuras políticas contemporâneas às teorias raciais, assimilaram o discurso racial de forma peculiar. Retomando a retórica de Geovani Levi: *durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.*²⁰² Cada ator fez suas escolhas, dispondo de estratégias que melhor correspondessem as incertezas do cotidiano. Manuel da Motta Monteiro Lopes, lutou abertamente contra uma elite política e a favor da população negra. Alfredo Casemiro de Abreu, importante político de São Paulo, apesar dos ataques da imprensa contra sua cor, escolheu a não militância e Gaspar José Soares utilizou suas redes de relações e suas oportunidades profissionais de forma estratégica através do *jogo da dissimulação* ao manusear as normas sociais para conquistar sua mobilidade social.

²⁰² LEVI, G. *A Herança imaterial ... op. cit.*, p.45.

Gaspar José Soares, registrou todos os seus filhos como brancos, muito provável que sua esposa também o fosse. Não encontramos em nenhum momento de sua trajetória qualquer menção que o ligasse a militância negra, qualquer ensejo pró ou contra as teorias raciais. Mas elas estavam presentes, nos jornais, em debates jurídicos, em diferentes setores da sociedade. Muito provável que ele tivesse facilmente acesso a todo este discurso. Ele era uma figura que circulava em diferentes lugares do Rio de Janeiro, perpassou por distintas profissões, Gaspar José Soares sabia manusear de forma *estratégica as normas sociais*. Se calar era uma delas, se fazer presente em diferentes momentos da vida política também, marcar seu nome em uma rua do município, foi seu legado.

Petrônio Domingues ao analisar o branqueamento em seu aspecto ideológico, conjecturou a seguinte hipótese:

*[...] uma fração da população negra em São Paulo no início do século XX aceitou conceber-se nos moldes impostos pela ideologia racial da elite branca, uma vez que avaliavam, em larga escala, o processo de branqueamento como fenômeno natural e inevitável.*²⁰³

O autor observou como parte da população negra de São Paulo assimilou e difundiu tais ideologias racistas ao invés de rechaçá-la. De acordo com Domingues, o branqueamento no campo ideológico passava pela apropriação do negro na postura e na conduta supostamente relacionado ao homem branco.²⁰⁴

Gaspar José Soares, poderia ter usado sua influência política e ter sido um ferrenho militante. Mas aparentemente suas práticas, escolhas e ações são apenas reflexo da assimilação de uma ideologia largamente difundida como fenômeno natural, inevitável e irreversível. Dentre as possibilidades oferecidas, ele soube forjar e manipular os mecanismos de inserção social, econômica e política sendo um negro, no pós-abolição, em uma sociedade dominada por uma ideologia que apregoava a excelência branca. E “*embora os exemplos de intolerância racial campeassem, não foram capazes de confiscar todos os canais de inserção e ascensão social dos negros, tampouco emascularam sua capacidade de realização.*”²⁰⁵ Podemos, portanto, destacar que havia caminhos e possibilidades para mobilidades social para a população negra no pós-abolição, e a política foi uma delas. Mas estar atento ao jogo político

²⁰³ DOMINGUES, José Petrônio. *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n° 3, 2002, p. 573

²⁰⁴ Idem, p. 574.

²⁰⁵ DOMINGUES, Petrônio. “*Vai ficar tudo preto*”, *op. cit.*, p. 80.

local e saber manuseá-lo poderia configurar uma boa estratégia nesta conquista. E aparentemente, Gaspar José Soares soube como manejar estas regras e se destacou entre muitos.

Capítulo II

“As pessoas mais gradas do município”: as redes de relações do Capitão Gaspar José Soares

Nosso intento neste momento do trabalho ao expor as redes de relações do nosso pesquisado é perceber como Gaspar José Soares se articulou socialmente e qual a importância dessa articulação no seu processo de mobilidade social, política e econômica. Ao granjear alianças, buscou préstimos as suas limitações, imprevisibilidades e inconstâncias diárias. Logo, não estava alheio as vicissitudes de seu tempo, mas sim, atento a importância de tecer uma rede que amenizasse as *incertezas* do cotidiano. Procuraremos observar também, o significado de fazer parte do quadro de oficiais e ostentar as patentes da Guarda Nacional. Neste capítulo também objetivamos entender como a mudança de cor em registros civis e nos censos, intencional ou não, muitas vezes poderia significar uma estratégia de mobilidade social.

1. As redes de relações de Gaspar José Soares

Podemos dimensionar as redes de relações construídas ao longo da vida de Gaspar José Soares tomando como ponto de partida as testemunhas que constam no assento do segundo casamento²⁰⁶. A escolha da fonte não foi aleatória, ela é pertinente por se tratar de um momento significativo na trajetória de nosso investigado. Partimos do pressuposto que as testemunhas que marcaram seus nomes, em momento tão singular na vida de Gaspar José Soares teriam uma estreita ligação com os nubentes. Não conseguimos encontrar em nossas pesquisas todas as testemunhas que foram registradas no documento, mas observamos que em sua grande maioria eram figuras de renome, indivíduos influentes na vida social, política

²⁰⁶ Family Search, Livro:1 - Assento: 299 -21 de julho de 1899.

e administrativa da cidade, e que faziam parte de sua sinuosa rede de relações, aparecendo amiúde nas fontes sempre ligados a ele.

O enlace com Dona Maria de Sá Bittencourt Soares, de profissão doméstica²⁰⁷, 15 anos de idade, aconteceu na cidade de Maxambomba. Ele, viúvo aos 34 anos de idade, profissão proprietário²⁰⁸. Esta união perdurou até o falecimento de Gaspar José Soares em maio de 1955. O termo de casamento é do dia 29 de julho de 1899. Presente as testemunhas o Major Augusto Monteiro Pariz e o Capitão Antônio da Silva Chaves, assinaram o termo além do juiz de paz Antônio dos Santos Barbosa, os nubentes e as testemunhas Carolina Paris, esposa do Major Augusto Monteiro Pariz, José Ribeiro Lobo de Alarcão, Capitão Godofredo Caetano Soares, José Quirino Pereira da Rocha, Jacintho José Andrade e Hermínio Antônio Soares.

Major Augusto Monteiro Pariz, foi diretor do Internato e Externato Pariz em Maxambomba, fundado em 1877²⁰⁹. Entre os anos de 1915 e 1919 foi nomeado para o cargo de Superintendente do Ensino no Município de Iguassú²¹⁰. Ocupou o cargo de vereador nos anos de 1898-1899²¹¹. Hodiernamente seu nome intitula uma escola Municipal no centro da cidade de Belford Roxo.

Podemos destacar entre as pessoas que fizeram parte das relações de Gaspar José Soares, o Capitão Antônio da Silva Chaves, segunda testemunha de seu casamento e que, também está entre as figuras que dão nome as ruas no centro da cidade de Nova Iguaçu atualmente. Nasceu no dia 24 de junho de 1854, e foi vereador do primeiro distrito sede Iguassú, em 1900 e entre os anos 1917 e 1918²¹². Também ocupou os cargos de 2º suplente

²⁰⁷ Segundo Costa: *Não é possível delimitar o ofício de doméstica como sendo ou trabalho em casa de pessoas ou doméstica no sentido de “do lar”*. Em nossas pesquisas, na qual levantamos 226 registros de assentos de casamentos em Nova Iguaçu entre os anos de 1889, 1894, 1899, 1904, 1909 e 1914, na categoria profissão da nubente, o termo “do lar” não aparece nenhuma vez, enquanto o ofício de doméstica aparece 58 vezes, não declarada a profissão 154, inelegível 11 e outras profissões 3 vezes. Concluimos, portanto, que a definição do ofício de doméstica é incerta, uma vez que pode abranger tanto “a dona de casa” ou “do lar” sem atividade profissional ou aquela que presta serviço na residência de outra pessoa ou família. Ver: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *De Pé Calçado ... op. cit.*, p. 84.

²⁰⁸ Sobre os ofícios de Gaspar José Soares, trataremos no próximo capítulo.

²⁰⁹ Gazeta de Notícias (RJ), 29 de setembro de 1915, p.5; Revista da Semana (RJ), 19 de julho de 1903, p. 673. Acessado em: memoria.bn.br

²¹⁰ O Fluminense (RJ), 26 de fevereiro de 1915, p.1; O Fluminense (RJ), 01 de junho de 1917, p. 1. Acessado em: memoria.bn.br

²¹¹ Câmara Municipal de Nova Iguaçu- Rol dos Vereadores. Disponível em: <<http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-rol-vereadores>> Acesso em: 21 de março de 2017.

²¹² Câmara Municipal de Nova Iguaçu- Rol dos Vereadores. Disponível em: <<http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-rol-vereadores>> Acesso em: 16 de março de 2017.

do delegado de polícia do termo de Iguassú²¹³ e terceiro Suplente de Juiz do Direito da cidade.²¹⁴ Faleceu dia 24 de fevereiro de 1919 aos 64 anos²¹⁵.

Capitão Chaves era filho de Bento Antônio da Silva Chaves, lavrador de café, arrendatário e posterior dono de terras no sítio Morro da Saudade (Cabuçu) na Freguesia de Nossa Senhora de Marapicú. De acordo com Rubens da Mota Machado²¹⁶, em seu inventário, nos últimos anos da década de 1870, Bento Antônio Chaves possuía um total de dezenove escravizados que trabalhavam em suas lavouras.

Outro habitante que também possuía terras no mesmo sítio Morro da Saudade, era Quirino de Souza Barbosa da Rocha, sitiante e lavrador de café. Hebe Mattos em um estudo sobre a região do Capivary, intitulado *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, identificou o *sitiante* como:

*[...] aqueles que, apesar de proprietários [de escravos] – relativamente independentes do ponto de vista econômico e iguais socialmente, portanto, aos grandes produtores locais –, apresentavam-se, porém politicamente subordinados, tendo em vista as dimensões reduzidas de seus empreendimentos agrícolas em relação aos seus vizinhos mais fortes.*²¹⁷

Depreendemos, portanto, que este sitiante gozava de determinada independência em relação ao seu arrendador, o que não o alijava do laço de subordinação e dependência, uma vez que seus negócios estavam ligados a ele.

Seus empreendimentos eram constituídos por *um quartel de mandioca, dois quartéis de café, benfeitorias e pasto para animais, além da casa em que habitava*²¹⁸, e de acordo com Machado, nos Assentos Paroquiais de Batismo da Freguesia de Jacutinga, constava que ele também possuía dois escravizados²¹⁹. Bento Antônio da Silva Chaves mantinha estreita relação com Quirino de Souza Barbosa da Rocha, uma vez que o primeiro permitiu que o

²¹³ O Fluminense (RJ), 04 de março de 1893, p. 2. Acessado em memoria.bn.br

²¹⁴ A Imprensa (RJ) 05 de janeiro de 1911, p.4. Acessado em memoria.bn.br

²¹⁵ A Noite (RJ), 01 de março de 1919, p. 6. Acessado em memoria.bn.br

²¹⁶ MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguacu, 1840 – 1880)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2013.

²¹⁷ CASTRO, Hebe Maria de Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2009, p.33 Apud, MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores...* Op. cit, p.85.

²¹⁸ MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios ... op. cit.*, p. 84

²¹⁹ Idem, p. 85.

sitante se estabelecesse em suas terras.²²⁰ Este também serviu de testemunha ao assinar um edital de hipoteca de um empréstimo contraído por Bento Chaves, além de apadrinhamentos entre seus escravizados.²²¹

Bento Antônio da Silva Chaves faleceu em 29 de março de 1871 e por ocasião de seu inventário, ficamos sabendo que ele estava falido e acumulava dívidas. O autor ressalta que entre o arrendatário e o sitiante não existia nenhum vínculo familiar, somente uma forte ligação econômica, este encadeamento fica lúcida quando [...] *o advogado de Quirino Rocha apresentou um título, datado em janeiro de 1870, para efeito de cobrança de um crédito passado à Bento Chaves no valor de 1:275\$555 réis*²²². Assim, Machado descreve a relação dos dois: *um arrendatário endividado e um sitiante com boas condições econômicas*.

Esta correlação nos interessa neste momento, uma vez que Quirino de Souza Barbosa da Rocha e sua esposa Deolinda Joaquina dos Prazeres Rocha, apareceram como padrinhos de Gaspar José Soares em seu registro de batismo em 18 de janeiro de 1865²²³. Portanto, nos cabe aqui ressaltar que as redes de relações com a família do Capitão Antônio da Silva Chaves, começou antes mesmo do nascimento de Gaspar José Soares, posto que seu padrinho já mantinha estreita relação com o pai de seu futuro locador, como veremos mais adiante. Após o falecimento de Bento Antônio da Silva Chaves, Quirino da Rocha entrou em uma disputa judicial relacionada às suas condições como sitiante no Morro da Saudade. Segundo Quintino da Silva Ribeiro, inventariante e genro do falecido, Quirino da Rocha estava tentando depreciar as lavouras do sítio nas terras arrendadas para comprá-las posteriormente por um preço inferior. Infelizmente, em suas pesquisas não conseguiu apurar se o sitiante alcançou suas pretensões e comprado as lavouras do sítio Morro da Saudade, após o falecimento de Bento Antônio da Silva Chaves. Mas o que nos interessa observar, é a disputa entre arrendador e arrendatário, que também se fará presente na relação entre Gaspar José Soares e o Capitão Antônio da Silva Chaves. Em nossas pesquisas não conseguimos apurar se esta relação também se dava por laços de parentesco, mas através do levantamento e observação das fontes fica notória a sempre constante ligação comercial dos dois. Relação esta, não desprovida de percalços, rugas e acusações.

²²⁰ Ibidem, p. 87.

²²¹ Idem, 86 – 87.

²²² Idem, 87.

²²³ Family Search, Livro: 6 – 18 de janeiro de 1865.

A primeira vez que os encontramos listados na mesma fonte ocorreu em 09 de fevereiro de 1899 por ocasião da posse dos vereadores eleitos Dr. José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho e Capitão Antônio da Silva Chaves. Reuniram-se na Câmara Municipal de Iguassú, não somente vereadores e líderes da câmara, mas também, *as pessoas mas gradas do município*, segundo a nota, entre elas o tenente Gaspar José Soares, ainda como subdelegado de polícia²²⁴.

O mais expressivo imbróglie entre ambos teve início em março de 1908 quando o Capitão Antônio da Silva Chaves moveu uma ação de despejo contra Gaspar José Soares. A ação terminou cinco meses depois e produziu extensas e veementes alegações:

*Exmo Senhor Dr. Juiz de Direito da Comarca de Iguassú
Diz o Capitão Antônio da Silva Chaves que, é senhor e possuidor de terras na Estrada do Brejo, e que tendo arrendado uma data das ditas terras a Gaspar José Soares por tempo indeterminado e pelo preço de setenta mil reis por anno, acontece que o mesmo senhor lhe deve cinco annos de arrendamento, de 1903 a 1907, e que se recusa a pagar.
Nestes termos não convindo mais ao supp(te) o supp(do) como inquilino requer que seja ele intimado para no prazo de cinco dias despejar as ditas terras sob pena de ser compelido a fazê-lo judicialmente e a sua custa, sob pena de revelia, dando-se a causa o valor de um conto de reis, e distribuindo-se ao primeiro officio; pelo que
P. Deferimento²²⁵*

Na ação, Capitão Chaves, o suplicante, recorre à justiça para cobrar de Gaspar José Soares uma dívida pelo não pagamento de um arrendamento de terras na Estrada do Brejo, estas pertencentes ao suplicante. Não desejando mais o inquilino em suas terras, Capitão Chaves também pediu além da multa, o despejo do arrendatário que segundo ele se recusa a pagar o débito decorrente de cinco anos pela exploração do terreno. Na audiência em sua defesa Gaspar José Soares alegou entre outras contestações, ter realizado benfeitorias no terreno e afirma ter efetuado pagamento ao suplicante relativo ao arrendamento e que este valor deveria ser abatido de sua dívida.

Em decorrência de suas alegações três peritos avaliaram tais benfeitorias. Posteriormente foi depositada em juízo a quantia indicada por estes e em seguida foi realizado o despejo. No auto de despejo²²⁶ consta que em maio daquele ano na casa pertencente ao

²²⁴ Gazeta de Petrópolis (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em memoria.bn.br

²²⁵ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo – Ação de Despejo na Comarca de Iguassú - 1908

²²⁶ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo – Ação de Despejo na Comarca de Iguassú – 1908. op. cit. p. 25

Capitão Gaspar José Soares na Estrada do Brejo no Primeiro Distrito do Município e Comarca de Iguassú Estado do Rio de Janeiro, estiveram os oficiais de justiça em virtude do mandado decorrente do processo movido pelo Capitão Antônio da Silva Chaves e que após intimação, deveria o Capitão Gaspar José Soares despejar terrenos e casa que ocupava na Estrada do Brejo, cujos terrenos e benfeitorias pertenceriam ao Capitão Chaves. Segundo os oficiais o terreno já se achava despejado, e *que dentro da dicta caza (...) nada continha, em vista disso demos a diligência por feita e fizemos a entrega da referida caza e terras e benfeitorias ao Capitão Antônio da Silva Chaves.*

Gaspar José Soares já sabendo do despejo através de intimação, se adiantou e deixou a casa na qual, como consta no processo, ele residia. Inconformado com a *monstruosidade* (termo usado por ele) que lhe ocorrera, pediu vistas do processo e apresentou embargo. Segundo a sentença do juiz José Augusto Godoy e Vasconcellos do dia 06 de junho de 1908, *trata-se de um arrendamento de um prédio rústico conforme dizem ambas as partes* e que tendo sido determinado prazo para pagamento ajustado, não tendo o suplicado cumprido com tal acordo, é de direito do locador requerer o despejo pela não observância de seu encargo, pois cabe ao arrendatário *o dever de pagar a venda logo que o prazo finda, sem poder exigir arbitrariamente uma prorrogação deste prazo.* Ainda de acordo com a sentença do juiz:

[..]o embargante não tem pago as vendas vencidas porque ele entende que o autor deve diminuir a quantia do arrendamento que pagou até 1902. O autor não concordou, porém com essa redução e não pode ele ser coagido a fazer essa redução. As despesas ou benfeitorias que alegou ter feito não podem justificar a sua recusa em entregar esse imóvel ao seu legítimo dono. Jugo procedente a causa e confirmo o mandato de despejo. Uma vez que se acha depositada a importância devida ao réu pelas suas benfeitorias²²⁷.

O juiz discordou das alegações de Gaspar José Soares e expôs que não havia razões para que o mesmo não salde seu débito, já que o ressarcimento pelas benfeitorias já havia sido realizado. José Augusto Godoy e Vasconcellos deu ganho de causa às petições Capitão Antônio da Silva Chaves.

Não se conformando o réu com a sentença, pediu novamente vista dos autos em 20 de julho de 1908. Expressou sua indignação, discorrendo de forma concisa sobre os certames relacionados à disputa judicial e os dissabores que tivera. Não conseguimos apurar em nossas pesquisas, o grau de instrução de Gaspar José Soares, mas a julgar pelos seus argumentos

²²⁷ Ibidem. p. 40.

sempre bem fundamentados e seu notório saber jurídico, podemos pressupor que ele não era leigo na área. Devemos considerar também que Gaspar José Soares não pediu representação jurídica, fato que já ocorreu em outros processos.

Em 07 de janeiro de 1913, escreveu um artigo contundente e indignado ao jornal Correio da Manhã, sob o título “*Preso incomunicável sem ter cometido crime algum e sem nota de culpa*”²²⁸. O advogado reclama da ausência do poder judiciário na comarca de Iguassú, dificultando-lhe a assessoria de seu cliente que segundo ele havia sido preso injustamente. A nota identifica Gaspar José Soares como advogado, o que pode confirmar nossas considerações relacionadas ao seu significativo conhecimento na área do direito. Entretanto, esta é a única fonte em que ele aparece com tal profissão. Podemos inferir que talvez ele tenha se apresentado como advogado para defender algum conhecido seu ou de algum parente. Podemos supor também que talvez tenha tido alguma aproximação com a área do direito e eventualmente encontrou momentos em que pudesse pôr em prática seus expressivos conhecimentos jurídicos, mas em nossas buscas, não conseguimos apurar qualquer vínculo com tal ocupação.

Entre muitos argumentos, encontramos no dia 03 de agosto de 1908 algumas das alegações que Gaspar José Soares usou para sustentar seus embargos. Segundo o réu, Capitão Chaves só era senhorio das terras arrendadas, sendo este, ciente da construção da casa e outras benfeitorias no terreno. Ainda de acordo com o réu, o processo não tem fundamento, pois ofendeu de frente os princípios básicos do Direito. Em suas alegações ele expôs:

É princípio geral de direito, sancionado pela Ord. do Liv. 4º Tit. 54 §1º²²⁹ - que todo aquele que fez benfeitorias necessárias ou uteis na causa alheia, tem o direito de retê-las, até que seja indenizado das despesas²³⁰ [...]. Ora, o Embargante que construiu o seu prédio nas terras arrendadas ao embargado e com seu assentimento, não podia ser do mesmo prédio despejado, porque era ele de sua propriedade sem que fossem regularmente indenizados das despesas que fez.

²²⁸ Correio da Manhã (RJ), 07 de janeiro de 1913, p.3. Acessado em: memoria.bn.br

²²⁹ O direito que ele evocou estava nas Ordenanças Filipinas, uma compilação de um conjunto de leis dividida em cinco livros. No livro IV das Ordenanças Filipinas continha o Direito Agrário que era um *conjunto de princípios e de normas destinadas à atividade, às pessoas e aos bens rurais, de forma a assegurar o atendimento da função social e a conservação da terra e demais recursos naturais renováveis*. Ver em: ROCHA, Olavo Acyr de Lima. As Ordenanças Filipinas e o Direito Agrário. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2000, p. 33-55. Disponível em: < file:///C:/Users/valdi/Downloads/67455-88875-1-PB.pdf> Acesso em: 23 de abril de 2018, p. 37. Este sistema jurídico vigorou até 1916 com a promulgação do primeiro Código Civil Brasileiro. Ver em: VELASCO, Ignacio M. Poveda. Ordenanças do Reino de Portugal. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1994, p. 11-67. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67236/69846>> Acesso em: 18 de Abril de 2018.

²³⁰ Grifo do autor.

Se ao embargado não lhe convinha mais que o embargante continuasse como seu arrendatário, devia ter proposta a ação própria, menos a de despejo, e em que - após a discussão do direito - fossem avaliados terras e benfeitorias - e indenizado o possuidor de menor valor, em uma licitação feita com as mais solenes formalidades.

É isso o ensinamento dos Tradadistas, dos Mestres, dos Mais conspícuos julgadores. Despejar-se violentamente alguém do que é seu, é esbulho, atentado sem qualificação. Rápido como é o processo de despejo de prédio rústico e improprio para hipótese, podia o embargante defender-se da violência de um arbitramento ilegal e contrário a textos positivos? Certamente que não.

Nos embargos de fls. 68, provo cumpridamente que o arbitramento feito - era uma monstruosidade - e que não podia ser aceito.²³¹

Em seus argumentos, Gaspar José Soares evocou, segundo ele, o princípio geral do direito para demonstrar as *arbitrariedades* do processo e o quão *injusto* estava sendo para ele até então, pois foi “*despejado violentamente*” de suas terras.

Deixando transparecer toda sua indignação e repúdio ao acontecido, discordou da avaliação de suas benfeitorias e salientou a rapidez com que o processo correu, não tendo como defender-se. Gaspar José Soares sabedor de seus direitos, muito provavelmente, quando realizou tais benfeitorias, conhecia os trâmites da lei, e estava disposto a usá-la a seu favor, demonstrando que não estava disposto a ser expurgado do que defendia ser sua propriedade, sem um embate persistente contra o Capitão Antônio da Silva Chaves.

Rubens da Mota Machado ao estudar o usufruto da terra nas relações de um grupo de arrendatários da freguesia de Marapicú, expõe que de acordo com Manoela Pedroza:

muitas vezes o não pagamento das dívidas de arrendamento por parte do arrendatário era uma estratégia política na luta pelo controle da terra, pois o não pagamento do arrendamento funcionava como a contestação do domínio daquele senhorio sobre as terras em questão²³².

Conhecedor das leis e os embates entorno dela, - uma vez que exerceu por alguns anos a função de subdelegado de polícia, portanto compreendia os conflitos envolvendo posses de terras- pode ter vislumbrado uma brecha em um *campo de possibilidade* dentro deste sistema para questionar os limites da validade do domínio de sua posse. Ao implementar estratégias procurando atingir

²³¹Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo – Ação de Despejo na Comarca de Iguassú – 1908. op. cit. p. 50.

²³² PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Apud: MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra...* op. cit., p. 95.

seu *projeto*, manter e conquistar propriedades, seria um importante mecanismo para seu processo de mobilidade. Se esta foi a intenção de Gaspar José Soares, ele não foi bem-sucedido em sua empreitada, apesar de sua fala eloquente demonstrando conhecimento de todo o processo de arrendamento, não foi suficientemente persuasiva para reverter a sentença recuperar as terras da qual fora despejado.

Em sentença no dia 26 de agosto de 1908, a vista do processo, o Juiz José de Augusto de Godoy e Vasconcellos refuta de forma categórica os argumentos expostos por Gaspar José Soares. Com discurso incisivo o juiz contesta:

Se o réu tivesse examinado a sentença proferida verificaria que a prova que apresentou, longe de confirmar suas declarações, veio dar mais força ao que foi dito pelo autor; os princípios de direito que cita, não tem aplicação à presente causa; e os fundamentos da sentença embargada não podiam portanto ser impugnados com as declarações que apresentou [...] pelo arrendamento não se transfere domínio algum para o arrendatário [...]. E tanto isto é verdade que o próprio embargante quem prova, com o recibo apresentado, que pagou o preço do arrendamento até o ano de 1902.²³³

Percebe-se no início da sentença o descontentamento e impaciência do juiz com os procedimentos e considerações levantadas pelo réu. A prova a qual se referia, seria a promissória paga por Gaspar José Soares no ano de 1902, relativo ao arrendamento do terreno, assim, esta serviu como um atestado de reconhecimento de que a posse do terreno pertencia ao Capitão Antônio da Silva Chaves.

Explicitamente mais impaciente, pragmático e categórico o juiz reafirma a sentença.

Réu fazendo confusão desculpável em leigos [grifo nosso], diz que há diferença entre prédio rústico e terreno destinado à agricultura, quando não existe semelhante distinção; pois os bens de raiz propriamente tais chamam-se prédios (ele explica a diferença e expõe a lei). Se, pois, o embargante, ou seu antecessor fez qualquer plantação no terreno e nele edificou uma casa, estes fatores não mudam, absolutamente a questão – uma vez que o Embargante declara que esse terreno era destinado a cultura e para isto foi arrendado. Arrendou, pois, o terreno para nele plantar e se construída foi uma casa, só se pode presumir que quem a edificou, o fez por ele ter mais (...) residir no terreno que cultivava, não podendo ter assim a intenção de adquirir o terreno. Mas, ainda que assim não fosse, para que ele pudesse adquirir o domínio do prédio seria indispensável apresentar como conseguira esse direito.

Ora, tudo que o réu apresentou como benfeitoria, foi avaliado e a importância se acha em depósito, porque assim permite a lei. Já demonstrei na sentença que a avaliação foi feita de acordo com as disposições legais, porém o Embargante, não tendo lido o artigo da lei por mim citado, insiste em declarar que o arbitramento está nulo porque um dos peritos não

²³³ Ibidem. p. 55.

*declarou que era vencido. Mas cada um deles teve uma opinião diferente dos outros e assim,[...] Já não é uma questão de direito e sim de saber-se o que quer dizer essa palavra 'vencido' para ver-se si, neste caso, podia ela ser empregada. [...] Inútil também saber se as benfeitorias foram feitas ou não com o consentimento do dono das terras; pois como já disse e demonstrei, o senhorio pode despejar o arrendatário desde que pague as benfeitorias por este feitas.[...] A vista, pois, do exposto e do mais que dos autos consta, mantenho a sentença [...] e julgando como julgo, improcedente o embargo apresentado, condeno o Embargante, Gaspar José Soares a pagar as custas.*²³⁴

Nesta parte da sentença, é nítida a insatisfação do Juiz José de Augusto de Godoy e Vasconcellos em relações as questões levantadas por Gaspar José Soares. Em tom irônico, procurou desqualificar tanto as alegações quanto o nível de conhecimento do réu e em tom jocoso depreciou seus conhecimentos sobre o assunto. Por fim, explanou de forma categórica os pontos divergentes contestados por ele reafirmando seus argumentos proferidos na primeira sentença.

Apesar de seu saber jurídico, este, não foi suficiente para persuadir o responsável pelo seu processo, nos fica a dúvida se este conhecimento realmente era parco ou teria sido apenas a insatisfação do juiz tentando desqualificar qualquer argumento jurídico levantado pelo réu. Mas a afirmação em sua sentença *réu fazendo confusão desculpável em leigos*, sugere que Gaspar José Soares, não teria formação na área do direito, apesar ser apresentado como tal. Sua experiência pode ter sido adquirida na prática da função que exerceu por anos como subdelegado de polícia do município. Ofício que discutiremos em outro momento. Após as exposições, Godoy e Vasconcellos manteve sua decisão e julgou improcedente o embargo, condenando o embargante Gaspar José Soares a pagar às custas do processo.²³⁵

Sabemos que ele era proprietário de outros imóveis, além de desempenhar funções em cargos públicos eletivos²³⁶ e mesmo perdendo o processo e sendo despejado de sua posse, Gaspar José Soares manteve sempre diversificada suas redes de relações e sua área profissional, e por conseguinte, seu prestígio social, tanto que galgou posteriormente uma vaga na Câmara de Vereadores do Município de nova Iguaçu, no qual se manteve por cinco

²³⁴ Ibidem, p. 52-54.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Suas nomeações para cargos públicos como de 1º suplente de subdelegado, 2º suplente de delegado, delegado escolar, escrivão da Coletoria Estadual de Iguassú, 2º suplente do substituto de Juiz Federal do município ver em: Jornal do Brasil (RJ), 6 de março de 1897, p. 2; Jornal do Brasil (RJ), 15 de janeiro de 1899, p. 6; Correio da Manhã (RJ), 03 de abril de 1910, p.5; Correio da Manhã (RJ), 07 de janeiro de 1913, p.3; Correio da Manhã (RJ), 15 de abril de 1926, p.2; A Manhã (RJ), 15 de abril de 1926, p.8; Jornal do Brasil (RJ), 16 de março de 1927, p.7; O Paiz (RJ), 15 de abril de 1926, p.2. Acessado em: memoria.bn.br

mandatos consecutivos e será elencado como um dos grandes exportadores de laranja da região.

Outra situação peculiar envolvendo ambos e já citados anteriormente foi um artigo publicado no jornal Correio da Manhã do dia 07 de janeiro de 1913:

*Preso incomunicável sem ter cometido crime algum e sem nota de culpa
Escreve-nos de Maxambomba, o advogado Gaspar José Soares:
Hermes José de Assumpção, trabalhador e residente neste lugar há cinco anos, mais ou menos, foi preso sem ter cometido crime de espécie alguma, na noite do dia 16 de dezembro último, nesta cidade, por ordem do delegado de polícia Joaquim Tinoco de Souza e sem nota de culpa ou mandato do juízo competente, recolhido à cadeia, onde continua incomunicável e sem culpa formada, pois até a presente data não teve início o respectivo sumário de culpa. Não tendo esta comarca autoridade judiciária, pois o Mmo. juiz de direito, tendo entrado no dia 21 de dezembro no gozo de férias passou a vara ao 3º suplente, Sr. Capitão Antônio da Silva Chaves. Este, por sua vez, negara-se a receber petições e despachos, dizendo não ter prestado afirmação: o 1º suplente não entra em exercício, não há 3º suplente: pois que desde o dia 23 do último, estou como advogado de Hermes, lutando para obter uma certidão sem, entretanto conseguir. Apresentei no dia 29 do mesmo mês, ao Tribunal de Relação do Estado, uma petição impetrando em favor do mesmo uma ordem de habeas-corpus. Fui hoje saber do despacho, disse-me o Dr. secretário que o Tribunal ainda não se reuniu por estar-se em férias. Assim, continua? a judicatura desta comarca de Iguassú, sem termos a quem recorrer dos atos praticados pelas autoridades policiais. É-me negado falar com o preso, apesar de ser seu patrono, só sendo permitido nos dias de visita, duas vezes por semana e em curto prazo de tempo. Lembrei-me, por isso, dessa ilustre redação, pedindo vir em socorro desta infeliz e inocente vítima apelar para o ilustre Dr. Oliveira Botelho, presidente do Estado. Grato, ele.²³⁷*

Gaspar José Soares afirmou na publicação que está como advogado de Hermes José da Conceição e este teria sido preso injustamente. Queixou-se por não estar conseguindo assistir seu cliente de forma adequada. Reclamou também da ausência do poder judiciário na comarca de Iguassú, expondo que a comarca está sem autoridade judiciária, pois o Juiz em ação estaria em férias, tendo passado a vara ao terceiro suplente o Capitão Antônio da Silva Chaves que teria se negado a receber as petições e despachos por, segundo ele *não ter prestado afirmação*. Importante observar que Gaspar José Soares só tece críticas ao terceiro suplente, não culpando e nem expondo o nome de nenhum outro pelos entraves que estava tendo. Há de se considerar por seus argumentos o quão insatisfeito Gaspar José Soares estava em relação ao capitão Chaves, deixando transparecer que perdurava um relacionamento não amistoso até então.

²³⁷ Correio da Manhã (RJ), 07 de janeiro de 1913, p.3. Acessado em: memoria.bn.br

Tais contendas podem ter interferido de forma significativa na relação de ambos, mas não impediu que Capitão Chaves estivesse presente em determinadas ocasiões e participasse de cerimônias familiares ligados diretamente a Gaspar José Soares. Capitão Antônio da Silva Chaves apareceu como testemunha nos casamentos de Jacinto de Sá Bittencourt²³⁸ em 02 de novembro de 1904 e de Antônio de Sá Bittencourt²³⁹ no dia 26 de setembro de 1914, ambos irmãos de Dona Maria de Sá Bittencourt Soares, esposa de Gaspar José Soares.

Conforme exposto por Giovanni Levi, para além da relação familiar, devemos também nos atentar para as redes de relações mais complexas de sustentação material ou política. Pois muitas mudanças não partem do núcleo familiar. Portanto:

*devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções.*²⁴⁰

Deste modo, as redes de relações fora do núcleo familiar se configurariam como fecundo terreno no qual se desdobrariam um diversificado jogo de interesses, barganhas e assistência em prol da sobrevivência e do desenvolvimento econômico. A ligação entre Capitão Gaspar José Soares e Capitão Antônio da Silva Chaves, perpassava por este imbricado jogo de dependência e reciprocidade, dar e receber. A manutenção deste vínculo, tanto no campo comercial quanto na rede de parentesco garantia a ambos importantes mecanismos de mobilidade social, política e econômica.

Outra importante figura da região, testemunha em seu casamento, o Capitão José Ribeiro Lobo de Alarcão foi serventuário do segundo ofício de tabelião de notas e oficial do Registro Geral de Hipotecas da Comarca de Iguassú²⁴¹. Ele também aparece como escrivão no processo do inventário pelo falecimento do pai de Gaspar José Soares, José Maria Mendes Soares.

Seu pai faleceu em junho de 1902.²⁴² Foram nomeados por procuração e constituídos procuradores de Gaspar José Soares e Anna Izabel Soares Valladares para promover os termos

²³⁸ Family Search, Livro: 4 - Assento: 116 – 02 de novembro de 1904.

²³⁹ Family Search, Livro: 4 - Assento: 58 – 26 de setembro de 1914.

²⁴⁰ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial ... op. cit.*, p. 98.

²⁴¹ Gazeta de Petrópolis (RJ), 28 de agosto de 1897. p.1. Acessado em:memoria.bn.br

²⁴² Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/SEGAP): Processo-Petição e relação de bens de José Maria Mendes Soares. 03 de junho de 1902.

do inventário, o advogado José Pereira Porto Sobrinho e Alfredo César Soares. José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho se formou pela Faculdade de Direito de São Paulo²⁴³, foi juiz municipal da comarca de Iguassú²⁴⁴. Eleito deputado federal pelo Primeiro Distrito do Estado do Rio de Janeiro em 1909. Exerceu o mandato até 1911, sendo reeleito em 1912. Faleceu em 11 de junho de 1914, no Rio de Janeiro.²⁴⁵ Alfredo César Soares, foi vereador e presidente da Câmara de Iguassú entre os anos 1903-1904²⁴⁶. Por ocasião do testamento de Benedicto Costa²⁴⁷ em 7 de outubro de 1914, Gaspar José Soares aparece como terceiro testamenteiro. O segundo testamenteiro Alfredo César Soares. O primeiro é José Sene de Araújo que também é nomeado como testemunha no inventário de seu pai²⁴⁸. Por vezes, ambos aparecem juntos como testemunhas em fontes cartoriais ²⁴⁹.

Capitão Godofredo Caetano Soares, coletor de Rendas do Estado do Rio de Janeiro no município de Iguassú²⁵⁰, também assinou o termo de casamento de Gaspar José Soares. Ele foi oficial do Registro Civil da Cidade de Nova Iguassú em 25 de agosto de 1924, no atestado de óbito²⁵¹ de Anna Izabel Soares Valladares, irmã de Gaspar José Soares. Irmão do Capitão Godofredo Caetano Soares, Alferes Cleophas José Soares apareceu amiúde em fontes relacionadas a Gaspar José Soares. Era agente do correio e terceiro tabelião, faleceu em janeiro de 1912²⁵². Também foi testemunha do nascimento de Aristides, segundo filho de Gaspar José Soares em 1904²⁵³. Apesar do mesmo sobrenome, não conseguimos apurar qualquer vínculo familiar entre eles. Mas estas relações podem ter relativo significado em sua trajetória, pois evidencia sua aproximação com indivíduos que exerciam cargos públicos no município. Mais adiante acompanharemos o quão indispensável foi para Gaspar José Soares

²⁴³ O Fharol (RJ), 25 de novembro de 1890. p. 1. Acessado em memoria.bn.br

²⁴⁴ O Paiz, (RJ), 30 de março de 1895. p. 2. Acessado em memoria.bn.br

²⁴⁵ SILVA, Izabel Pimentel. PORTO SOBRINHO, José Pereira Rodrigues. CPDOC-FJV. Em:<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PORTO%20SOBRINHO,%20Jos%C3%A9%20Pereira%20Rodrigues.pdf>. Acessado em: 23/04/2017.

²⁴⁶ Câmara Municipal de Nova Iguaçú. Rol dos Vereadores. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-ex-presidentes/>

²⁴⁷ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo-Testamento de Benedicto Costa. 07 de outubro de 1914.

²⁴⁸ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 03 de junho de 1902.

²⁴⁹ Family Search, Livro: 4, Assento: 285, 17 de fevereiro de 1899 e Livro: 4, Assento: 306. 07 de dezembro de 1899.

²⁵⁰ Gazeta de Petrópolis (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em memoria.bn.br

²⁵¹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo: Inventário e Certidão de Registro de óbito de Anna Izabel Soares Valladares. 29 de agosto de 1924.

²⁵² Gazeta de Notícias (RJ), 02 de janeiro de 1912, p. 5. Acessado em: memória.bn.br

²⁵³ Family Search, Livro: 9, Assento: 176, 24 de julho de 1904.

manter este tipo de ligação, posto que, cargos públicos se davam por indicação e foi bastante eficaz selecionar a quem manter uma relação, e neste caso a de reciprocidade.

Sua única irmã faleceu em 29 de agosto de 1924 de pneumonia aguda, aos 55 anos. Quem atestou seu óbito foi o então farmacêutico Sebastião Herculano de Matos. Primeiro presidente do Sindicato Agrícola de Iguazu criada em 1923²⁵⁴ com o objetivo de agregar os interesses dos citricultores e exportadores da região. Em 1924 passou a ser denominada Associação dos Fruticultores de Nova Iguazu por sugestão do Ministério da Cultura.²⁵⁵ Posteriormente reformulada e renomeada Associação Rural de Nova Iguazu em 1939, teve sempre Sebastião Herculano de Matos na presidência.²⁵⁶ Gaspar José Soares apareceu entre os elencados no Editorial do Correio da Lavoura de 1934 como um dos maiores exportadores de frutas cítricas da região.²⁵⁷ Estar próximo e cultivando relações com importantes figuras do município, era parte importante na conquista e manutenção de prestígio e mobilidade.

No processo de disputa de terras²⁵⁸ movido por Umbelino Gomes do Nascimento e sua esposa Outeria Balbina do Nascimento moradores na cidade de Maxambomba contra Gaspar José Soares e sua esposa, segundo conta, o suplicado, Gaspar José Soares, vizinho dos suplicantes, avançou a cerca do terreno de seu vizinho. Pedem os requerentes que sejam *intimados os réus [e que] não mais os turbem na referida posse* e multa de 3:000\$000 em caso de descumprimento, além de pagar às custas do processo. Mais uma vez nesta querela observamos os nomes de figuras conhecidas de Gaspar José Soares. Em sua defesa, consta nos autos uma escritura pública de venda de terrenos da massa falida Baptista & Filhos, os síndicos desse acervo do ativo e passivo de bens, eram o Capitão Antônio da Silva Chaves e José Gonçalves de Carvalho que leiloaram a Gaspar José Soares, além do terreno em questão, outros haveres da dita massa falida. Consta no processo o tabelião José Ribeiro Lobo de Alarcão e o coletor de impostos o capitão Godofredo Caetano Soares, ambos constam no acento de seu casamento, além do Capitão Antônio da Silva Chaves.

Gaspar José Soares herdou de seu pai e de sua falecida esposa Rita de Freitas Soares, propriedades no município e na então Capital Federal no Rio de Janeiro, esteve envolvido em

²⁵⁴ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja – História Econômica de Nova Iguazu*. Fundação Getúlio Vargas/SEEC, Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977. p.129.

²⁵⁵ Idem, p. 130.

²⁵⁶ Idem, p. 133.

²⁵⁷ Idem, p. 128.

²⁵⁸ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo de Justificação. 17 de julho de 1915.

uma ação de despejo por falta de pagamento, além de comprar terrenos de leilões, sabemos também que ele vendia terrenos próximos a estação de Nova Iguaçu. Como já inferimos anteriormente, ele conhecia os trâmites do mercado imobiliário e sabia da sua importância como mecanismo de mobilidade social e nesta última contenda, saiu vitorioso.

Circulavam ao redor de Gaspar José Soares as principais figuras representativas da cidade. Nos processos expostos até o momento, podemos observar suas escolhas ao arrendar terras, realizar benfeitorias, mesmo não saldando seus débitos, comprar bens em leilão e vendê-los em anúncios de jornais. Tais feitos nos evidenciam suas ações e deixa exposto o imponderável, as imprecisões de tais opções. Giovanni Levi nos alerta sobre as incertezas e imprevisibilidades inerentes a própria sociedade, fazendo com que os indivíduos sejam conscientes de suas limitações ao fazer escolhas. Levi se refere à sociedade do Antigo Regime, mas alarga sua análise:

Esta sociedade, como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Esta incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro, mas, também, da consciência de que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir.²⁵⁹

Gaspar José Soares manejou as leis e o sistema a seu favor e em defesa de seus projetos dentro de seu campo de possibilidades para se sobrepular social, política e economicamente. Ele conhecia as leis e suas possibilidades, não previa as incongruências, o que não o impediu de buscar e defender seus propósitos. Mesmo em um período onde teorias raciais excludentes ganhavam força, mas não foram o suficiente para fechar os interstícios desse sistema e impossibilitar a mobilidade de negros nesta sociedade.

No esboço de suas relações que pinçamos em nossas pesquisas, podemos inferir a importância das teias que ele tecia buscando realizar seus projetos. Se envolveu à miúdo com *as pessoas mais gradas do município*²⁶⁰, estando ele inserido nesta elite intelectual de sua época. Se Gaspar José Soares conseguiu alçar importante projeção dentro da vida político-administrativa da cidade foi por saber manejar e se locomover nos meandros daquela sociedade. As relações que teceu faziam parte desse jogo em busca da sua mobilidade e ser negro neste espaço, só fez com que nosso pesquisado tivesse que se tornar muito mais atento

²⁵⁹ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial ... op. cit.*, p. 104.

²⁶⁰ Gazeta de Petrópolis (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em memoria.bn.br

às regras desse *jogo da dissimulação*²⁶¹. Fazer o que aquela elite fazia era uma escolha, estar onde ela estava também. Por isso, se integrar a Guarda Nacional foi um caminho a ser trilhado nesta singular trajetória.

2. A Guarda Nacional

Gaspar José Soares recorreu a múltiplas estratégias de mobilidade social, tencionado minimizar as incertezas daquilo que não podia prever ou controlar. Ele sabia o quão sinuoso e fluido eram os caminhos para alcançar seus projetos. Conhecia as especificidades do jogo e soube manejar as ações para alcançar seus objetivos. Para tanto, estratégias no campo simbólico e ideológico fizeram parte de sua trajetória. Ao fazer parte do corpo de oficiais da Guarda Nacional, buscou *prestígio social*²⁶², reconhecimento e todos os aspectos simbólicos que tal feito o imputaria. Acreditamos que ele teria apropriado do discurso de seu tempo e de seus pares, compartilhando o mesmo sistema de valores, as mesmas concepções e princípios, para reafirmar seu status e total afastamento daquilo que ser *negro* em um período emblemático representava.

Neste momento do trabalho, analisaremos qual a relevância dessas estratégias na trajetória de Gaspar José Soares, para a conquista e manutenção da proeminente mobilidade que conquistou. Partindo dessa perspectiva, examinaremos determinados aspectos da Guarda Nacional, buscando entender a importância de fazer parte desta *milícia cívica*, uma vez que ao longo de sua existência, *tornou-se progressivamente e de maneira definitiva um instrumento político local*²⁶³.

²⁶¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...op. cit.*

²⁶² Por *prestígio social* concordamos com Charles Wright Mills: *As bases nas quais certas pessoas fazem reivindicações de prestígio, e as razões pelas quais outras pessoas respeitam tais reivindicações, incluem propriedade e berço, ocupação e educação, renda e poder — na verdade quase tudo que possa distinguir invejosamente uma pessoa da outra. No sistema de status de uma sociedade, essas reivindicações são organizadas como regras e expectativas, que regulam quem reivindica prestígio com bom êxito, de quem, de que maneiras e sobre que bases. O nível de autoestima de certos indivíduos é determinado em maior ou menor grau por esse sistema de status.* MILLS, C. W. White Collar. In: Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 971. In.: SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831 – 1850*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2004, p. 19.

²⁶³ GOLDONI, Aline Cordeiro. *A Guarda Nacional nos municípios: a utilização da Guarda Nacional como instrumento de articulação política na província do Rio de Janeiro*. Apud: *Revista Ars Histórica*. 2010. Artigo publicado nos Anais da Jornada de Estudos Históricos do PPGHIS/UFRRJ, p. 9, In. MORAES, Adriano dos

A Guarda Nacional no período de sua criação, representou um importante agente de manutenção e apoio da ordem no período regencial, *como corporação paramilitar, [que] atuou como reforço do poder civil, tomando-se o sustentáculo do Governo instaurado com o 7 de abril*²⁶⁴. Seu caráter pode ser constatado no artigo 1º: *Defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas, e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas*²⁶⁵. A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, inspirada nos moldes da Guarda Nacional Francesa e ao longo de sua existência, passou por diferentes fases:

*A primeira fase, grosso modo, a da Menoridade, vai de 1831 até a reforma da Lei em 1850, quando a corporação, como força de grande contingente popular, atuou de forma direta e intensa na campanha da pacificação nacional. A segunda fase, que abrangeu o Segundo Reinado, de 1850 a 1889, caracterizou-se pelo início da aristocratização dos seus quadros dirigentes, transformando-se depois em milícia eleiçoeira - força de oficiais sem soldados. Finalmente, na terceira fase, a republicana, irá verificar-se a absorção da milícia cidadã pelo Exército, como força de segunda linha, assim conservando-se até o seu total desaparecimento em 1922.*²⁶⁶

O aspecto que nos interessa neste momento, é observar a terceira fase da Guarda Nacional, já no período republicano e entender naquele ínterim, o que ela representava enquanto instrumento que se *firmara como força conservadora, de dominação dos grupos municipais*²⁶⁷. É mister observar, qual a importância de fazer parte do quadro de oficiais dessa *milícia cidadã*, nos atentando para o fato de que em determinados períodos, constatamos relevante contingente de vereadores da Câmara de Nova Iguaçu ostentando suas patentes.

De acordo com Adriano dos Santos Morais, durante a Primeira República, a Guarda Nacional, estava diretamente ligada as relações e ao jogo político no município de Nova Iguaçu, uma vez que podemos observar a *presença de oficiais da Guarda Nacional ocupando as cadeiras da Câmara Municipal*²⁶⁸. Como podemos averiguar, com o quadro de composição

Santos. Eis que surge uma prefeitura: a Guarda Nacional, a política local e o município de Nova. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012, p. 19.

²⁶⁴ Início do período regencial, com a abdicação de D. Pedro I. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. Brasil monárquico. Tomo II. Volume 6. Declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 321.

²⁶⁵ Idem, p. 324.

²⁶⁶ Idem, p. 320.

²⁶⁷ Idem, p. 326.

²⁶⁸ MORAES, Adriano dos Santos. *Eis que surge uma prefeitura: a Guarda Nacional, a política local e o município de Nova Iguaçu na Primeira República*. Monografia em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. UFRRJ/IM, 2012, p. 10.

dos vereadores da Câmara de Nova Iguaçu no ano de 1900 no livro de Ney Alberto Gonçalves de Barros *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*, somente dois dos integrantes da vereança, não carregavam uma patente²⁶⁹.

Em janeiro de 1899, o Tenente Gaspar José Soares foi nomeado 1º suplente do subdelegado do 1º Distrito de Iguassú²⁷⁰, esta foi sua primeira aparição com uma patente da Guarda Nacional. O posto que mais predominou em sua trajetória foi a de Capitão. Mesmo com a dissolução da Guarda Nacional em 1922, muitos foram os que sustentaram suas patentes por algum tempo. Em relação aos vereadores de Nova Iguaçu, essas denominações desaparecem após a Revolução de 1930, quando o período legislativo foi interrompido.

Inicialmente, para fazer parte da Guarda, os chamados cidadão ativos com idade entre 21 e 60 anos – este limite foi posteriormente *alterado para maiores de 18 e menores de 50 anos perdurando essa alteração até a segunda reforma da lei, em 1873*²⁷¹ - deveriam alista-se nos Conselhos de Qualificação, de responsabilidade dos Juizes de Paz. Os critérios para essa avaliação passavam pela renda e pela idoneidade. O serviço à Nação era prestado gratuitamente, cabia a estes, custear os próprios gastos, uma vez que o governo *somente pagaria soldo aos soldados destacados, isto é, longe de seu município de origem*²⁷². O governo não tinha tantos gastos com a corporação, *reduzindo-se à distribuição do armamento, bandeiras, tambores, cometas e trombetas, material de escritório e soldo apenas para os instrutores*²⁷³. Cabe destacar, que naquele contexto, um cidadão idôneo perpassava por um ideal de cidadão pacífico, defensor da ordem e contra os perturbadores. Ser qualificado como um cidadão, ganhava novos contornos *e um significado especial, na medida em que é através deste processo que é conferido, como um 'título de cidadania', o status de pertencer à Guarda Nacional (...)*²⁷⁴.

²⁶⁹ Vereadores em 1900: vereadores gerais: Antônio José Carlos Júnior, *Capitão* Antônio Augusto de Andrade Araújo, *Capitão* Olympio Soares, *Capitão* Salustiano Alves de Almeida, *Coronel* Alfredo César Soares, Dr. José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho, *Tenente* Francisco Silvestre dos Santos. Vereadores distritais: *Capitão* Antônio da Silva Chaves, *Capitão* José Esteves de Souza e Azevedo, *Tenente-Coronel* Bernardino José de Souza e Mello Júnior, *Tenente-Coronel* Jeronymo Pinto de Oliveira Rangel, *Capitão* Luiz Antônio da Silva Costa, *Capitão* Manoel Vieira da Costa Neto. Ver: BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.p. 36.

²⁷⁰ Gazeta de Notícias, 13 de janeiro de 1899, p. 2; O Fluminense, 14 de janeiro de 1899, p. 1.

²⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira ... op. cit.*, p. 325.

²⁷² MORAES, Adriano dos Santos. *Eis que surge uma prefeitura ... op. cit.*, p. 12.

²⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira... op. cit.*, p. 325.

²⁷⁴ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazans e NEVES, Margarida de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro 1831–1918*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Com a primeira reforma promulgada pela lei de 19 de setembro de 1850, foi abolido o sistema eletivo para composição do oficialato da Guarda. Por conseguinte, nomeações e promoções,

[...] passaram a depender do poder público. [...] e não tardaria a tornar-se predominantemente e, depois, meramente honorífica e decorativa: com as suas patentes, distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções. O prestígio do título passou a constituir sedução muitas vezes infalível na técnica de captação dos chefes locais. E a República continuaria a utilizar o processo durante muito tempo.²⁷⁵

Fim do sistema eletivo, o acesso a uma função de liderança, a partir das indicações e nomeações feitas pelas autoridades, em vias de regra, passaram a ser influenciadas pela inclinação política dos oficiais independentemente de sua competência para o posto.²⁷⁶ Por conseguinte, a conquista de uma patente da Guarda Nacional, passou a estar intimamente ligada a jogo político de interesses, fazer parte do quadro da corporação simbolizava a aquisição de prestígio social e *muitos foram aqueles que a ela se integraram com o intuito de ganhar projeção política em suas respectivas regiões, o que não foi diferente em Iguassú²⁷⁷*. Com este intento muitas figuras conhecidas no município procuraram se integrar a Guarda Nacional, políticos ou não, fazer parte dela era sinônimo de *status*, de prestígio social. Gaspar José Soares reconhecia a importância de fazer parte deste simbolismo no jogo político e não ficou indiferente a isto.

A reforma de 1873, limitou sistematicamente as funções da Guarda, que se reduziu a *uma reunião anual para revista e exercícios de instrução*. Foi no período Republicano que se deu sua *militarização em circunstâncias extraordinárias* da corporação. Em 1922, a Guarda Nacional havia se transformado em milícia eleitoral e antes que houvesse uma nova reforma ela fora dissolvida.²⁷⁸ Da antiga corporação ficou *a imagem de uma força de oficiais sem*

Janeiro (PUC-Rio), 1981, p. 40. Apud MORAES, Adriano dos Santos. *Eis que surge uma prefeitura... op. cit., p.13.*

²⁷⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 202-203.

²⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Brasil monárquico*. Tomo II. Volume 6. Declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 329.

²⁷⁷ ARAÚJO, Marcos Paulo Mendes. “Iguassú e sua Guarda Nacional”. Apud *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias (RJ): 2010, p. 64.

²⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira...op. cit., p. 342*

*soldados, de chefes políticos aparatosamente fardados, a que seus últimos representantes vivos acabaram por impor.*²⁷⁹

Tanto Gaspar José Soares quanto seus companheiros de vereança, ou *homens rudes [que] ostentavam patentes da Guarda Nacional*²⁸⁰, compreendiam a importância de fazer parte do que foi um dos *símbolos nacionais válidos*²⁸¹. Principalmente aqueles que não tinham obtido um título de doutor através da educação escolar, mas pretendiam conquistar e manter *prestígio social* se valendo de uma patente que lhe agregaria tal posição.

Em uma reunião juntamente com outros membros da *elite política* local, nosso pesquisado, apareceu com a patente de major. Major Gaspar José Soares, a única validade de tal posto naquele período foi puramente simbólico, mas como um negro que conquistou mobilidade social, política e econômica e precisava preservar tal condição, se valer de tal subterfúgio, foi marcar seu status e prestígio enquanto importante figura política local ou uma das *pessoas mais gradas do município*. E ostentar tais títulos para Gaspar José Soares foi uma estratégia para sua afirmação enquanto proeminente figura política.

3. A “cor” e o *lugar social*:

No registro de batismo²⁸² de Gaspar José Soares não constava o item “cor”, diferentemente de seu atestado de óbito²⁸³, no qual foi classificado como sendo *branco*. O que não nos causa estranheza, uma vez que durante toda sua trajetória - salvo raras exceções como a fotografia de sua posse como vereador - silenciou conjunturas que aludisse a sua origem étnica. Como já abordado anteriormente, pressupomos sua assimilação do discurso vigente sobre o racismo científico, posto que, a ideia de um processo de branqueamento estava presente em discursos largamente difundidos como um *fenômeno natural e inevitável*. Assim, o reflexo de suas ações vai de encontro a uma apropriação no campo ideológico da assimilação de valores e princípios apregoados por uma elite branca no qual buscou se inserir. Neste momento do trabalho, procuraremos entender como se dava, dentro daquele período, a fluidez na

²⁷⁹ Idem, p. 348

²⁸⁰ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja... op. cit.*, p. 78.

²⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira...op. cit.*, p. 321.

²⁸² Family Search, Livro: 6 – 18 de janeiro de 1865. Acessado dia 31/07/2013

²⁸³ Family Search, Livro: 45 - Termo 21166 – 14 de maio de 1955. Acessado dia 22/01/2014.

variação de “cor” dos indivíduos. De forma intencional ou não, esta mudança poderia significar por vezes um *lugar social* conquistado ou uma estratégia de mobilidade.

Um caso concreto nos será útil neste momento, para entendermos as ambiguidades que perpassou a vida de alguns indivíduos negros que conquistaram proeminente posição social. Após o falecimento de Machado de Assis²⁸⁴, teria José Veríssimo²⁸⁵ escrito um texto em homenagem ao grande amigo, explanando sua imensa admiração àquele homem *de origens modestas e ancestrais negros que se tornara um dos maiores romancistas do século*. Joaquim Nabuco²⁸⁶, também amigo do escritor, de pronto, retrucou Veríssimo, pois teria este, cometido uma indelicadeza ao referir-se a Machado de Assis como “mulato”. Termo que teria lhe causado “arrepios”:

*Seu artigo no jornal está belíssimo [...], mas esta frase causou-me arrepio: ‘Mulato, foi de fato grego da melhor época’. Eu não teria chamado o Machado de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava [...]*²⁸⁷

O trecho acima expressa os dissonantes posicionamentos de dois amigos próximos a Machado de Assis. O primeiro, tencionou exaltar um grande colega falecido e o segundo demonstrou sua perplexidade ao sair com veemência para defender o ilustre morto de tamanha descortesia. Ao aludir a este, um status longe daquele concebido por seus pares, e muito provavelmente

²⁸⁴ Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 21 de junho de 1839, numa chácara no morro do Livramento, onde seus pais eram agregados. Seu pai Francisco José de Assis era pintor de casas e sua mãe Maria Leopoldina Machado *era lavadeira da roupa dos brancos*. Autor de algumas obras primorosas de nossa língua, o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras. O homem das letras, inteligente, discreto e reservado são expressões marcantes nos relatos concernentes a Machado de Assis, mas a principal característica que nos interessa neste momento é a relacionada a sua origem étnica, característica tal, que ainda provoca tantas discussões em seu entorno., viveu entre os aplausos e as críticas quanto a sua dubiedade em relação aos seus posicionamentos. Ver em: PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 21. Acesso: <http://www.brasiliana.com.br/obras/machado-de-assis-estudo-critico-e-biografico/pagina/5/texto>; Diário Carioca, 29 de setembro de 1933, p. 6, Acesso dia 25/02/2018.

²⁸⁵ José Veríssimo Dias de Matos, jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário, nasceu em Óbidos, PA, em 8 de abril de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 2 de fevereiro de 1916. Compareceu a todas as reuniões preparatórias da instalação da Academia Brasileira de Letras. Escolheu por patrono João Francisco Lisboa, e é o fundador da cadeira nº 18. Academia Brasileira de Letras- Biografias. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-verissimo/biografia>> Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

²⁸⁶ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, escritor e diplomata, nasceu no Recife, PE, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. Compareceu às sessões preliminares de instalação da Academia Brasileira, fundador da cadeira nº 27, que tem como patrono Maciel Monteiro. Designado secretário-geral da Instituição na sessão de 28 de janeiro de 1897, exerceu o cargo até 1899 e de 1908 a 1910. Academia Brasileira de Letras- Biografias. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco> > Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

²⁸⁷ Revista do Livro, v.V, ano 11, p.164, março de 1957, cit. por Eduardo de Oliveira e Oliveira, O mulato, um obstáculo epistemológico, Argumento, jul. 1974, p.70. Apud.: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 376.

também por Machado, Veríssimo foi desatento e infeliz em sua colocação, uma vez que o célebre escritor “mulato” já estava perfeitamente inserido no mundo intelectual dos brancos e assim ele era considerado em seu metiê e assim se julgava, de acordo com as palavras de seu próprio amigo e defensor.

A postura de Gaspar José Soares também pressupunha um afastamento de tudo que evocasse a sua etnia. Se porventura silenciou e deixou na obscuridade sua origem, o fez por provavelmente temer uma exposição e evitar se colocar publicamente sobre questões tão emblemáticas para o período. Esta atitude também pode ser interpretada como uma estratégia de mobilidade social. Roberto Guedes afirma que uma mesma pessoa poderia mudar de “cor” ao longo de sua trajetória, e esta categoria estaria relacionada a um *lugar social*. Segundo o autor, em seu trabalho sobre os processos de mobilidade social envolvendo escravos alforriados e seus descendentes no município de Porto Feliz província de São Paulo no final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, em se tratando dos recenseamentos:

*[...] a mobilidade social, dentre outros aspectos, podia fazer com que contemporâneos ‘confundissem’ negros com pardos, pardos com brancos. Provavelmente, a mudança das cores reforce a possibilidade de os recenseadores lançarem mão de um critério pontual dirigido a determinadas pessoas em certas situações (no que as relações pessoais podiam interferir), bem como indica o lugar social conforme as circunstâncias sociais.*²⁸⁸

Dentro de seu próprio contexto determinados indivíduos poderiam sofrer mudanças de “cor” (sempre em direção a um branqueamento), de acordo com a conjuntura e sua própria posição ou *lugar social* conquistado em sua mobilidade naquela sociedade. Essas confusões que transformaram Antônio: escravo: crioulo de cor preta ... , engajado na luta étnica e operária, em um homem “branco” como foi classificado em seu atestado de óbito.

Beatriz Ana Loner no trabalho *Antônio: de Oliveira a Baobad*, retratou a trajetória do personagem título, ex-escravizado, operário na cidade de Pelotas/RS, em fins do século XIX e início do XX.²⁸⁹ Nascido em 1861, mãe crioula e escrava, Antônio tornou-se livre provavelmente entre os anos de 1880 e 1881. Estudante assíduo das aulas noturnas de um curso básico na Biblioteca Pública, cursos escassos naquele período. Pertencente ao Partido

²⁸⁸ Ibidem, p. 100.

²⁸⁹ LONER, Beatriz. A. *Antônio: de Oliveira a Baobad*. Apud Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2011, v.1, p. 109-136.

Republicano e defensor do republicanismo, foi ativista político, abolicionista na década de 1880, liderança étnica e sindical e militou em busca de “*direitos e pela integração do negro na sociedade dos novos tempos republicanos*.”²⁹⁰ Em, 1893, fez parte da equipe do jornal Democracia Social, um dos primeiros jornais socialista de Pelotas, pelo curto espaço de tempo em que o periódico manteve suas atividades. Entre os anos 1893 e 1897, Antônio Baobad, que até então utilizava o sobrenome Oliveira – nome que herdou de seu ex-senhor – adotou “Baobad”, como sobrenome, porquanto designava sua origem e carregava um caráter mais ideológico como ressaltou Loner: *numa sociedade que tentava esquecer a existência, ainda recente, da escravidão e que desprezara e abandonara à própria sorte os negros, ele se assumia como preto e reivindicava suas origens africanas, inventando seu sobrenome*.²⁹¹ Na contramão de um discurso racial que gradativamente foi ganhando espaço, a postura inversa adotada por Baobad, fazendo alusão ao sua origem e principalmente sua militância nos remete a indivíduos que mesmo em situação adversa, mantiveram luta granjeando direitos e a integração da população negra.

Antônio Baobad foi o primeiro presidente da União Operária Internacional (UOI), entidade operária socialista na cidade de pelotas criada em 1897 que tinha como proposta basilar, “*à proteção do trabalhador como consumidor, por meio da criação de um armazém cooperativo para atenuar os problemas dos operários com a alimentação*”.²⁹² Em 1899, ele criou o Centro Operário 1º de Maio, entidade constituída principalmente por chapeleiros fulistas - antiga profissão de Baobad²⁹³.

No início do século XX, Antônio Baobad, foi acometido por uma tuberculose pulmonar, doença que de forma progressiva lhe minorou a saúde. Em 1907, filiou-se ao jornal *A Alvorada* como colaborador, cronista e comentarista. Em julho do mesmo ano veio a falecer. Por ironia, em seu atestado de óbito, Antônio Baobad, além de sua morte por tuberculose ter sido classificada como natural, este fora classificado como “branca”, independentemente *de ter feito do estigma [sua condição de negro e escravo] um identificador de sua luta e existência, modelando sua vida de acordo com sua condição de negro, operário, sindicalista e socialista*”²⁹⁴. Mesmo com uma trajetória permeada pelo engajamento étnico, Baobad não fugiu à

²⁹⁰ Ibidem, p.127.

²⁹¹ Idem, p.124.

²⁹² Idem, p.127-128.

²⁹³ Idem, p.130.

²⁹⁴ Ibidem, p.133.

variação de “cor” dentro daquele contexto, posto que, sua vida havia conquistado reconhecimento e mobilidade social.

Em sua pesquisa Roberto Guedes destacou a difícil tarefa em classificar um indivíduo dentro de uma sociedade, pela fluidez da variação de cor. Esta não passava por critérios rígidos, mas antes variantes, indicadas pela circunstância social. Ainda segundo o autor, [...] “*ao utilizar as cores como critério para identificar e delimitar um objeto de estudo em fontes diversas, [seria]necessário o diálogo entre os conceitos utilizados pelo pesquisador e os manipulados por agentes contemporâneos às fontes em cada contexto local.*”²⁹⁵ Ou seja, um estudo envolvendo a categoria “cor”, a compreensão do seu significado deve ser observado de acordo com o contexto em que este está inserido. Contexto este, que tais categorias podem sofrer alterações ou reordenação em sua classificação, como exposto por Hebe Mattos:

*[...] a própria construção da categoria ‘pardo’ é típica do final do período colonial e tem uma significação muito mais abrangente do que a noção de ‘mulato’ (esse, sim, um termo de época diretamente ligado à mestiçagem) ou mestiço que, muitas vezes, lhe é associada. Na verdade, durante todo o período, ‘preto’ foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, ‘pretos’ foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de ‘negros da terra’. ‘Pardo’ foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era cabível a classificação ‘preto’ ou ‘crioulo’, na medida em que essas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravos”. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativoiro – consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também, sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava.*²⁹⁶

Segundo Hebe Mattos, ao longo do processo histórico a categoria “cor” sofreu variações, de acordo com o período e o contexto, ganhando novos significados à medida que as relações sociais e o lugar social iam sendo reformulados. Na sociedade em que Gaspar José Soares estava inserido, a conquista da mobilidade social perpassava por diferentes fatores que não somente o econômico, fazer parte daquela sociedade poderia também pressupor um

²⁹⁵ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativoiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008, p. 96.

²⁹⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 6-18.

afastamento de questões como a classificação étnica que remeteria a um passado histórico que deveria ser apagado.

Em outro viés, Álvaro Pereira Nascimento em seu trabalho “*Um reduto negro: cor e cidadania na Armada*”²⁹⁷, argumenta que nem sempre este afastamento significa uma fuga das origens, mas antes um distanciamento de todos os sofrimentos e agruras que este passado escravista representava. No Rio de Janeiro, nos últimos meses do ano de 1910, centenas de marinheiros formados principalmente por indivíduos negros se amotinaram reivindicando mudanças no Código Penal Militar, que entre outras prerrogativas “*garantia a punição com castigos corporais, entre eles a chibata*”²⁹⁸. A questão levantada por Nascimento era que a luta daqueles homens, mais que nas melhorias das condições de trabalho, estava na luta pela liberdade das *marcas da escravidão*, posto que, *inspetores não conseguiam distinguir um operário de um ‘ladrão do mar’, um ‘vagabundo’, pois tudo ‘era e é canalha e negrada’*²⁹⁹. Portanto, para os estivadores, tão importante quanto o viés econômico e a *igualdade de tratamento e respeito a todo homem livre*, estavam um afastamento das ‘marcas da escravidão’³⁰⁰ e no caso Gaspar José Soares, o silenciamento fazia parte deste afastamento.

Encontramos semelhante distanciamento do discurso racial, na vida de outra importante figura, contemporâneo de Gaspar José Soares e também morador da Baixada Fluminense. Silvino Hyppolito de Azeredo, que em 1917, aos 58 anos, fundou o jornal *Correio da Lavoura*, em funcionamento até os dias de hoje. Em 1928, criou o semanário *A Crítica*, que cobria a vida social e cultural da cidade de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro. De ascendência negra, foi registrado como pardo em seu óbito.³⁰¹

Segundo Álvaro Pereira do Nascimento, Silvino Hyppolito de Azeredo, fundou o *Correio da Lavoura* em substituição a outro jornal local, o *Iguassú*, como órgão independente.

²⁹⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)*. Apud CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

²⁹⁸ Idem, p. 283.

²⁹⁹ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Afro-Ásia, Salvador, UFBA, n. 24, 2000, p. 254, Apud: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)*. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 309.

³⁰⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Um reduto negro ...op. cit.*, p. 309.

³⁰¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Trajetórias De Duas Famílias Negras No Pós Abolição (Nova Iguaçu, Século, XX)*. Apud Anais 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, 2013, p. 11.

O Correio da Lavoura, era uma importante fonte de informação da localidade, e suas primeiras edições, versavam principalmente sobre assuntos como *saúde, à higiene, à educação e à produção rural*,³⁰² temas que provavelmente tenha entrado em contato ainda nos tempos de faculdade. De acordo com Nascimento:

*Embora mulato e de passado escravo, Silvino Hyppolito de Azeredo não incentivou a produção e a veiculação de crônicas com tintas mais fortes sobre as condições dos negros no pós-abolição. Diferentemente de redatores negros de cidades como Campinas e Rio Claro, em São Paulo e Pelotas no Rio Grande do Sul, ele preferiu adotar uma versão mais noticiosa no jornal, capaz de agradar ao público em geral, aproximando-se do conteúdo publicado nos diários da grande imprensa da capital*³⁰³.

Silvino Hyppolito de Azeredo não estava alheio aos problemas sociais de seu período, pois demonstrava grande preocupação com temas como saúde, educação da população – assunto que aparecia de forma recorrente em artigos do jornal – e, *a higiene e o trabalho na lavoura como principais caminhos para a mudança*.³⁰⁴ Seu sexto filho, Silvino de Azeredo Filho manteve o jornal *Correio da Lavoura* até sua morte em 1987.³⁰⁵

Gaspar José Soares e Silvino Hyppolito de Azeredo foram importantes figuras que alcançaram proeminente posição social em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, nas primeiras décadas do século XX, mas que se posicionaram de forma alheia às *diferenças de cor entre os indivíduos constituintes da população iguaçuana à época*³⁰⁶. Ambos escolheram dissimular sua origem étnica e deixar na obscuridade qualquer menção que os aproximasse de um engajamento racial. Em relação ao nosso pesquisado, se não fosse pelas fotografias e alguns poucos documentos que os ligasse a sua “cor”, provavelmente a importante mobilidade conquistada por negros no pós-abolição, ficaria apagada da história da região. Mesmo que estes no decorrer de suas trajetórias, fossem militantes engajados nas causas da população negra, ou não.

Como Antônio Baobad, em Pelotas no Rio Grande do Sul, outra figura demarcou sua trajetória com forte atuação política e social na luta pelas causas populares. Manoel Quirino foi intelectual baiano, advogado, político, jurista e um empenhado militante que sempre

³⁰² Ibidem p. 13.

³⁰³ Idem, p. 14.

³⁰⁴ Idem, p. 13.

³⁰⁵ Idem, p.12.

³⁰⁶ Idem, p.15.

pleiteou *direitos sociais e políticos aos trabalhadores, escravizados, libertos ou livres, negros, africanos, mestiços, pobres, ora atuando nos campos de luta como artista, professor e intelectual*³⁰⁷. Manoel Raymundo Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano, no dia 28 de julho de 1851, viveu até os 16 ou 17 anos sob a tutela de Manuel Correia Garcia bacharel, professor e político, na qual provavelmente aprendeu a ler e escrever e o ofício de pintor. Foi recrutado para a Guerra do Paraguai (1868-1870) se estabeleceu no Rio de Janeiro e trabalhou como escriturário no batalhão em que servia. Após o fim da guerra voltou a Salvador em 1871, onde começou seus estudos *Liceu de Artes e Ofícios da Bahia* (1872) e no Colégio Vinte e Cinco de Março³⁰⁸.

Tal qual Gaspar José Soares, Manoel Querino foi um versátil profissional em sua lida; trabalhos na área artística, educação, política e produção intelectual permearam sua trajetória, além de alcançar mobilidade social atuando em diversificados campos. Diplomou-se como desenhista em 1882 e cursou Arquitetura na recém-criada Academia de Belas Artes. Publicou artigos sobre a escravidão na imprensa local, ingressou em movimentos sociais; em 1876 participou da criação da Liga Operária Bahiana; em 1890 ajudou a fundar o Partido Operário (1890); entre os anos 1891-1892 e 1897-1899 trabalhou como conselheiro no Conselho Municipal. Tornou-se neste íterim uma das principais lideranças da classe trabalhadora local. Fundou os jornais “A Província” e “O Trabalho” *os quais debatiam sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores*. Integrou-se à Guarda Nacional com a patente de 1º tenente da cidade de Salvador, foi vereador entre os anos de 1897-1899 e se dedicou a carreira do magistério no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Manoel Querino faleceu em 01 de março de 1923 e ao longo de sua trajetória caminhou em sentido inverso ao racismo científico em voga na época, posto que, não concebia a ideia de inferioridade da população negra; via suas mazelas não como fator inato, mas antes como resultado da escravidão³⁰⁹, e teriam estes, muito contribuído no processo da formação da sociedade brasileira.³¹⁰

Apesar de sua incansável luta contra o racismo, Manoel Querino, não escapou dos muitos conflitos vivenciados por intelectuais negros:

³⁰⁷ LEAL, Maria da Graças de Andrade. *Manoel Querino: narrativa e identidade de um intelectual afro-baiano no pós-abolição*. Projeto História, São Paulo, n. 57, pp. 139-170, 2016, p. 143.

³⁰⁸ Idem, p. 144.

³⁰⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...op. cit.*, p. 223-224.

³¹⁰ Idem, p. 224.

Empenhado em resgatar a dignidade de sua cor diante de uma ciência que lhes negava parte de sua condição humana, Quirino e outros (então muito raros) intelectuais negros do período viveram um permanente dilema. Afirmar a identidade racial, para ele, foi muitas vezes um esforço para defender a própria capacidade de atingir o mesmo patamar dos brancos ilustrados, mais do que uma defesa de negros de carne e osso que exibiam nas ruas seus padrões e práticas indesejáveis”³¹¹

Mesmo diante de todo um discurso racista, Manoel Querino não se esquivou ou apequenou sua luta em diferentes frentes, para restituir dignidade a população negra. Sua contribuição é inegável para esta luta, ao mesmo tempo que, tanto para ele quanto para outros intelectuais de seu período, teria constantemente que reafirmar sua capacidade intelectual tal qual seus pares “brancos”, e provar sua competência, para além, do que acreditava ter sido legado aos negros como herança da escravidão.

Em um período em que teorias raciais imputavam ao negro uma inferioridade inata, negar, se afastar ou mudar de “cor” poderia representar uma estratégia de mobilidade social. Segundo George Reid Andrews, no Brasil não é difícil para um negro negar sua negritude, uma vez que, *manter identidade afro-brasileira pode tornar-se um exercício consciente de força que muitos estão relutantes em assumir*³¹². Para Gaspar José Soares, o silenciamento poderia significar a assimilação de um pertencimento de um *lugar social*, posto que, fazia parte da elite política local e estava entre *as pessoas mais gradas do município*, e nesta posição conquistada a dissimulação fazia parte do jogo.

Um conjunto de fatores colaborou para a mobilidade social conquistada por Gaspar José Soares e estabelecer uma rede de relações se mostrou um importante aspecto para este processo. Uma vez que, este foi de grande valia para a diversificação das funções que exerceu ao longo de sua trajetória como veremos no próximo capítulo.

³¹¹ Ibidem, p. 23.

³¹² ANDREWS, George Reid. *O negro no Brasil e nos Estados Unidos*. Lua Nova, volume 2; n° 1. São Paulo, 1985, p. 52-56. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/v2n1/a13v2n1.pdf>> Acesso em 22 de março de 2018, p. 55.

Capítulo III

“Nova Iguassú, o grande núcleo citrícola do Estado do Rio de Janeiro”

Nosso objetivo neste momento, é mapear os diversificados ofícios que Gaspar José Soares desempenhou ao longo de sua trajetória. Sempre que aparecia nomeado em registros civis, em sua grande maioria ele se identificou como negociante, comerciante ou proprietário. No decorrer de sua vida podemos encontrá-lo como subdelegado de polícia³¹³ ou escrivão³¹⁴, às vezes exportador de frutas cítricas³¹⁵, uma raríssima aparição como advogado³¹⁶ ou um ativo vereador sempre presente nas reuniões solenes de seu cargo público³¹⁷. Ele também foi um ávido comerciante de terras³¹⁸. Comprava bens de massa falida e os revendia colocando anúncios em jornais locais. Atuando como negociante, Gaspar José Soares a miúdo oferecia no jornal *Correio da Manhã*, propriedades em Nova Iguaçu. Em maioria, chácaras e fazendas, salientando a proximidade com a estação Maxambomba, a derivação do abastecimento de água e ressaltando sempre a salubridade dos terrenos³¹⁹. A origem de alguns de seus bens decorreu do falecimento de sua primeira esposa³²⁰ e de seu pai³²¹. Sua trajetória foi relativamente permeada por labores variados que por vezes exerceu de forma concomitante. Veremos que algumas dessas ocupações não eram remuneradas, e analisaremos qual a importância delas no processo de sua mobilidade.

Cabe neste ensejo, analisar o contexto em que se deu tal feito e observar se havia possibilidades de mobilidade econômica e social para negros nas primeiras décadas do século XX, no mesmo ambiente em que Gaspar José Soares se destacou com uma diversidade de arranjos de trabalho. Procuraremos também refletir sobre o mundo do trabalho como

³¹³ Jornal do Brasil (RJ), 15 de janeiro de 1899, p. 6. Acessado em: memoria.bn.br

³¹⁴ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1986; O Fluminense (RJ), 01 de novembro de 1923, p. 1. Acessado em: memoria.bn.br

³¹⁵ O Campo (RJ), outubro de 1932, p. 32. Acessado em: memoria.bn.br

³¹⁶ Correio da Manhã (RJ), 07 de janeiro de 1913, p.3. Acessado em: memoria.bn.br

³¹⁷ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara ...op. cit.*

³¹⁸ Correio da Manhã (RJ), 12 de julho de 1909, p.7; Correio da Manhã (RJ), 12 de setembro de 1909, p.9. Acessado em: memoria.bn.br

³¹⁹ Correio da Manhã (RJ), 13, 15, 16, 25, 29 e 30 de setembro de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br, 18 de fevereiro de 2013.

³²⁰ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo – Partilha – Inventário de Rita de Freitas Soares, 29 de setembro de 1897.

³²¹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

possibilidade de mobilidade social para população negra no imediato pós-abolição. Álvaro Pereira do Nascimento em seu artigo *Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil*³²², defendeu um aumento na produção historiográfica sobre os embates dos negros no pós-abolição em pesquisas sobre os mundos do trabalho. O autor argumenta que auxiliaria a produção de trabalhos, um diálogo entre pesquisadores da escravidão e do pós-abolição para mapear caminhos de estudos e fontes de pesquisa para a *participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário*³²³. Nascimento defendeu também, o fomento de mais discussões sobre a inserção, a luta e os embates raciais, uma vez que, muitos historiadores não privilegiariam a participação do negro nas discussões relacionadas a história do trabalho, tendo como um dos argumentos, principalmente a problemática da ausência da “cor” nas fontes. Portanto, um aumento na produção de trabalhos que se debrucem mais sobre o tema, contribuiria para preencher esta lacuna historiográfica.³²⁴ Pretendemos também neste capítulo, discutir em que contexto Gaspar José Soares exerceu seus diversificados ofícios, procurando observar como se encontrava a Baixada Fluminense e o desenvolvimento da região a partir dos incentivos na produção da laranja.

1. Um polivalente trabalhador iguaçuano: as variadas funções de Gaspar José Soares

Em nota, do dia 06 de março de 1897, no *Jornal do Brasil*, Gaspar José Soares foi nomeado segundo suplente de subdelegado do 1º Distrito de Iguassú em 15 de janeiro de 1899³²⁵, recebeu nova nomeação, desta vez para o cargo de 1º suplente de subdelegado da mesma região.³²⁶ De acordo com Thomas H. Halloway, anterior a lei de 1871³²⁷, os cargos de delegado e subdelegado não exigiam formação em direito, e formavam a linha de frente

³²² NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, p. 607-626, 2016.

³²³ Idem, p. 609.

³²⁴ Idem, p. 607-626.

³²⁵ *Jornal do Brasil* (RJ), 6 de março de 1897, p. 2. Acessado em: memoria.bn.br

³²⁶ *Jornal do Brasil* (RJ), 15 de janeiro de 1899, p. 6. Acessado em: memoria.bn.br

³²⁷ Reforma judicial de setembro de 1871, que entre outros aspectos, tinha como principal característica, *acabar com a confusão anômala entre as autoridades policial e judicial*, uma vez que, ampliou o sistema judicial para que este assumisse as funções antes desempenhadas por chefes de polícia, delegados e subdelegados. Ver: HALLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 227.

do escalão inferior da *estrutura judicial*, após a implementação da lei, eles passaram a figurar como agentes a serviço dessa estrutura judiciária, porém não faziam parte dela. Ambos os cargos não recebiam salários até o fim do Império: “*Emolumentos e gratificações [...] aliviavam esporadicamente o ônus financeiro decorrente do exercício da função, mas somente quem tinha outra fonte de renda podia aspirar a esses cargos*”³²⁸. O autor argumenta que, tal qual aconteceu no período inicial da formação da Guarda Nacional, a falta de salário regular ou remuneração para cargos mais significativos foi *uma forma de garantir que apenas o tipo ‘certo’ de pessoas ocupasse aqueles cargos*, por conseguinte, somente aqueles que tinham interesse em manter determinado *status* deveriam defender a permanência nesta hierarquia.³²⁹ Em 1890, após a Proclamação da República, em decorrência de mudanças administrativas *todos os funcionários do sistema policial tornaram-se profissionais assalariados, trabalhando em tempo integral*.³³⁰

Empreendendo uma análise no estado de São Paulo, Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, trouxe importantes colaborações para o entendimento da função de delegado nas primeiras décadas do período republicano. Segundo o autor:

*Com a República e a implantação do sistema federalista, a polícia imperial foi descentralizada, voltando para o controle dos estados. Foi adotado, em regra, o princípio da livre nomeação de delegados e chefes de polícia pelos governadores*³³¹.

O cargo de delegado passou a ser considerado *um posto de honra*, destinado aos “dignos de confiança”, ligados ao partido local, e sem receber remuneração.³³² Martins, destaca importantes características acerca da função:

*O cargo de delegado era honorário e entendido como um gesto de lealdade a um padrinho ou amigo. Assim sendo, a cada mudança na chefia de polícia a quase totalidade dos delegados pedia exoneração. A grande maioria não dependia do cargo para sobreviver e via na atividade policial apenas um degrau para deslanchar na vida pública ou nos negócios, embora nem todos tivessem condições de alçar voos mais altos.*³³³

³²⁸ Ibidem, p. 229.

³²⁹ Idem, p. 229.

³³⁰ Idem, p. 229.

³³¹ MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. 31.

³³² Idem, p. 32.

³³³ Idem, p. 38.

Acreditamos que tais características se coadunem mais com as conjunções perpassadas no caso do nosso pesquisado, principalmente levando em consideração que o posto que Gaspar José Soares exercia era a de suplente de subdelegado. Não encontramos informações substanciais que delineassem as incumbências do cargo no município de Nova Iguaçu, mas com as importantes colocações expostas por Martins, podemos vislumbrar os meandros dessas funções (delegado, subdelegado e suplentes). A nota abaixo traz significativa contribuição para compreendermos as atribuições do subdelegado de polícia:

Somente a partir de 1897, os delegados das principais cidades paulistas passaram a receber salário. Já os subdelegados eram pessoas leigas, ou seja, não precisavam possuir diploma de advogado, embora coubesse a eles proceder diligências. Os subdelegados eram, via de regra, pessoas influentes no bairro, motivo pelo qual eram considerados de muita utilidade para os distritos policiais. Criados pela lei de 1841, juntamente com os delegados de polícia, os subdelegados tinham poder para prender, invadir residências e dar buscas.³³⁴

A nota esclarece as responsabilidades relativas as funções do subdelegado, e seu papel de apoio no trabalho do delegado, mesmo sem receber remuneração. Importante observar que para ocupar o cargo, este não precisava ter diploma de Direito. O delegado aposentado Roberto Maurício Genofre explana mais detalhes sobre a função:

Os subdelegados nomeados, sem qualquer tipo de remuneração, nem formação policial, eram auxiliares, pessoas do povo que funcionavam como uma espécie de informantes e, dependendo do bairro, tinham muito prestígio junto às comunidades, ostentando sempre a carteirinha com distintivo, que usavam na lapela, quando saíam em diligência junto com as autoridades policiais. As nomeações eram políticas e as indicações eram feitas pelos chefes políticos ao chefe de gabinete da Segurança Pública, ou por indicação do delegado titular dos distritos ou delegacias³³⁵.

Podemos inferir, que o cargo de subdelegado fazia parte do jogo político local e que aquele que desejasse exercer tal função, deveria conhecer os códigos do jogo: não havia remuneração, eram indivíduos que conheciam a comunidade e gozavam de determinado

³³⁴ Ibidem, p. 116.

³³⁵ TOMESANI, Ana Maura; VINUTU, Juliana. *Polícia e política: as marcas de história de São Paulo: entrevista com delegado Roberto Genofre*. Apud Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 4, edição 7, agosto/setembro 2010, p.137. Apud MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. 116.

prestígio, estes deveriam ter alguma relação com chefes políticos, uma vez que dependia destes para indicações e nomeações. Acreditamos que no caso da cidade de Nova Iguaçu e do Capitão Gaspar José Soares, esse jogo não era diferente.

Em notícia do dia 03 de abril de 1910, na seção Atos do Governo, o então Capitão Gaspar José Soares, anteriormente suplente de subdelegado e de delegado de polícia, foi designado para o cargo de delegado escolar do município de Iguassú.³³⁶ No ano seguinte ele ocupava ainda a mesma função de acordo com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.³³⁷ Os inspetores os regionais, os delegados municipais e os delegados distritais faziam parte da fiscalização do funcionamento do *ensino primário públicos, particulares ou subvencionados*, estes assessoravam o diretor de instrução.³³⁸ Muito provavelmente, esta função também não era remunerada. Contudo, seu interesse em ocupar cargos relacionados a área de educação mostra em primeiro lugar, a busca por algum destaque sócio-político, através de cargos nomeados politicamente; e, por conseguinte, para além do status social, podemos apontar que ele se preocupava com a educação do município. E, muito provavelmente, via no seu desenvolvimento na região como uma possibilidade de mobilidade social para si e para a população.

No jornal Correio da Manhã dos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 1911, encontramos Gaspar José Soares se desmembrando como sócio de José Joaquim Soares de uma firma na qual também fazia parte Francisco Gentil Baroni. A sociedade de nome Gaspar, Baroni e Soares se desfez, mas continuou com os dois membros: Gaspar e Baroni:

A Praça

Gaspar José Soares, Francisco Gentil Baroni e José Joaquim Soares, sócios componentes da firma Gaspar, Baroni & Soares estabelecida nesta cidade Maxambomba município de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, declararam a esta praça e nos seus amigos e fregueses que em 30 de Novembro de 1911, dissolveram a referida sociedade, retirando-se o sócio de indústria José Joaquim Soares, pago e satisfeito de seus lucros ficando o ativo e passivo a cargo dos sócios solidários Gaspar José Soares, Francisco Gentil Baroni.

Maxambomba, 6 de dezembro de 1911 - Gaspar José Soares, Francisco Gentil Baroni e José Joaquim Soares.

³³⁶ Correio da Manhã (RJ), 03 de abril de 1910, p.5. Acessado em: memoria.bn.br

³³⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1911. p.1723. Acessado em: memoria.bn.br

³³⁸ DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2012, p. 83-84.

*Gaspar José Soares e Francisco Gentil Baroni comunicam à praça que em data de 1º do corrente constituíram uma sociedade do qual são solidários, sob a razão de Gaspar & Baroni em sucessão a firma Gaspar, Baroni & Soares nesta cidade onde aguardam a continuação das bondosas ordens de seus amigos e fregueses.*³³⁹

Porém a sociedade não perdurou por muitos anos. Ela foi desfeita no ano de 1915, segundo a nota do Jornal do Comércio do dia 09 de agosto, amigavelmente dissolvida como consta no anúncio, *ficando toda a responsabilidade do ativo e passivo a cargo do sócio Francisco Gentil Baroni*³⁴⁰. A sociedade em questão tratava-se de um empreendimento comercial na avenida Nilo Peçanha no centro de Nova Iguaçu, como podemos conferir no jornal Correio da Lavoura. O anúncio destacou o empreendimento como *um grande armazém de aguardente, cereais em grosso, gêneros nacionais e estrangeiros, com grande sortimento de farinha, fubá e farelo, vendas de milho em larga escala*. Empreendimento de Francisco Gentil Baroni, sucessor de *Gaspar e Baroni*.³⁴¹ Gaspar, nesse sentido, buscou realizar alianças com empresários da região, tornando-se ele mesmo reconhecidamente uma importante figura para a economia local.

Acompanhamos sua atividade também como exportador de frutas cítricas. A primeira fonte que o liga a atividade de exploração da laranja, encontramos na revista semanal O Campo, em outubro de 1932³⁴², que destacou os embarques efetuados pelo porto do Rio de Janeiro da safra daquele ano. Em nossas pesquisas, apuramos que no período de expansão da exploração da citricultura, Gaspar José Soares foi um dos grandes exportadores da região. Uma análise mais detalhada sobre o período em que perdurou seu trabalho como importante exportador de laranja em Nova Iguaçu, veremos mais adiante.

Acompanhamos também a composição e posterior divisão, após pouco menos de quatro meses de existência, de outra sociedade registrada no Jornal do Brasil em 24 de abril e 16 de agosto de 1920. Seu sócio Annibal Pieroni, era um comerciante local, que no ano anterior havia vendido um botequim e uma casa de pasto na mesma rua em que estabeleceu seu negócio com Gaspar José Soares:

³³⁹ Correio da Manhã (RJ), 07 de dezembro de 1911, p.8. Acessado em: memoria.bn.br

³⁴⁰ Jornal do Commercio (RJ), 12 de agosto de 1918, p. 16. Acessado em: memoria.bn.br

³⁴¹ Jornal Correio da Lavoura (RJ), 07 de junho de 1917, p. 4. Disponível em: http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/778/1/Correio%20da%20Lavoura_12_Junho_1917%20%28finalizado%29.pdf. Acesso em 05/04/2017.

³⁴² Jornal do Commercio (RJ), 12 de agosto de 1918, p. 16. Acessado em: memoria.bn.br

Junta Comercial

*Relação dos contratos, alterações e distratos arquivados em sessão de 29 de março de 1920. Contratos: De Pieroni & Soares, firma composta dos sócios solidários Annibal Pieroni e Gaspar José Soares para exploração do comércio e indústria de carvão vegetal e lenhas e outros deste ramo que convenham à rua Dr. Archias Cordeiro nº 129. Meyer, com capital de 15:000\$000”.*³⁴³

Junta Comercial

*Relação dos contratos, alterações e distratos das sociedades comerciais arquivados em sessão de 15 de julho de 1920. Contratos: De Pieroni & Soares, que se dissolve pela saída do sócio Gaspar José Soares recebendo 4:000\$, fica com o ativo o passivo o sócio restante no valor de 4:000\$000.”*³⁴⁴

Apesar de ser morador e trabalhador da Baixada Fluminense, Gaspar José Soares também transitava por outras regiões do Rio de Janeiro. De acordo com o trecho acima, sua firma para “*exploração do comércio e indústria de carvão vegetal e lenhas*” se localizava no Meyer, subúrbio da então Capital Federal, o que denota uma ampliação espacial das suas relações comerciais.

Importante salientar a diversidade dos negócios empreendidos por Gaspar José Soares. Tal pluralidade comercial demonstra tanto sua predisposição e industriabilidade para o mundo do trabalho, quanto a importância de ser manter economicamente, uma vez que muitas de suas atividades não eram remuneradas. Nos chama a atenção também as oportunidades de arranjos de trabalho vislumbradas nas primeiras décadas do século XX, naquela região. Questão que abordaremos mais adiante.

No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* nos anos de 1924, 1925 e 1926 e no jornal *O Fluminense*, Gaspar José Soares foi elencado como escrivão da Coletoria Estadual de Iguassú³⁴⁵. Em abril de 1926, segundo decretos assinados pelo Presidente da República, o Capitão Gaspar José Soares foi nomeado na pasta da justiça a 2º Suplente do substituto de Juiz Federal no município de Nova Iguassú.³⁴⁶ Não conseguimos aferir se por estes cargos, nosso pesquisado recebia algum tipo de pagamento. Acreditamos que tais funções não eram remuneradas, e como dito anteriormente, Gaspar José Soares

³⁴³ Jornal do Brasil (RJ), 24 de abril de 1920, p.11. Acessado em: memoria.bn.br

³⁴⁴ Jornal do Brasil (RJ), 16 de agosto de 1920, p.10. Acessado em: memoria.bn.br

³⁴⁵ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1986. Acessado em: memoria.bn.br; O Fluminense (RJ), 01 de novembro de 1923, p. 1. Acessado em: memoria.bn.br

³⁴⁶ Correio da Manhã (RJ), 15 de abril de 1926, p.2. A Manhã (RJ), 15 de abril de 1926, p.8; Jornal do Brasil (RJ), 16 de março de 1927, p.7; O Paiz (RJ), 15 de abril de 1926, p.2. Acessado em: memoria.bn.br

sempre manteve algum tipo de fonte de renda concomitante aos cargos públicos que exercia. Para tanto, sempre procurou diversificar seus proventos.

Como já mencionado anteriormente, Gaspar José Soares escreveu um artigo bastante indignado ao Correio da Manhã em janeiro de 1913 – jornal em que encontramos ao longo de nossas pesquisas fartos anúncios de venda de imóveis publicados por ele – sob o título “*Preso incomunicável sem ter cometido crime algum e sem nota de culpa*”³⁴⁷ o provável advogado reclamou da ausência do poder judiciário na comarca de Iguassú, dificultando-lhe a assessoria de seu cliente, que, segundo ele, havia sido preso injustamente. Não temos em nossos registros outras atuações de Gaspar José Soares como advogado. Provavelmente, além de estar indignado com o descaso das autoridades judiciárias daquela região, se sentia à vontade para contestá-la, já que o mesmo, como exposto anteriormente, em um passado recente, também exerceu a função de subdelegado de polícia. Presumimos assim, que o descontente advogado conhecia os trâmites da função e se sentia confortável para bramar contra a atitude desses profissionais.

Nos assentos de casamentos e óbitos em que Gaspar José Soares apareceu como testemunha ou como declarante, ele se identificava como negociante ou proprietário. Estas funções poderiam derivar tanto de seus negócios como comerciante de terras, como pelo fato de possuir e alugar propriedades no município, como o prédio onde funcionava a estação telegráfica de Nova Iguaçu que encontramos no Diário Oficial da União do dia 21 de novembro de 1935:

*Ministério da Viação e Obras Públicas- Diretoria Geral de Contabilidade Primeira seção EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO Dia 18 de novembro de 1831; Ao Tribunal de Contas: Avisos: N. 1.350 — Solicita o pagamento da conta de 300\$000, a Gaspar José Soares, dos alugueis do prédio onde funciona a estação telegráfica de Nova Iguaçu, relativos aos meses de agosto e setembro deste ano.*³⁴⁸

Provavelmente atrasos no pagamento do aluguel referente ao prédio da estação telégrafo foi o motivo da nota de aviso. Além de alugar imóveis, também encontramos outra nota, ainda no ano de 1906, em que foi autorizado o pagamento em favor de Gaspar José Soares, referente ao aluguel de animais no município de Nova Iguaçu³⁴⁹. Não foi difícil encontrar anúncios de

³⁴⁷ Correio da Manhã (RJ), 07 de janeiro de 1913, p.3. Acessado em: memoria.bn.br

³⁴⁸ Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 21 de novembro de 1931, p. 25.

³⁴⁹ O Fluminense (RJ), 13 de abril de 1906, p. 1. Acessado em: memoria.bn

pagamentos nos jornais neste período em questão. Prática comum a locação de animais, que em geral eram utilizados para diligências policiais.³⁵⁰ Entre os seus negócios como proprietário e negociante, outra importante fonte de renda de nosso pesquisado foi a venda de terrenos no centro da cidade de Nova Iguaçu. Nos constantes anúncios que encontramos à miúdo no *Jornal Correio da Manhã*³⁵¹, e que se repetem por dias Gaspar José Soares oferece chácaras e fazendolas próximas a estação. Sobre as circunstâncias em que estas vendas aconteceram veremos mais adiante.

É mister salientar neste momento um importante processo na trajetória de Gaspar José Soares iniciado em julho de 1915. O imbróglgio nos esclarece sobre a provável procedência de alguns imóveis que ele negociava à miúdo nos jornais. Nos fazendo também observar como ele atuava na dinamização de suas propriedades.

Umbelino Gomes do Nascimento e sua mulher Outeria Balbina do Nascimento, moradores da cidade de Maxambomba, relatam que:

*[...]tendo adquirido o terreno situado na cidade à Rua Coronel Alfredo Soares, nº 1, sem que jamais tenham sido perturbados durante alguns anos: “Em princípio de Março do corrente ano Gaspar José Soares e sua mulher cercando um largo do terreno do suplicante (ilegível) seu dominio e posse, importante este facto na turbação da dita posse do terreno que de direito pertence ao suplicante; e como estes não se conformem com esse facto, veio requerer a V. Exia. que distribuindo esta se digne a addimiti-los a provar o allegado, passando-se em tempo opportuno competente mandado de manutenção, afim de que, intimados os réus não mais os turbem na referida posse (ilegível) e pacífica sob pena de pagarem aos requerentes, alem das custas, a quantia de 3:000\$000. Peço se distribua ao 1º Officio. Deferimento”.*³⁵²

Ao analisarmos o processo, podemos destacar que, consta nos autos um traslado de escritura pública de venda da massa falida Baptista & Filhos. Os síndicos constituídos responsáveis pelo monte era o Capitão Antônio da Silva Chaves e José Gonçalves de Carvalho. Foi efetuado um leilão do restante dos bens pertencentes a dita massa falida na quantia de 2:5000\$000 réis, valor dado pelos síndicos e membros da comissão fiscal, sendo o maior

³⁵⁰ A Capital (RJ), 11 de fevereiro de 1905, p. 1; O Fluminense (RJ), 26 de abril de 1901, p. 1.

³⁵¹ Correio da Manhã (RJ), 12 de julho de 1909, p.7; Correio da Manhã (RJ), 12 de setembro de 1909, p.9.

Acessado em: memoria.bn.br

³⁵² Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP): Processo de Justificação.17 de julho de 1915.

lance oferecido pelo licitante e outorgado Gaspar José Soares. Foram declarados e vendidos os referidos bens: *uma pequena casa e chácara no lugar denominado “Kaonze” duas casas na rua Coronel Vespaziano, uma dividida em duas moradias e a outra em seis moradias a venda de terrenos e casas e dívidas ativas* entre outros bens. Podemos, portanto, inferir neste ínterim, que entre outros tantos negócios que Gaspar José Soares se envolveu ao longo de sua trajetória, comprar imóveis de massa falida também fazia parte de seu diversificado quadro de atividades. E como exposto anteriormente, ele anunciava e vendia imóveis na região, assinalando sua profissão de negociante como ele mesmo se designava em atos de casamento, óbitos, batismo, como declarante ou testemunha, e por tantas vezes o encontramos ao longo de nossas pesquisas.

Na tabela abaixo, mapeamos os ofícios - remunerados ou não – garimpados ao longo das pesquisas sobre a trajetória de Gaspar José Soares. Este, faleceu em 1955, mas a última fonte que o localizamos é sua inscrição como exportador de frutas em 1937. Não conseguimos levantar sua situação profissional após este período. Salientamos que na maior parte das vezes, os ofícios aqui destacados, foram assim atribuídos, por terem aparecido mais de uma vez em diferentes fontes sempre mencionando diretamente nosso pesquisado. Assim, a sobreposição e o cruzamento das fontes foram de suma importância, para que não houvesse o risco de problemas com os homônimos. Questão não ocorrida, visto que, no período de vida de Gaspar José Soares, não encontramos nenhum homônimo, nem perto disso, que nos exigisse mais atenção em nossa pesquisa ao mapear suas ações.

Tabela 2: Ofícios de Gaspar José Soares

Ofícios	Ano
2º Suplente de delegado	1897
1º Suplente de subdelegado	1899
Locação de animais	1906
Negociante – venda de propriedades	1909
Delegado escolar	1910
Início e fim da sociedade Gaspar e Baroni	1911
Advogado	1913
Vereador	1917 – 1930
Sociedade: comércio e indústria de carvão vegetal e lenhas	1920
Escrivão da Coletoria Estadual de Iguassú	1924 – 1926
2º Suplente do substituto de Juiz Federal do Município	1926-1927
Locador e proprietário do prédio da estação telegráfica da cidade	1935
Exportador de frutas cítricas	1933 – 1937

Ao observarmos a tabela, podemos perceber que Capitão Gaspar José Soares, utilizou os cargos públicos como um *campo de possibilidades*, ou seja, fez destes ofícios um espaço para implementar seus projetos, galgando posições e projeção política e social, resultado de estratégias pensadas para chegar até a vereança. Além dos embates internos para subir degraus e conquistar posição mais elevadas na Câmara de Vereadores, a Revolução de 1930 não permitiu que ele continuasse sua trajetória na vida pública.

Mediante o exposto, podemos concluir que, diversificar seus arranjos de trabalho foi uma de suas estratégias para se manter economicamente, uma vez que concomitante aos seus negócios como proprietário ou negociante, cargos públicos não remunerados faziam parte de sua lida diária. E para manter este, foi necessário valer-se de diferentes fontes de renda se quisesse aspirar cargos públicos e preservar seu prestígio social. A diversificação da obtenção de proventos se fazia necessária, mediante as incertezas do futuro, dos acontecimentos que ele não poderia prever. Escolher diferentes frentes de trabalho garantia a Gaspar José Soares alguma segurança, minimizando as imprevisibilidades decorrentes das oscilações do cotidiano. Ele sabia que para se manter ativo e alçar degraus na vida pública e conservar o prestígio social, era necessário manter-se estável economicamente, assim, Gaspar Jose Soares *evitou colocar todos os ovos numa mesma caixa*³⁵³. Em contrapartida, conservar seu status também lhe

³⁵³ REVEL, Jacques. Prefácio. *A herança imaterial...op. cit.*, p. 27

garantia fazer parte da elite política e social local, e que tal inserção foi fundamental nas alianças comerciais empreendidas pelo nosso pesquisado. Ao diversificar suas ocupações e possibilidades de ganho, ele buscou o *aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança*³⁵⁴. Em que circunstâncias essa diversificação de atividades se esquadrinhou é o que pretendemos observar adiante.

2 *Laranja no pé, dinheiro na mão*

Expomos anteriormente que Gaspar José Soares por vezes identificou sua profissão como negociante ou proprietário, importante frisar que imbricados nestes ofícios, estavam diferentes trabalhos desempenhados por este. Assinalamos que ele foi um dos grandes exportadores de frutas cítricas de Nova Iguaçu. Sabemos que havia herdado imóveis de sua primeira esposa e de seu pai. Ficamos sabendo também que ele já havia residido em terras arrendadas, que comprou imóveis de massa falida e anunciou à miúde a venda de chácaras e fazendas próximas a estação de Nova Iguaçu. Este momento tem por objetivo discutir em que contexto Gaspar José Soares exerceu seus diversificados ofícios. Buscando observar como se encontrava a Baixada Fluminense, neste íterim, privilegiando o período mais ativo profissionalmente da vida de nosso pesquisado.

Deveras significativa a atividade de Gaspar José Soares, como exportador de frutas cítricas, empreendimento este em que apareceu como sendo único dono sob a marca “G.J.S.”³⁵⁵, iniciais de seu nome:

DIRETORIA DO SERVIÇO DE FRUTICULTURA Expediente do SR. DIRECTOR Dia 30 de abril de 1937 — Sr. chefe da Fiscalização Bancária: N. 1.246 — Comunico-vos, para os fins convenientes, que, de acordo com o decreto n. 23.835, de 6-2-34, a firma Gaspar José Soares, de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, foi inscrita no Registro Federal de Exportadores de fruta, sob o n. 76, como exportadora de frutas cítricas. - Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro: N. 1.217 — Idêntico ao ofício n. 1.246. — Sr. chefe da fiscalização de frutas no porto desta Capital N. 1.248 — Para vosso conhecimento e devidos fins, comunico-vos que a firma Gaspar José Soares, de acordo com o decreto n. 23.835, de 6-2-34, foi inscrita no Registro Federal de Exportadores de Frutas, sob o n. 76, como exportadora de frutas cítricas. Outrossim, incluso vos remeto, para vosso governo, um exemplar de rótulo e um outro de envoltório, ambos da marca

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Ver anexo II.

"G.J.S.", de propriedade da firma acima mencionada e com as quais a mesma está autorizada a exportar laranjas.³⁵⁶

Gaspar José Soares figurava entre os principais exportadores de frutas cítricas no ano de 1933 e foi listado entre 62 maiores nomes do ramo. Seu nome apareceu na 20ª posição no Editorial do Correio da Lavoura em 1934 que elencou em números de caixas a capacidade de exportação de cada um no ano decorrido.³⁵⁷

A revista semanal O Campo, em outubro de 1932, destacou os embarques efetuados pelo porto do Rio de Janeiro da safra de laranjas. Gaspar José Soares estava relacionado como tendo exportado naquele ano até o mês de setembro, 5.532 caixas para Inglaterra, 500 caixas para França e 1.501 para Holanda, totalizando 7.533 caixas de laranjas. O maior exportador daquele período enviou para o exterior 165.991 caixas, e quem menos exportou, enviou 10 caixas.³⁵⁸

No ano seguinte, as exportações de Gaspar José Soares, caíram significativamente, como exposto pela mesma revista. Naquele ano, ele enviou somente 500 caixas da fruta para a França. Outro grande exportador de frutas de Nova Iguaçu também apareceu na relação da safra embarcada até 30 de outubro de 1933. Francisco Baroni³⁵⁹ foi discriminado como segundo maior exportador daquele período, tendo enviado 88.342 caixas para a Inglaterra, 500 para Bélgica, 5.745 para Holanda, 10.864 para Argentina, totalizando 105.451 caixas. Observando que na safra anterior seu nome não foi relacionado.³⁶⁰ Independentemente da oscilação nas exportações de laranja, e como exposto anteriormente, mesmo com a baixa exportação na safra de 1933, Gaspar José Soares ainda figurava entre os grandes exportadores da região.

³⁵⁶ Diário Oficial da União - DOU, Seção 1, 12 de maio de 1937, p. 34.

³⁵⁷ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja...op. cit.*, p. 128.

³⁵⁸ O Campo (RJ), outubro de 1932, p. 32. Acessado em: memoria.bn.br

³⁵⁹ Francisco Baroni, ou Comendador Francisco Baroni como ficou conhecido, nasceu em 02 de fevereiro de 1884 na Itália. Veio com o pai para o Brasil em 1897 e se instalou em Nova Iguaçu. Ganhou notoriedade na região como grande exportador de frutas cítricas na década de 1930, recebeu o título de cidadão iguaçuano, por seu importante trabalho na região. Em fins desta mesma década, pediu concordata por problemas financeiros. Morreu em 1955 aos 71 anos de idade. Ver: COSTA, Rita de Cássia. Se esta rua fosse minha ... cidadania, cultura, ensino e história. Rua Comendador Francisco Baroni. Disponível em: <http://seessaruafosseminhani.wordpress.com/historia/rua-comendador-francisco-baroni/>. Acesso em 18 de janeiro de 2014; Café Baroni. Disponível em: < <http://www.cafebaroni.com.br/historia.html> >. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

³⁶⁰ O Campo (RJ), novembro de 1933, p. 72. Acessado em: memoria.bn.br

Não sabemos por quanto tempo Gaspar José Soares se manteve como exportador de frutas, mas localizamos um processo movido pela Fazenda Nacional contra ele em dezembro de 1935. O réu não se conformou com o cálculo das tarifas alfandegárias foi intimado a pagar a quantia de 2:591\$300, relativo a diferença de direitos aduaneiros pago a menos a alfândega do Rio de Janeiro pela importação de quarenta e sete fardo de papel de seda impresso para embalagem de frutas. Este processo perdurou até setembro de 1940, não podendo mais Gaspar José Soares recorrer da sentença que o condenou a pagar o débito.³⁶¹

Importante observarmos neste momento, como se desenvolveu o processo de exploração da citricultura na Baixada Fluminense. Uma vez que esta, acelerou o crescimento econômico da região, arrebatando muitos em busca dos *pomos de ouro*³⁶². Segundo Renato da Silveira Mendes, a exploração da citricultura se deu em período anterior à sua expansão em Nova Iguaçu e diversificados foram os fatores que contribuíram para o cultivo e comercialização da laranja como exposto abaixo:

[...] no ano de 1886, tentativas feitas para exportação de laranja do Rio para os países do Prata não obtiveram resultados, em virtude da forte barreira alfandegária encontrada na República Argentina e no Uruguai. Somente a partir de 1910, reiniciaram se, com certo êxito, as remessas de frutas cítricas do Rio de Janeiro para os países platinos; o grande surto da exportação da laranja, entretanto, só se inicia a partir de 1926, quando os mercados da Europa Ocidental, especialmente os da Grã-Bretanha, passaram a consumir laranja brasileira em larga escala.³⁶³

Como destacado, tentativas anteriores buscaram dinamizar a produção de laranjas. Segundo Amália Dias, no período da Primeira República, o governo do Rio de Janeiro estimulou a exploração da citricultura com o objetivo de recuperar a economia do estado. Contudo, foi durante o governo Nilo Peçanha³⁶⁴ como presidente do governo do estado que *incentivou a*

³⁶¹ Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP). Processo: Agravo de petição. 11 de dezembro de 1935.

³⁶² Correio da Manhã (RJ), 7 de março de 1935, p. 11; Correio da Manhã (RJ), 19 de setembro de 1936, p. 12. Acessado em: memoria.bn.br

³⁶³ MENDES, Renato da Silveira. *Cultura e comércio da laranja, na região da Guanabara*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, março de 1949, no 01, pp.31-39. In.: OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Da produção de laranjas à febre dos loteamentos: as transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu ao longo do século XX*. Revista Pílares da História, ano 10, n. 11, 2001, p. 34.

³⁶⁴ Nilo Procópio Peçanha foi presidente da República entre os anos de 1909 e 1910. Nasceu 1867 no Rio de Janeiro, na cidade de Campos. *Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1887, foi um dos fundadores, no ano seguinte, do Partido Republicano Fluminense (PRF), em Campos. Deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1890 e deputado federal pelo PRF de 1891 a 1903, elegeu-se senador nesse último ano. Ainda em 1903, renunciou ao mandato para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro para o período de 1903 a 1906. Também foi presidente estadual do Rio de Janeiro nos anos de 1914 a 1917. Morreu no Rio de Janeiro em 1924.* FGV-CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV,

retomada da agricultura, por meio de redução de impostos, criação de prêmios, concursos e exposições³⁶⁵. Em 1910 através de um acordo comercial, fora estabelecido *melhores condições de comercialização, as exportações de laranjas de Iguazu, foram reiniciadas [...]para Buenos Aires e Montevideú, com 500 mil laranjas*³⁶⁶. Amália Dias afirma que entre as décadas de 1920 e 1940 a citricultura representou o principal produto da economia em alguns distritos de Nova Iguaçu. Também contribuíram para seu plantio e beneficiamento, as condições do solo e o clima, ainda em fins do século XIX.³⁶⁷

Assim como Nova Iguaçu, outras regiões do estado do Rio de Janeiro se tornaram grandes produtores de laranjas que, além de destinar sua produção para países platinos e Europa, também produziu para o mercado interno, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Na tabela abaixo, podemos acompanhar o crescimento das exportações entre os anos de 1927 e 1936.

Tabela 3: Exportação nacional de laranjas entre os anos 1927-36.

Ano	Quantidade Caixas
1927	359.837
1928	560.906
1929	943.351
1930	812.207
1931	2.054.302
1932	1.930.138
1933	2.554.258
1934	2.631.827
1935	2.640.420
1936	3.216.712

Fonte: Observador Econômico Financeiro (RJ), abril de 1937, p. 104. Acessado em: memoria.bn.br

Os números representam os índices da exportação nacional da produção cítrica de diferentes regiões. Percebemos significativo um salto entre os anos de 1930 e 1931, com um crescimento

2001 Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo_pecanha> Acessado em 19 de janeiro de 2018.

³⁶⁵ DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2012, p. 41.

³⁶⁶ Idem, p. 42.

³⁶⁷ Idem, p. 42.

de mais de 200% nas exportações. Nas tabelas abaixo podemos a ampliação do Rio de Janeiro como principal produtor de laranjas nos anos 1934, 1935 e 1936.

Tabela 4: Procedência das laranjas exportadas em 1934.

Procedência	Quantidades de caixas
Rio de Janeiro	1.601.245
São Paulo	1.009.634
Rio Grande do Sul	29.948
Total	2.631.827

Fonte: O Campo (RJ), julho de 1935, p. 40. Acessado em: memoria.bn.br

Tabela 5: Procedência das laranjas exportadas nos anos 1935-1936.

Portos de Procedência	Caixas	
	1935	1936
Rio de Janeiro	1.673.710	2.114.029
Santos	913.880	1.054.695
Pelotas	310	250
Porto Alegre	29.151	29.207
Sant'Anna Livramento	17.769	18.551
Itaqui	5.600	-
Total	2.640.420	3.216.732

Fonte: Observador Econômico Financeiro (RJ), abril de 1937, p. 104. Acessado em: memoria.bn.br

De acordo com os números apresentados, podemos perceber o aumento gradativo do Rio de Janeiro como principal produtor de laranjas do país. No ano de 1936, o Estado exportou o dobro do produto comparado ao Porto de Santos, o segundo em exportação. A laranja ocupava naquele momento posição de destaque na frente de outros produtos como o fumo, açúcar e arroz, e figurou entre os sete produtos mais exportados em 1936.³⁶⁸

Todos os investimentos no processo de plantio, beneficiamento e comercialização da laranja impulsionou a economia fluminense, estimulando o desenvolvimento de outros setores no município. Observamos neste contexto, o fatiamento de antigas propriedades aquecendo o mercado imobiliário, a ampliação do mercado de trabalho com os arranjos da citricultura, o gradual aumento da migração para região na busca por terras e trabalho e a expansão urbana mediante os crescimentos econômica do município.

³⁶⁸ Observador Econômico Financeiro (RJ), abril de 1937, p. 104. Acessado em: memoria.bn.br

Segundo Maria Teresina de Segadas Soares, entre 1920 e 1940, a população do município elevou-se significativamente, em decorrência tanto das subdivisões da terra, quanto dos arranjos de trabalho – assalariados e meeiros - praticado pelos grandes produtores de laranja.³⁶⁹ Ainda de acordo com a autora, o crescimento da população em Nova Iguaçu teria sido resultado da expansão da citricultura, acarretando um aumento do fluxo de trabalhadores relacionados às *lidas agrícolas na região*.³⁷⁰ Neste ínterim Segadas Soares destaca que:

*Fracionamento intenso da terra, afluxo de população para a zona rural, laranjais que se multiplicavam cada vez mais, fortunas que surgiam rapidamente, ligadas, principalmente, ao beneficiamento e à exportação da laranja, tudo, enfim, representava riqueza para uns, prosperidade para outros, trabalho para muitos. Ano para ano, crescia, em grandes proporções, a área ocupada pelos laranjais.*³⁷¹

Os desmembramentos de antigas propriedades, o aumento da população rural na região e os investimentos nos incrementos da produção e comercialização da laranja, estimularam o desenvolvimento da região, tanto em crescimento demográfico, quanto econômico. Nas páginas dos jornais corria amiúde notícias e propagandas que reverberavam a produção de laranja como uma *fonte de colossal riqueza*³⁷². Cenário que impulsionou muitos a se aventurarem nos incrementos da citricultura, esta também valorizou propriedades e ampliou os arranjos de trabalhos. Neste contexto que Gaspar José Soares construiu estratégias para se destacar na região econômica e politicamente, e se sobressair como um grande exportador de frutas cítricas do município de Nova Iguaçu.

2.2 O mercado imobiliário

O município de Nova Iguaçu desde fins do século XIX já havia começado a experimentar uma nova composição social e mobiliária que ganhou contornos mais dinâmicos a partir da década de 30, transformações esta, ligadas ao aumento populacional e o mercado de imóveis, como destaca Carlos Eduardo Coutinho da Costa:

³⁶⁹ SOARES, Maria Teresina de Segadas. *Nova Iguaçu - absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, abril/junho de 1962, no24, vol.2, p. 206. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf> Acessado em: 21 de fevereiro de 2018.

³⁷⁰ Idem, p. 207.

³⁷¹ Idem, p. 207.

³⁷² Jornal do Brasil (RJ) 01 de novembro de 1936 p. 5. Acessado em: memoria.bn.br

O crescimento populacional da região, a priori, foi incentivado pela existência de um “mercado imobiliário” de venda de lotes iniciado, timidamente, na década de 1890 e que se perpetuou até os anos 40, quando houve um dos maiores desmembramentos de propriedades da região.³⁷³

Ambas configurações - o crescimento populacional quanto a consequente existência de um fecundo mercado imobiliário – como destacou o autor, já podiam ser percebidas ainda na última década do século XIX, com seu auge na década de 30 e perdurando até a década seguinte. Neste contexto que encontramos Gaspar José Soares se aventurando na venda de terrenos próximo à antiga estação Maxambomba em Nova Iguaçu, como veremos adiante.

Segundo Carlos Eduardo Coutinho da Costa, na virada do século XX, havia um cenário de reconfiguração de antigas propriedades que anteriormente serviram a outros cultivos, e em prol da cultura da laranja foram de fracionadas:

Na virada do século, a produção de laranja se espalhou pelo Rio de Janeiro. Muitas fazendas que haviam entrado em crise econômica, por causa das produções em larga escala do café e cana de açúcar, estavam abandonadas e/ou foram loteadas. Esse era um cenário típico para o tipo de produção que a laranja exigia, ou seja, a de pequenas propriedades.³⁷⁴

Sabemos que Gaspar José Soares além de ter herdado terras de familiares, também comprou imóveis de massa falida. Esta pode ser uma das procedências das propriedades que o encontramos vendendo na primeira década do século XX. Constantes publicações apareceram no *Jornal Correio da Manhã* na qual Gaspar José Soares ofereceu imóveis no município. Ao todo localizamos 32 anúncios, em sua maioria ele oferecia chácaras e fazendolas, os interessados deveriam tratar com o proprietário. Muitos anúncios se repetem por dias e sempre destacando a proximidade com a estação *Maxambomba*, a procedência do abastecimento de água e principalmente a preocupação em ressaltar a salubridade dos terrenos. Abaixo exemplificamos dois anúncios:

Vende-se uma fazendola, terras próprias, com bastantes matas e pastos, pomar de laranjeiras e outras plantações, boa casa de moradia, água do Rio d'Ouro e cachoeira, local muito salubre e também uma casa com armação para negócios e cômodos para família, distante três minutos da

³⁷³ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *O mundo rural no pós-abolição: a participação política e o processo migratório de pretos e pardos no Brasil: Nova Iguaçu e Valença, RJ (1888-1940)*. IV Congresso Internacional de História. Paraná, 2009. Disponível em: < <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/440.pdf>> Acessado em: 15 de dezembro de 2017, p. 3404.

³⁷⁴ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição...*, op.cit p.78.

*estação Maxambomba. Tratar na mesma com o dono Gaspar José Soares.*³⁷⁵

Este mesmo anúncio se repete outras duas vezes no mesmo jornal em dias diferentes:

*Vende-se uma chácara grande, terrenos próprios, boas matas e água canalizada, boa casa de moradia, logar alto e salubre, distante apenas três minutos da estação de Maxambomba. Tratar na mesma com o dono, Gaspar José Soares.*³⁷⁶

Este anúncio apareceu outras seis vezes nos dias 13, 15, 16, 25, 29 e 30 de setembro de 1909.

Gaspar José Soares ofereceu imóveis em período anterior ao auge da produção de laranjas. Acompanhado a disposição da região para o progressivo crescimento populacional e do mercado imobiliário, configurou um empreendimento de acordo com as condições que estavam dispostas. Nas décadas seguintes, esse cenário se expandiu com a ampliação da produção em larga escala do produto, acarretando novos arranjos de trabalho e aquecendo o mercado imobiliário. Antecipando-se a expansão urbana e econômica da região, percebeu ali uma oportunidade de lograr êxito dinamizando seus negócios.

Antigas fazendas antes improdutivas foram empregadas no cultivo da fruta, espalhando a produção pela região, não ficando a citricultura restrita ao âmbito rural. Waldick Pereira, também destacou as transformações ocorridas no município de Nova Iguaçu a partir dos investimentos nesta dinamização que impulsionou a comercialização de terras: *A cidade estava pontilhada de chácaras e sítios. A terra adquiriu surpreendente valorização. Alguns proprietários não resistiram à tentação das ofertas e vendiam ou arrendavam suas terras para a cultura de laranja.*³⁷⁷

Se nas décadas anteriores, se destacou na região as grandes propriedades, como as extensas fazendas, estas deram lugar à chácaras e fazendolas, alterando a estrutura fundiária do município.³⁷⁸ Maria Teresa de Segadas Soares destacou este retalhamento do solo e a dinamização do mercado imobiliário em decorrência da corrida em busca dos incrementos relacionados à citricultura:

³⁷⁵ Correio da Manhã (RJ), 12 de julho de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br

³⁷⁶ Correio da Manhã (RJ), 12 de setembro de 1909, p.9. Acessado em: memoria.bn.br

³⁷⁷ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja op. cit.*, p.124.

³⁷⁸ OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Da produção de laranjas à febre dos loteamentos: as transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu*. Revista Pilares da História, v. 11, 2011, p. 35.

O resultado de tudo isso [cultura da laranja em chácaras] foi um enorme fracionamento da terra no município de Nova Iguaçu, onde as áreas dos sítios oscilavam entre meio e vinte alqueires geométricos. Esse parcelamento fica bem evidenciado pela comparação dos dados relativos ao número de estabelecimentos agrícolas em 1920 e 1940, datas que compreendem o período em que se processou o desenvolvimento e o apogeu da cultura da laranja no município. O número de estabelecimentos até 40 hectares passaram de 213, em 1920, para 1 451, em 1940; os de 41 a 200 hectares passaram de 29 a 62; os de mais de 200 hectares reduziram-se de 38 para 18.³⁷⁹

Os dados apresentados por Soares, evidenciam o desmembramento das antigas grandes propriedades por terrenos menores e mais favorável ao cultivo da laranja. No entorno do investimento agrícola, o desenvolvimento do mercado imobiliário, trouxe novas configurações para as propriedades do município, com o fatiamento gradativo das antigas grandes propriedades. Tal feito também corroborou para o aumento do valor dos terrenos na região central. E com o expressivo fluxo migratório, o distrito-sede e seu entorno, que concentravam os incrementos da laranja, não abraçaria a todos. Como veremos mais adiante.

As propagandas nos jornais desempenharam a função de proliferar a ideia da cidade como o *eldorado* e muitos foram os que se deixaram seduzir pelas ofertas de enriquecimento rápido³⁸⁰: [...] *uma inteligente propaganda feita nos jornais cariocas em torno das grandes oportunidades que oferecia a cultura da laranja para um rápido enriquecimento. O slogan – laranja no pé, dinheiro na mão – foi largamente difundido pela publicidade carioca.*³⁸¹

Rafael Oliveira apontou o importante papel da linha férrea naquele ínterim *que muito contribuiu no deslocamento de pessoas, tanto as que procuravam se estabelecer na região quanto as que se deslocavam para o trabalho.*³⁸² O município viveu um acelerado crescimento urbano e a estrada de ferro contribuiu de forma significativa *para as transformações espaciais do município iguaçuano, sobretudo como suporte das atividades loteadoras.*³⁸³ Em decorrência da expansão, as administrações municipais, se fez necessária a abertura e melhoria

³⁷⁹ SOARES, Maria Teresina de Segadas. *Nova Iguaçu - absorção de uma célula...op. cit.*, p. 206.

³⁸⁰ OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Da produção de laranjas...op. cit.*, p. 35.

³⁸¹ MENDES, Renato da Silveira. *Cultura e comércio da laranja, na região da Guanabara*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, março de 1949, p. 49. Apud: OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Da produção de laranjas à febre dos loteamentos: as transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu*. Revista Pilares da História, v. 11, 2011, p. 35.

³⁸² OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Da produção de laranjas...op. cit.*, p. 34.

³⁸³ Idem, p. 34.

das estradas que ligava *a sede as diversas partes do município*, com o incremento da rede rodoviária.³⁸⁴

Os investimentos nos incrementos do plantio, beneficiamento e comercialização da laranja foi de suma importância para a expansão urbana do município, da economia e da geração de novos empregos. No trecho abaixo, Waldick Pereira expõe alguns melhoramentos obtidos com desenvolvimento da região na década de 30:

*[...] inauguração de 14 novas estradas, num total de 90 quilômetros, interligando centros agrícolas à sede do município [...]; tração elétrica da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em julho de 1937; criação do serviço de saneamento da Baixada Fluminense, em 1936 [...]; instalação da indústria secundária da citricultura; construção do hospital Hospital de Iguaçú, que teve sua pedra fundamental lançada em 1931 na presença do Presidente Getúlio Vargas, inaugurado em 31 de março de 1935; fundação das primeiras entidades de classe; instalação dos primeiros estabelecimentos bancários; instalação dos primeiros estabelecimentos industriais, cujo surgimento se deu na década anterior: dezenove indústrias estavam operando no município, sete das quais sediadas no distrito de Nilópolis [...]; maior produção agrofábrica, refletida no aumento da receita municipal [...], assinatura de contrato com a municipalidade para o fornecimento de energia elétrica pela Vera Cruz em 1932 [...]; existência de cinco cartórios no município em 1935”*³⁸⁵.

Segundo Pereira, muitos bairros surgiram com a expansão da citricultura. Importante percebermos como se desenvolveu o avanço urbano do município, uma vez que este, com expressivo crescimento econômico decorrente principalmente da ampliação da produção de laranja, aumentou a demanda por mão-de-obra, incentivando a migração, acarretando a reconfiguração social e urbana na Baixada Fluminense. Observar quais eram as possibilidades de trabalho tanto para a população que já residia, quanto para os que migraram buscando trabalho e terras, nos ajuda a elucidar em que contexto Gaspar José Soares diversificou seus ofícios e se esta oportunidade estava aberta a outros negros na região.

Os estabelecimentos comerciais também acompanharam essa expansão urbana e econômica, propiciando o incremento das diversificadas ofertas de serviços desenvolvidas em decorrência desse crescimento. Maria Teresina de Segadas Soares observou o panorama das mudanças no comércio e nos hábitos do município:

Uma análise cuidadosa da relação de contribuintes do imposto de indústrias e profissões, [...] em 1934, mostra-nos que, nesse ano, só a cidade de Nova Iguaçú já possuía 267 estabelecimentos comerciais. Mais da metade deles

³⁸⁴ SOARES, Maria Teresina de Segadas. *Nova Iguaçú - absorção de uma célula...op. cit.*, p. 208.

³⁸⁵ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja...op. cit.*, p.124.

(186) se concentrava em cinco categorias de estabelecimento (gêneros 78; bares e botequins, 53; barbeiros, 24; tecidos e armarinho, 18; bombas de gasolina, 13) bem típicas de uma população, que, não residindo na cidade, aí vinha, com frequência, para comprar gêneros e tecidos para confecção de vestuário e para cortar o cabelo e, como não tinha onde ficar na cidade, fazia dos bares e botequins o seu ponto de conversa, repouso e alimentação. Finalmente, a existência em Nova Iguaçu de cinco depósitos (açúcar, bebidas, carvão, cigarros e álcool) estava ligada ao seu papel de centro distribuidor dessas mercadorias de primeira necessidade às pequenas vendas do meio rural.³⁸⁶

O comércio acompanhou o crescimento urbano do município com o aumento de estabelecimentos comerciais que dessem conta tanto dos habitantes do distrito-sede quanto dos que vinham de outros distritos.

Nos cabe neste momento, compreender quais as possibilidades de arranjos de trabalho foram abertos em Nova Iguaçu, após e durante esse período de crescimento econômico. Sabemos que a expansão da exploração da citricultura acarretou um desenvolvimento econômico do município. Partindo deste contexto, buscaremos observar quais possibilidades de trabalho se esquadriharam naquele período, tanto para a população que nela já residia quanto para as que vinham gradativamente migrando em busca de trabalho e terras. Gaspar José Soares diversificou suas fontes de renda, aproveitou o momento de crescimento econômico na região em decorrência da expansão da citricultura e iniciou-se na exportação de frutas cítricas, fez parcerias com figuras representativas da cidade, fez e desfez sociedades, comprou imóveis de massa falida, arrendou propriedades e vendeu outras, alugou prédios e animais na cidade, entre outros trabalhos, muitos não remunerados. Importante observarmos se estas oportunidades também estavam abertas para outros negros da região.

Com expansão econômica da região e o incremento de novos arranjos de trabalho, principalmente ligados à agricultura, desencadeou significativo processo migratório para a Baixada fluminense, principalmente de trabalhadores vindos do Vale do Paraíba³⁸⁷, entre as décadas de 20 e 40. A chegada dessa população que se transferiu para Baixada Fluminense em busca tanto de trabalho quanto de terras, trouxe expressivas mudanças para região. Além do

³⁸⁶ SOARES, Maria Teresina de Segadas. *Nova Iguaçu - absorção de uma célula...* op. cit., p. 211.

³⁸⁷ De acordo com Carlos Eduardo Coutinho da Costa o Vale de Paraíba localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, era nacionalmente conhecida por ser um dos principais polos de produção do café e por utilizar largamente o trabalho cativo nas propriedades rurais. Ver em: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *O mundo rural no pós-abolição: a participação política e o processo migratório de pretos e pardos no Brasil: Nova Iguaçu e Valença, RJ (1888-1940)*. IV Congresso Internacional de História. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/440.pdf>> Acessado em: 15 de dezembro de 2017, p. 3398.

crescimento demográfico e urbano, também contribuiu para ocupação desordenada do território³⁸⁸. Na nota abaixo, a referência de Carlos Eduardo Coutinho da Costa expõe as conjunções naquele íterim:

*[...] houve, no Município de Nova Iguaçu, uma ampliação da produção de laranjas, em pequenas chácaras, tornando-se um dos principais produtos de exportação do Estado. Em consequência a isso, o desenvolvimento urbano e comercial do município logo acarretou a contratação de novos trabalhadores. A oferta de terras baratas ampliou a busca pela estabilização definitiva, e, desse modo, parte significativa de pretos e pardos habitaram as regiões ao entorno da sede do município, ou seja, áreas como Japeri, Queimados, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias, hoje emancipadas de Nova Iguaçu.*³⁸⁹

Os novos incrementos das atividades ligadas a expansão da citricultura, provocou o aumento da demanda por mão de obra e, por conseguinte estimulou um processo migratório de pretos e partos em busca de novas possibilidades de arranjos de trabalho na Baixada Fluminense. Segundo Costa, o declínio da produção cafeeira em fins da década de 1920 acentuou a escassez de trabalho na região do Vale do Paraíba, intensificando o processo migratório desses trabalhadores *em direção a regiões mais prósperas*, e pela busca de terras.³⁹⁰

No trabalho *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Civis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ*³⁹¹, Costa analisou as trajetórias de famílias que migraram do Vale do Paraíba - região metropolitana do Rio de Janeiro - para a Baixada Fluminense nas primeiras décadas do século XX. De acordo com o autor, teria sido o crescimento econômico da laranja e o desenvolvimento urbano da Baixada Fluminense, no primeiro quartel do século XX, alguns dos fatores de mobilização desse movimento de migração³⁹². Outros autores também se debruçaram em estudos sobre os desdobramentos do pós-abolição para negros e seus descendentes neste período de desenvolvimento na Baixada Fluminense.

Importantes pesquisas nesta área também vêm sendo desenvolvida por Álvaro Pereira do Nascimento. Segundo o autor, foi possível acompanhar as alternativas que figuravam a

³⁸⁸ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Civis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2008. p. 119 e 177.

³⁸⁹ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *O mundo rural no pós-abolição...op. cit.*, p. 3398.

³⁹⁰ Idem, p. 3403.

³⁹¹ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição...op. cit.*,

³⁹² Idem, p.89.

descendentes de escravizados, *numa cidade que experimentou forte crescimento econômico, atraindo migrantes e imigrantes para a produção, beneficiamento e comércio de laranjas, entre as décadas de 1920 e 1930.*³⁹³ Nascimento desenvolve em suas pesquisas, a trajetória de duas importantes figuras negras na cidade de Nova Iguaçu, Silvino Hyppolito de Azeredo, que já foi abordada neste trabalho e Francisco Caetano Madeira, que veremos mais adiante. Em ambas as trajetórias podemos acompanhar as possibilidades, os caminhos empreendidos por estes indivíduos negros que tal qual Gaspar José Soares, *aproveitaram um momento positivo da economia local para fundar e promover seus respectivos negócios* na Baixada Fluminense.³⁹⁴

O expressivo salto demográfico experimentado pela região iguaçuana pode ser acompanhado pelos censos realizados ao longo dos anos. O recenseamento de 1920 apontou uma população de 33396 habitantes, que saltou para um total de 140.606 no censo de 1940, *um aumento demográfico de 300%, possivelmente resultado de migração, em apenas 20 anos.*³⁹⁵ Costa ressalta as dificuldades em apontar a composição étnica dessa população. De acordo com os censos anteriores (1872-1890) havia uma convergência à miscigenação na região, questão que não pode ser apurada na pesquisa seguinte (1920) por não constar neste recenseamento a categoria “cor” em sua aferição. Somente com o censo de 1940 podemos ter uma dimensão dessa composição pela cor. Se nos recenseamento de 1872 e 1890³⁹⁶ temos uma população negra em sua grande maioria, em 1940 há um equilíbrio entre as categorias se separados em brancos e não brancos (pretos e pardos).³⁹⁷ Estes dados nos são relevantes para entendermos a composição étnica dos habitantes do município de Nova Iguaçu. Apesar da brecha nos dados podemos considerar que essa população nas décadas da trajetória de Gaspar José Soares, era constituída por uma população bastante miscigenada. Ao menos de acordo com o que foi aferido no recenseamento.

³⁹³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajétórias de duas famílias negras no pós-abolição. (Nova Iguaçu, século XX). 6º Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* UFSC. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos/6/alvaropereira.pdf>> Acessado em: 16 de janeiro de 2014, p. 1.

³⁹⁴ Idem, p. 16.

³⁹⁵ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado...op. cit.*, p. 91.

³⁹⁶ No censo de 1872 o número de habitantes no antigo município de Nova Iguaçu era de 31.654 moradores, no ano de 1890 a população aferida foi de 25.119. Idem, p. 91.

³⁹⁷ Nesta categoria Carlos Eduardo Coutinho da Costa, analisou os dados censitários dos anos 1872, 1890, 1920 e 1940, o censo de 1900 não foi relacionado. Idem, p. 92.

Os incrementos voltados para o cultivo e comercialização da laranja estavam concentrados no distrito-sede e em seu entorno, acarretando a valorização das propriedades e empurrado a população mais pobre para as regiões mais distantes.³⁹⁸ Diferentemente do que ocorreu nas áreas da produção de laranjas, distritos como São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias ficaram aquém dessa valorização. A população que não pôde se instalar no distrito-sede ou próximo a ele, procurou residir em regiões mais distantes e onde as propriedades eram mais baratas, provocando conseqüentemente, *um crescimento urbano em proporções significativas*.³⁹⁹

Costa analisou as possibilidades para a mobilidade social de pretos e pardos no pós-abolição na Baixada Fluminense, a partir dos ofícios que estes desempenharam na região. De acordo com o autor: inicialmente nas primeiras décadas do pós-abolição, *a maior parte dos moradores dedicavam-se principalmente a agricultura, ou a manufatura rural*⁴⁰⁰. Ao analisar registros civis de nascimento e óbito no município de Nova Iguaçu entre os anos de 1889 a 1939, Carlos Eduardo Coutinho da Costa nos contempla importantes conclusões para nossa pesquisa relativo as estratégias de mobilidade.

Importante salientar que, um avanço dos benefícios nos arranjos de trabalho no município de Nova Iguaçu, pode ter sido um dos componentes que colaboraram para o estabelecimento de pretos, pardos e seus descendentes na região.⁴⁰¹ Possivelmente, com a expansão urbana da década de 30, apresentou-se para este grupo, *uma maior diversificação dos arranjos de trabalho*. Posto que, também, fomentou um *progresso nas questões trabalhistas, seja nas melhores condições, seja na regularização dos ofícios*, elemento que pode ter contribuído para que pretos, pardos e seus descendentes fincasse habitação na região.⁴⁰²

Nos primeiros cinco anos do pós-abolição, pretos pardos e brancos trabalhavam quase que exclusivamente na lavoura⁴⁰³. Os dados concernentes aos anos seguintes esclarecem que até 1939 os três grupos se ocuparam em sua maioria de trabalhos ligados ao campo. O autor

³⁹⁸ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição... op. cit.*, p. 90.

³⁹⁹ Idem, p. 90.

⁴⁰⁰ De acordo com Costa *na categoria agricultura ou manufatura rural incluem-se tantos os trabalhadores da lavoura quanto os proprietários de terra, ou seja, todos que se dedicavam ao campo*. Ver: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado...op. cit.*,p. 123.

⁴⁰¹ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *O mundo rural no pós-abolição...op. cit.*, p. 3404.

⁴⁰² Idem, 3404.

⁴⁰³ Segundo Costa a profissão “lavoura” não há distinção se o indivíduo é empregado ou proprietário. Ver: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado... op. cit.*, p. 83.

ressalta que apesar de estarem na mesma categoria, a função dentro desta, era diferenciada, posto que, todos os *proprietários* encontrados na pesquisa se declararam ou foram declarados como brancos.

Também foi equilibrado o percentual de brancos, pretos e pardos em outras ocupações como *artesanato, profissões liberais, transporte e serviço público*⁴⁰⁴; Diferenças significativas apareceram nos ofícios de jornaleiro e do comércio⁴⁰⁵. Ambas estariam associadas ao crescimento *da cidade e a conseqüente urbanização* e estabeleceriam a diferenciação e a mobilidade social⁴⁰⁶ na região.

Enquanto na categoria de jornaleiro, estavam às pessoas que tinham uma vida mais regular, mesmo as que sobreviviam do “jornal” (diária), elas tinham uma maior independência em relação aos seus patrões, do que aqueles que ainda estavam na agricultura. Quanto a relação com a mobilidade, Costa conclui que:

*Enquanto para o ofício de jornaleiro foi ocupado basicamente por pretos e pardos, os brancos predominavam os ofícios ligados ao comércio. Para os brancos a estratégia de ascensão social foi a dedicação ao comércio. Ou seja, há uma divisão bem nítida de projetos de vida.*⁴⁰⁷

Logo, as escolhas dos ofícios estavam consideravelmente imbricadas na mobilidade social de pretos, pardos e brancos naquela sociedade. Saber escolher os projetos e os caminhos para executá-lo poderia favorecer o processo para galgar determinada premência social e econômica.

Podemos observar o desenrolar das escolhas e caminhos do projeto de vida empreendido por Francisco Caetano Madeira⁴⁰⁸, um comerciante negro no pós-abolição na Baixada Fluminense. Em sua trajetória podemos acompanhar a vida de um grande empreendedor que buscou diferentes possibilidades de mobilidade econômica e social, em um período de crescimento econômico da região.

⁴⁰⁴ Idem, p. 127.

⁴⁰⁵ De acordo com Costa, *o indivíduo é identificado como “comerciante” ou “do comércio” não é possível diferenciá-lo como dono ou empregado*. Idem, p. 83.

⁴⁰⁶ Idem, p. 127.

⁴⁰⁷ Idem, p. 128-129.

⁴⁰⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição (Nova Iguaçu, século XX)*. 6º Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/alvaropereira.pdf>>. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

Segundo Álvaro Pereira do Nascimento, a trajetória de Francisco Madeira, *poderia ser inadvertidamente entendida como a de branco*⁴⁰⁹. De acordo com os relatos de filha Almerinda Almeida, Francisco Madeira era dono de um sítio e de caminhões de transporte. Em 1922 esteve envolvido na Revolta de Copacabana, provavelmente no fim desta década, já trabalhava no ramo da citricultura. Em 1939, ele possuía um registro federal como Exportador de Frutas.⁴¹⁰ Segundo o autor, a importância de Francisco Madeira como produtor e exportador de laranjas não foi pequena. Sua situação mudou com o advento da crise da citricultura na década de 40. Em 1947, Francisco Madeira mudou de atividade comercial, e passou a administrar de um botequim. Nascimento, resume assim momentos de sua vida:

*A trajetória de Francisco Caetano Madeira revela a história de um homem negro que no pós-abolição vivenciou um processo de luta desde sua infância pobre, passando a soldado do Exército, perseguido como revoltoso, produtor e comerciante local de frutas, exportador e, em sua queda, a propriedade de um reles botequim na atual cidade de Queimados (emancipada de Nova Iguaçu recentemente). Procurou dar trabalho e oportunidades aos filhos, mas a guerra e a decadência da citricultura o impediram de ver seu negócio progredir pelo resto de sua vida.*⁴¹¹

O trecho acima, nos expõe uma trajetória de um negro, no pós-abolição, que buscou melhorar sua conjuntura social e financeira, enfrentou percalços, e nos deixou de herança seu passado como sujeito histórico, que na complexidade dos embates raciais e sociais para indivíduos de sua cor, soube remanejar seus projetos de acordo com o cenário e as possibilidades colocadas por este, se adaptou a novas formas de trabalho e buscou diferentes oportunidades de mobilidade.

Importante observarmos nesta trajetória, é como figuras como Gaspar José Soares e Francisco Caetano Madeira, souberam aproveitar o momento singular de expansão econômica decorrente do aumento do incremento com a exploração da citricultura para galgar mobilidade social e econômica em período tão emblemático para negros no pós-abolição. Podemos inferir também, que se fazia presente naquele íterim, diversificadas possibilidades de trabalhos na Baixada Fluminense. As trajetórias diferem de acordo com os projetos delineados por esses

⁴⁰⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade em Nova Iguaçu*. XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2013. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364755906_ARQUIVO_HomensnegrosemIguacu.pdf>

Acessado em 22 de janeiro de 2016, p. 1.

⁴¹⁰ Idem, p.2.

⁴¹¹ Idem, p.5.

indivíduos. Alcançar um maior ou menor grau de prestígio e mobilidade, dependeria do quão hábil fosse o indivíduo negro, para saber escolher como manejar seu projeto de vida dentro das possibilidades colocadas por aquela sociedade permeada por fortes teorias raciais. Gaspar José Soares se valeu da ambiguidade de seus projetos para conquistar proeminente posição social, na qual buscou ter fontes de renda para manter um prestígio e manteve um prestígio para obter fonte de renda. Ao menos para ele, esta dubiedade foi vantajosa.

Gaspar José Soares aproveitou a dinamização da citricultura de Nova Iguaçu em seu período mais áureo e se dedicou ao ofício de exportador de frutas. Vislumbrou uma oportunidade de se inserir no mercado de laranjas - como tantos outros se aventuraram em busca de enriquecimento rápido – e aproveitou esta que seria mais uma de suas muitas possibilidades de fontes de rendas, além de ser um bem-sucedido negociante e proprietário local. Gaspar José Soares, já havia se destacado na região como um dedicado vereador eleito por ao menos cinco mandatos consecutivos, quando no início da década de 1930, com a exploração da fruta ganhou expressividade e teve seu nome elencado entre os grandes exportadores da região. Nosso pesquisado já não fazia mais parte da Câmara de Vereadores, uma vez que esta já havia sido fechada após a Revolução de 30.

Na primeira década do século XX Gaspar José Soares anunciou a venda de imóveis no centro de Nova Iguaçu, anúncios em que se identificou como dono das propriedades. Ele também havia herdado imóveis por conta do falecimento de sua primeira esposa e de seu pai. Em um processo de apropriação indevida de terras ficamos sabendo que ele também havia adquirido imóveis de massa falida. Esta, pode não ter sido sua única compra desta natureza, posto que, só tivemos acesso a esta informação em decorrência de um litígio envolvendo um dos terrenos. Tais colocações nos são relevantes para entendermos como nosso pesquisado acumulou bens ao longo de sua trajetória. Importante observar a dinâmica empregada na lida com suas propriedades. Gaspar José Soares ofereceu imóveis anunciando em jornais, comprou outros; foi locador de um prédio da estação telegráfica do município e locatário de uma propriedade cuja posse lhe foi retirado por falta de pagamento, apesar das benfeitorias. Ele soube aproveitar os diferentes momentos econômicos da Baixada Fluminense para dinamizar seus negócios. Tanto como exportador de frutas, quanto como proprietário ou negociante, ele conhecia as vicissitudes da região e soube jogar em benefício de seus empreendimentos.

Compreendemos que as transformações ocorridas gradativamente em fins do século XIX e o primeiro quartel XX no município de nova Iguaçu, a partir de investimentos no

desenvolvimento da citricultura, fizeram com que a região experimentasse uma expansão econômica, urbana, fomentando tanto um loteamento de propriedades como a ampliação da migração em busca de enriquecimento produzido pelos tão propagados pomos de ouro. Tais transformações marcaram significativamente a história da região, refletindo diretamente no aumento da oportunidade de mobilidade social e econômica também para pretos e pardos. A trajetória de Gaspar José Soares se destaca pelas especificidades contidas em suas escolhas, dentro do seu projeto de vida. Mas acreditamos que outros negros, conseguiram mobilidade social, dentro do pós-abolição na Baixada Fluminense. Outras pesquisas trarão à tona distintas trajetórias de indivíduos que buscaram através de diversificados caminhos, se estabelecer e se destacar dentro desta região.

Considerações Finais

A trajetória de Gaspar José Soares perpassa um período de intolerância racial amparado em um racismo científico fortemente propagado nesta época. Mas este sistema não estava hermeticamente fechado; os indivíduos que buscaram projeção social, política ou econômica se valeram dos interstícios deste sistema para conquistar mobilidade. A política partidária, foi um caminho utilizado não apenas por Gaspar José Soares, mas por outras importantes figuras negras que se destacaram nesta área, não somente na Baixada Fluminense, mas em outras regiões do país. Mesmo em Nova Iguaçu, no período do pós-abolição, acreditamos que outros indivíduos negros conseguiram galgar proeminente posição dentro da política iguaçuana. Pesquisas poderão contribuir para localizar estes indivíduos que provavelmente tenham sofrido processo de branqueamento nas fontes.

Importante ressaltar, que diferentes fatores colaboraram para a mobilidade social de Gaspar José Soares. Podemos citar a sua rede de relações como estopim para a conquista dessa mobilidade. Apesar da origem humilde, sabemos que ele havia sido apadrinhado por um lavrador proeminente local e que este mantinha estreita relação com outra importante família da região, família esta que nosso pesquisado manterá vínculo comercial, político e social ao longo de sua trajetória.

Os primeiros ofícios na vida pública em que encontramos Gaspar José Soares, sabemos que não eram remunerados. Estes se davam por meio de nomeações políticas, portanto era necessário ter e manter relação com elite política local, ao mesmo tempo em que precisava diversificar seus arranjos de trabalho se quisesse, manter um status e continuar a aspirar cargos públicos. Os indivíduos que permeavam suas redes de relações eram diversificados, assim como as áreas em que desenvolveu seus negócios. Estabelecer estes vínculos, mais importante do que o viés econômico, era a relação de reciprocidade e dependência no jogo de dar e receber. Importante tanto para ele quanto para seus pares. O valor simbólico de suas ações em ocupar determinados cargos e ostentar patentes da Guarda Nacional era também um caminho para a mobilidade social, assim como um afastamento de tudo que remetesse sua “cor”.

Podemos concluir que havia possibilidades de mobilidade social para negros no pós-abolição na Baixada Fluminense. Estas oportunidades não estavam totalmente dispostas, nem completamente fechadas, mas antes, relativamente acessível. Agir nas brechas do sistema se

configurou como uma estratégia para determinados indivíduos, que souberam tirar proveito das circunstâncias, mesmo nas incertezas, na imprevisibilidade das escolhas e lograram manejar o jogo das normas sociais. Capitão Gaspar José Soares soube jogar e conquistou privilégios como um vereador negro nesta região. De seu patrimônio material, pouco ouvimos falar, mas de sua herança imaterial ficou seu nome marcado em uma rua da cidade.

FONTES

Hemeroteca Digital Brasileira

- O Fharol (RJ), 25 de novembro de 1890. p. 1.
- O Fluminense (RJ), 04 de março de 1893, p. 2.
- O Paiz, (RJ), 30 de março de 1895. p. 2.
- Jornal do Brasil (RJ), 6 de março de 1897, p. 2
- Gazeta de Petrópolis (RJ), 28 de agosto de 1897. p.1.
- Jornal do Brasil (RJ), 15 de janeiro de 1899, p. 6.
- Gazeta de Petrópolis (RJ) 14 de fevereiro de 1899, p.1.
- O Fluminense (RJ), 26 de abril de 1901, p. 1.
- Jornal do Brasil (RJ), 15 de junho de 1902, p.10.
- Revista da Semana (RJ), 19 de julho de 1903, p. 673.
- A Capital (RJ), 11 de fevereiro de 1905, p. 1.
- O Fluminense (RJ), 13 de abril de 1906, p. 1.
- Jornal do Brasil (RJ), 11 de novembro de 1906, p. 11.
- Correio da Manhã (RJ), 12 de julho de 1909, p.7.
- Correio da Manhã (RJ), 12 de setembro de 1909, p.9.
- Correio da Manhã (RJ), 30 de setembro de 1909, p.7.
- Correio da Manhã (RJ), 04 de dezembro de 1909, p.6.
- Correio da Manhã (RJ), 03 de abril de 1910, p.5.
- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1911. p.1723.
- A Imprensa (RJ) 05 de janeiro de 1911, p.4.
- Correio da Manhã (RJ), 13 de março de 1911, p. 2.
- Correio da Manhã (RJ), 07 de dezembro de 1911. p. 8.
- Gazeta de Notícias (RJ), 02 de janeiro de 1912, p. 5.
- Correio da Manhã (RJ), 07 de janeiro de 1913, p.3.
- Correio da manhã (RJ), 7 de abril de 1914, p. 1-2.
- Fon Fon: Seminário Alegre, Crítico e Esfuziante (RJ), 28 de novembro de 1914, p. 53.
- O Fluminense (RJ), 26 de fevereiro de 1915, p.1.
- A Época (RJ) 21 de setembro de 1915, p.6.
- Gazeta de Notícias (RJ), 29 de setembro de 1915, p.5.
- Fon Fon: Seminário Alegre, Crítico e Esfuziante (RJ), 19 de agosto de 1916, p. 16.

Jornal das Moças: Revista Quinzenal Ilustrada (RJ), 22 de março de 1917, p. 34.
O Fluminense (RJ), 01 de junho de 1917, p. 1.
Jornal do Commercio (RJ), 12 de agosto de 1918, p. 16.
A Noite (RJ), 01 de março de 1919, p. 6.
O Paiz (RJ), 04 de dezembro de 1919, p. 4.
Jornal do Brasil (RJ), 24 de abril de 1920. p. 11.
Jornal do Brasil (RJ), 16 de agosto de 1920. p. 10.
O Fluminense (RJ), 01 de novembro de 1923, p. 1.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1026.
A Manhã (RJ), 15 de abril de 1926, p.8.
Gazeta de Notícias (RJ), 02 de agosto de 1927, p. 41.
Correio da Manhã, 28 de setembro de 1927, p. 7.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1986.
Jornal do Brasil (RJ), 16 de março de 1927, p.7.
O Paiz (RJ), 28 de agosto de 1929, p.8.
Jornal do Commercio (RJ), 17 de outubro de 1929.
O Campo (RJ), outubro de 1932, p. 32.
O Campo (RJ), setembro de 1933, p. 28.
Diário Carioca, 29 de setembro de 1933, p. 6.
O Campo (RJ), novembro de 1933, p. 72.
Diário da Noite (RJ), 2 de dezembro de 1933.
Correio da Manhã (RJ), 7 de março de 1935, p. 11.
O Campo (RJ), julho de 1935, p. 40.
Correio da Manhã (RJ), 19 de setembro de 1936, p. 12.
Jornal do Brasil (RJ) 01 de novembro de 1936 p. 5.
Correio da Manhã (RJ) 22 de novembro de 1936 p. 12.
Observador Econômico Financeiro (RJ), abril de 1937, p. 104.
Jornal do Brasil (RJ), 30 de julho de 1937, p. 7.
A Manhã (RJ), 23 de dezembro de 1947, p.11.
Diário Carioca, 17 de maio de 1955, p. 3.
Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 12 de maio de 1937, p. 34.
Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 17 de janeiro de 1918, p. 41.
Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 21 de novembro de 1931, p. 25.

Centro de Documentação e Imagem – CEDIM

Jornal Correio da Lavoura (RJ), 07 de junho de 1917, p. 2.

Jornal Correio da Lavoura (RJ), 29 de novembro de 1917, p. 4.

Sites:

Academia Brasileira de Letras

Câmara Municipal de Nova Iguaçu

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC/FGV

Dicionário e tradutor Sensagent

Familysearch.org

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE

Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/SEGAP):

Partilha – Inventário de Rita de Freitas Soares. 29 de setembro de 1897.

Processo-Petição e Relação de Bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

Ação de Despejo na *Comarca de Iguassú – 1908*.

Processo -Testamento de Benedicto Costa. 07 de outubro de 1914.

Processo de Justificação. 17 de julho de 1915.

Inventário e Certidão de Registro de óbito de Anna Izabel Soares Valladares. 29 de agosto de 1924.

Processo de Autuação Nº 3062. 11 de dezembro de 1935.

Agravo de Petição Nº 6959. 08 de maio de 1936.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Sérgio Luiz Augusto. *Expedição Científica Roosevelt – Rondon*. 1º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – UFRJ / HCTE – 2008.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: EDUSC, 1988.

_____. *O negro no Brasil e nos Estados Unidos*. Lua Nova, volume 2; nº 1. São Paulo, 1985, p. 52-56.

ARAÚJO, Marcos Paulo Mendes. “Iguassú e sua Guarda Nacional”. In: *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias (RJ): 2010.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CIRINO, Leonardo Américo & ZUBARAM, Maria Angélica. *Francisco Ricardo (1893-1927: a trajetória de um poeta negro rio-grandense*. 3º Colóquio Ulbra de Extensão, Pesquisa e Ensino, 2017.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato negro no pós-abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2008.

_____. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Tese de Doutorado. PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História Social Rio de Janeiro: IFCS, 2013.

_____. *O mundo rural no pós-abolição: a participação política e o processo migratório de pretos e pardos no Brasil: Nova Iguaçu e Valença, RJ (1888-1940)*. IV Congresso Internacional de História. Paraná, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição*. Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF – Niterói: PPGHISTÓRIA – UFF, 2010.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2012.

DOMINGUES, José Petrônio. *Cidadania Levada a sério: os republicanos de cor no Brasil*. In., GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro edições, 2014.

_____. *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002.

_____. *O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.138, p.963-994, set./dez. 2009, p. 963-994.

_____. *“Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política*. Novos Estudo CEBRAP. São Paulo, 2013.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenários no processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In.: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In:_. *A Micro história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- HALLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Brasil monárquico*. Tomo II. Volume 6. Declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- LEVI, G. “Usos da Biografia”. In.: FERREIRA, M. & AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed.: FGV, 1996.

LONER, Beatriz. A. *Antônio: de Oliveira a Baobad*. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçú, 1840 – 1880)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2013.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MONSMA, Karl Martin. *Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista*. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, Vol. 53, n. 3, 2010.

MORAES, Adriano dos Santos. *Eis que surge uma prefeitura: a Guarda Nacional, a política local e o município de Nova Iguaçu na Primeira República*. Monografia em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. UFRRJ/IM, 2012.

_____. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro: 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição (Nova Iguaçu, 1880-1980)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

_____. *Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade em Nova Iguaçu*. XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2013.

_____. *Qual a Condição Social dos Negros no Brasil depois do Fim da Escravidão? O Pós-Abolição no Ensino de História*. In: SALGUEIRO, Maria

Aparecida Andrade. (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

_____. *Trajetórias De Duas Famílias Negras No Pós Abolição (Nova Iguaçu, Século, XX)*. In.: Anais 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, 2013.

_____. *Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)*. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p.283-314.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Da produção de laranjas à febre dos loteamentos: as transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu ao longo do século XX*. Revista Pilares da História, ano 10, n. 11, 2001.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja – História Econômica de Nova Iguaçu*. Fundação Getúlio Vargas/SEEC, Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977.

PINTO. Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital Federal*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. 2013.

RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e cidadania no Pós-Abolição*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando coronelismo, enxada e voto*. In: Caderno IHU ideias, Unisinos, ano 5 – n.º 76, 2007.

ROCHA, Olavo Acyr de Lima. *As Ordenações Filipinas e o Direito Agrário*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2000, p. 33-55.

ROSENTHAL, Paul-André. *Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.159.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831 – 1850*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antônio de Moraes & BLUTEAL, Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteal, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva*. Tomo primeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da baixada fluminense*. Revista UNIABEU, Nilópolis, v. 9, n. 21, 2016.

SOARES, Maria Teresina de Segadas. *Nova Iguaçu - absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, abril/junho de 1962.

VELASCO, Ignacio M. Poveda. *Ordenações do Reino de Portugal*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1994, p. 11-67.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1994.

WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca: Alfredo Casemiro da Rocha como exceção e estudo de caso (São Paulo, décadas de 1880 a 1930)*. In.: *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flávio Gomes e Petrônio Domingues. São Paulo: Selo Negro edições, 2014.

Imagem I



Vereadores (1919 – 1921)

Da esquerda para a direita: Gaspar José Soares, Izaac Manoel da Câmara, Alberto Mello, João Telles Bittencourt, Peregrino Esteves de Azevedo, Nicolau Rodrigues da Silva (funcionário), Alfredo Soares e Alberto Travassos Veras (em pé); Octávio Áscoli, Ernesto França Soares (presidente) e Pythias de Castilho Lobo (sentados)

Fonte: BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.p.80.

Imagem II

